



GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45

6ª Reunião da Câmara Técnica de  
Biodiversidade, CTBio.

Brasília/DF.  
02 de setembro de 2014.

*(Transcrição ipso verbo)*  
Empresa ProixL Estenotipia

46 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
47 Vamos começar, então, a 6ª reunião da CTBio, a primeira desse ano, embora  
48 os nomes estejam aqui postos na mesa, mas eu vou pedir para os colegas  
49 novos daqui da Câmara se apresentarem. Começando aqui pelo representante  
50 aqui do CNCG.

51

52

53 **O SR. MAJOR JOÃO SOARES DA COSTA VIEIRA (CNCG) –** Bom dia a  
54 todos. Major João Soares, represento a CNCG - Conselho Nacional dos  
55 Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, São Paulo.

56

57

58 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
59 **de Janeiro) –** Bom dia. Eu sou Carlos Fonteles. Estou aqui representando a  
60 Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e o ENEA.  
61 Sou biólogo de formação, fiz mestrado em transportes e, inclusive, a minha  
62 dissertação foi trabalhando muito junto com o Cenipa, com o pessoal da  
63 aeronáutica, um modelo de gestão para minimização do risco do perigo aviário  
64 no entorno dos aeroportos. Então, nós viemos aqui, representando, tentar  
65 ajudar nesse processo de discussão, ver de que forma nós podemos aí chegar  
66 a essa ferramenta que fez muita falta no passado, quando eu estava dentro,  
67 tenha uma possibilidade, um mecanismo com critérios bastante claros,  
68 estabelecidos, e acredito que hoje continua sendo aí de primazia a  
69 necessidade de contar com um instrumento como esse. Obrigado.

70

71

72 **O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama) –** Bom dia. Meu  
73 nome é João Luis. Eu sou chefe de divisão aqui da área técnica do  
74 departamento de apoio ao Conama e sou quem assessora o Dr. Marcelo  
75 Marcelino do departamento nessa Câmara Técnica.

76

77

78 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
79 Sou Marcelo Marcelino, sou do Instituto Chico Mendes, diretor de pesquisa,  
80 avaliação e conservação e biodiversidade e presido a Câmara.

81

82

83 **A SRª. LISIANE BECKER (SODEMAP) -** Eu sou Lisiane Becker. Sou bióloga,  
84 Presidente da ONG Mira Serra, representando Sodemap. Eu sou do Rio  
85 Grande do Sul, mas represento uma ONG de São Paulo.

86

87

88 **A SRª. JOANA AURÉLIA (Anamma Centro-Oeste) -** Bom dia a todos. Meu  
89 nome é Joana. Sou de Rondônia, Engenheira Floresta, estou aqui  
90 representando a Anamma Centro-Oeste

91

92

93 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI) –** Bom dia. Meu nome é Ricardo Melamed  
94 do MCTI.

95

96

97**A SR<sup>a</sup>. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste)** – Bom dia.  
98Meu nome é Ludmila. Eu trabalho na Gerência de Fauna da Agência Municipal  
99do Meio Ambiente de Goiânia. Estou representando a ANAMMA, também,  
100Centro-Oeste.

101

102

103**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
104Temos aqui alguns convidados, eu gostaria que eles se apresentassem, a  
105começar pelo Paulo, Conselheiro Paulo.

106

107

108**O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Sou Paulo Garcia,  
109Conselheiro do Ministério da Defesa no Conama.

110

111

112**O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa)** -  
113Bom dia a todos. Sou Coronel Rubens, trabalho com a parte de risco de fauna  
114do Cenipa. Nós concentramos os reportes do setor aeronáutica, dos eventos  
115que envolvem colisões de aeronaves com aves e outros animais.

116

117

118**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** - Bom dia a todos. Meu nome é  
119Ayrton. Eu sou biólogo, tenho doutorado em biologia animal e represento aqui a  
120Universidade de Brasília e o convênio com a Infraero, nós já estamos  
121trabalhando aí desde 2009 com perigo de fauna.

122

123

124**O SR. TARCÍSIO ABREU (UnB)** - Bom dia a todos. Meu nome é Tarcísio  
125Abreu. Eu também sou da coordenação técnica do convênio da CDT da  
126Universidade de Brasília com a Infraero.

127

128

129**O SR. LUIS PARIS (Infraero)** - Bom dia. Luiz Paris, Infraero.

130

131

132**A SR<sup>a</sup>. ROSSANA DE PAULA VILAMIU (Infraero)** – Bom dia. Meu nome é  
133Rossana. Eu sou mestra em Mastozoologia e sou funcionária da Infraero,  
134trabalho com o programa de risco de fauna, na verdade, segurança de voo  
135frente ao risco de fauna.

136

137

138**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
139João, deixa-me te perguntar o Roberto confirmou, não? O Roberto não vem. O  
140Roberto, eu acho que ele está, o Roberto Conselheiro representante do Mato  
141Grosso do Sul não vem. O João. Está ok, então. Vamos iniciar, nós já temos  
142quórum, podemos iniciar, está aberta a 6<sup>a</sup> Reunião da Câmara Técnica, vamos  
143direto para o segundo item de pauta que é a aprovação *Ipsis Verbis* da  
144transcrição da segunda reunião CTBio realizada em 19 e 20 de Fevereiro de  
1452013. Só temos dois Conselheiros presentes daquela reunião, mas, enfim, fica

146para todos a aprovação. Se ninguém tem nada contrário mantém como está,  
147então, aprovada a transcrição do relatório. Nós temos, então, uma única pauta  
148para esses dois dias que é a proposta de resolução que dispõe sobre critérios  
149e procedimentos para manejo das espécies nocivas em aviação em  
150aeródromos públicos e militares. Inicialmente, eu quero colocar para vocês, foi  
151apresentado não só a proposta original, mas, também, vocês viram o  
152substitutivo, que foi um substitutivo negociado e apresentado no Instituto Chico  
153Mendes e Ministério da defesa, mas que também teve a participação na  
154construção do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente, apesar de eles não  
155terem entrado na condição de proponentes da Resolução. A necessidade  
156desse edital, nós apresentamos já na plenária no Conama na reunião, na  
157semana retrasada. Ela se deu em função de que a proposta original ia muito  
158além do que a Lei 12.725 permitia. Então, por ela extrapolar os limites da lei,  
159principalmente isso ,e todos os seus dispositivos no fim estarem contaminados  
160por essa extrapolação, não era possível, nós julgamos que não era possível  
161trazer para a Câmara Técnica a proposta como ela estava, até porque daí um  
162trabalho muito grande para a Câmara tentar fazer todo o ajuste necessário e  
163criar um GT para fazer isso, não atingiria a necessidade que é correr em  
164regime de urgência a proposta. Então, a saída foi apresentar um substitutivo  
165que foi esse que os senhores têm em mãos aí, que é um substitutivo que ele  
166procura estar rigorosamente no limite da Lei 12.725, que é a lei que trata, ela  
167dá abertura para manejo de fauna em aeródromos, assim, como a Lei de  
168Crimes Ambientais e observando, também, a Lei Complementar 140. Então,  
169essa proposta guarda essa, esse rigor em obedecer, em observar o limite da  
170lei. Embora a Lei 12.725 seja auto aplicável, plena, mas foi relatado, nós  
171entendemos o mérito dessa proposta pela dificuldade que os operadores de  
172aeródromos estão tendo em conseguir obter as autorizações para o plano  
173manejo de fauna, e nós entendemos que havia espaço, sim, para o Conama,  
174no sentido de apresentarmos procedimentos tanto para elaboração do plano de  
175manejo quanto procedimentos para o órgão autorizativo poder apreciar, avaliar  
176e autorizar a Resolução, quer dizer, desculpa, autorizar, apreciar o processo e  
177autorizar o plano, dando conforto, regra para quem vai autorizar, que nós  
178percebemos que uma das dificuldades que se tinha é, exatamente, essa  
179insegurança por parte dos avaliadores, por parte dos técnicos que avaliavam  
180os processos em dar essa autorização, principalmente, quando se tratava de  
181abate. Então, essa proposta procura dar esse conforto apresentando regras e  
182procedimentos. Quem quer fazer mais alguma consideração inicial, não? Nós  
183passamos direto para a Resolução? Então, vamos lá, sim? Sempre no  
184microfone e apresentando-se antes.

185

186

187**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
188**de Janeiro)** – Na realidade, eu queria saber, aquela Instrução Normativa 72 do  
189Ibama, como que ficou ela nesse processo? Já foi extinta. Eu peço desculpas,  
190porque eu estou fora desse processo, desse trabalho há muitos anos, mas,  
191quando nós fizemos o manejo, lá em Fernando de Noronha, foi um trabalho  
192extenso. À época, eu trabalhava no Departamento de Aviação Civil, no Instituto  
193de aviação civil, e nós passamos quase dois anos fazendo o estudo sob a  
194égide da Instrução Normativa 72. Agora, eu vejo que tem aqui todo outro

195procedimento, um pouquinho diferente. Então, eu queria saber como que, na  
196realidade ela fica, ela foi extinta, não foi, como que é esse processo?

197

198

199**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
200Praticamente foi transformada na lei. Como temos uma lei agora que é um  
201instrumento superior, então, praticamente, ela hoje não é mais observada  
202porque tem uma lei que observa, se você lembra a IN, você vai observar que a  
203lei, praticamente, é a transformação da IN, com mais alguns dispositivos e  
204autorizações em relação à Lei Complementar 140, Ok? Podemos seguir, então.

205

206

207**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP) -** Eu tenho uma pergunta, você falou  
208em regime de urgência que não acabaria a GT, quando foi dado o regime de  
209urgência?

210

211

212**O SR. JOÃO LUIS FERNANDINO FERREIRA (DConama/MMA) –** Assim que  
213a matéria foi apresentada na plenária, antes de chegar no Cipam ainda,  
214quando já tinha ganhado o processo, eu não lembro o número da plenária, mas  
215eu vou lá pegar para você, foi votado em regime de urgência plenária. Eu vou  
216pegar o número para você, mas foi antes de tramitar no Cipam. Não sei, mas  
217eu vou dar uma olhada no número e já te falo aqui.

218

219

220**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
221Então, se não tiver mais nenhuma consideração podemos seguir, olhar direto  
222para a proposta. Então, a prática para quem não está acostumado, nós vamos,  
223dispositivo a dispositivo, olhando cada um, se percebemos que algum  
224dispositivo tem alguma conexão, alguma relação com algum dispositivo mais  
225na frente nós vamos à frente e nós voltamos, mas a ideia é olhar toda a  
226Resolução ponto a ponto, a começar pela ementa, porque é uma ementa que,  
227como está aí, o posto estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e  
228aprovação do plano de manejo de fauna em aeródromos e dá outras  
229providências. Se ninguém tiver comentário, nós seguimos. Bom, vem os  
230considerandos, primeiro, como já falei, considerando que dispõe a Lei 9.605,  
231Lei de Crimes Ambientais; Outro considerando imposto é a Lei Complementar  
232140; E outro é a Lei 12.725 essa que eu citei agora há pouco, que é uma que  
233tem por base a IN 72 do Ibama. E, por fim, são poucos considerandos, e, por  
234fim, o considerando a necessidade de estabelecer diretrizes e procedimentos  
235para elaboração e a autorização do plano de manejo de fauna e aeródromos,  
236PMFA. Ok? E aí tem essa introdução que foi feita aqui, considerando que as  
237diretrizes e metas para redução dos riscos de acidentes e incidentes  
238decorrentes de colisões de aeronaves com espécimes da fauna nos  
239aeródromos serão estabelecidos pelo Programa Nacional do Gerenciamento do  
240Risco de Fauna, o PNGRF, previsto na Lei 12.725 de outubro de 2012, resolve.  
241Esse considerando é para deixar claro que o limite da atuação dessa  
242Resolução, que as demais ações que têm relação direta com o manejo de  
243fauna em aeródromo, ela será feita por meio do programa, isso é importante  
244colocar porque essa Resolução fica limitada ao espaço do aeródromo. Nós

245sabemos que há várias situações que precisam ser corrigidas no entorno do  
246aeródromo, principalmente, no entorno da área de segurança do aeródromo  
247que é entorno de 20 quilômetros, mas essas ações são objeto desse programa  
248e que, pelo que eu sei, é objeto de um decreto que está em construção. Então,  
249o limite nosso aqui dessa Resolução é o limite do aeródromo. Área patrimonial  
250

251

252**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
253**de Janeiro)** – Eu, talvez, incomode um pouquinho porque, como eu participei  
254lá atrás muito, eu vi que a legislação traz aqui como conceito da ASA 20  
255quilômetros, e a Resolução Conama 4, na realidade, nós tínhamos duas áreas,  
256uma para visual, que eram 13 quilômetros de raio, e outra 20 Quilômetros para  
257a IFR, eu pergunto: Caiu essa questão? Nós temos uma ASA só, é uma  
258situação só? Desculpe.

259

260

261**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
262Não, a ASA aqui não é objeto de discussão. A Resolução Conama.

263

264

265**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
266**de Janeiro)** – Mas na lei fala que a ASA tem 20 quilômetros. Só isso que eu  
267queria saber.

268

269

270**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
271Não, ela se mantém, a lei é a lei. Só para deixar claro que essa Resolução trata  
272apenas das regras, procedimentos para a elaboração do plano de manejo de  
273fauna, que é no aeródromo, e a autorização desse plano, ela não trata do  
274programa. Então, as questões que estão postas na ASA são questões que vão  
275ser objeto do programa, como está na lei. Então, assim, nós, aqui, ficamos  
276limitados, exatamente, apenas ao plano de manejo de fauna. Ok. O João Luiz  
277está lembrando aqui que, pelo escopo que foi dado a lei, quer dizer, a essa  
278proposta de Resolução, ela não necessita tramitar mais na Câmara Técnica de  
279Controle Ambiental como estava previsto antes, tramitar nas duas câmaras.  
280Então, ela tramita só nessa câmara aqui, e depois vai para a Câmara Jurídica.  
281Então, seguindo.

282

283

284**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI) –** Desculpe a pergunta. O fato do “serão”  
285ser futuro dá a impressão que o programa não existe, é isso? Serão  
286estabelecidos pelo programa.

287

288

289**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
290Vou passar a palavra aqui para o...

291

292

293 **O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) -**  
294 Está exato o tempo do verbo porque o decreto ainda não foi aprovado. Então,  
295 acredito que esteja nesse momento exato.

296

297

298 **O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD) –** É, no entanto, como a  
299 Resolução pretende permanecer ao longo do tempo, realmente, talvez pudesse  
300 fazer uma correção aí. Nos aeródromos, são estabelecidos pelo programa  
301 previsto na lei, quer dizer, quando o programa sair está lá previsto. E o  
302 programa já é previsto na lei, quer dizer, o fato de não existir hoje vai existir na  
303 semana que vem ou daqui a seis meses, ele vai existir, e a Resolução já está  
304 pronta. E aí quando tiver o programa, a Resolução vai dizer que serão. Não,  
305 são estabelecidos porque a lei já prevê que existe, com a lei está em  
306 elaboração, mas já está previsto. Eu acho que tem que passar para o presente  
307 mesmo.

308

309

310 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI) –** Eu não estou nem considerando a parte  
311 técnica. Só a questão de jurisprudência mesmo. Nós estamos criando uma  
312 norma, no meu entendimento, criando diretrizes que ainda não estão  
313 estabelecidas, não fica meio, como pode criar uma norma com diretrizes,  
314 seguindo, tendo um considerando que segue umas diretrizes que você não  
315 sabe quais são ainda, quer dizer, desculpe a minha.

316

317

318 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
319 Deixa-me esclarecer, deixando bem claro. A lei... Eu vou tentar colocar aqui.  
320 Permitam-me, Conselheiros, a questão que nós temos aqui é que nós temos  
321 uma situação de acidente, risco de acidente em aeródromos, e nós temos,  
322 vamos dizer assim, dois âmbitos de atuação; Uma atuação direta no  
323 aeródromo; E outra é uma atuação mais ampla, na chamada área de  
324 segurança aeroportuária, que é a área que a lei estabeleceu, é um raio de 20  
325 quilômetros. Então, nessa área porque são várias situações, várias causas em  
326 que levam você ter animais, principalmente, aves nos aeródromos, vem de  
327 fontes, por exemplo, lixões. Por mais que se faça uma atividade de controle de  
328 urubu, por exemplo, no aeródromo, se você não tira o lixão, você vai tirar os  
329 animais e vai continuar nascendo ali mais e chegando lá no aeroporto. Então, o  
330 plano, é um plano para atuar nesse âmbito, que é um âmbito muito maior do  
331 que o aeródromo. Porém existe uma atuação no aeródromo mesmo e esse  
332 plano de manejo de fauna, do qual trata essa Resolução, ele apenas trata da  
333 área do aeródromo. Ele não trata da área fora do aeródromo, que essa, sim,  
334 que tem essas diretrizes que são estabelecidas no programa. Não sei se fui  
335 claro o suficiente para vocês, mas, assim, nós colocamos esse considerando  
336 aqui, exatamente, para não confundir para colocar que as demais ações que  
337 precisam ser feitas, essas ações que têm que ser feitas além do aeródromo  
338 serão estabelecidas no programa, não serão objeto do plano de manejo de  
339 fauna e aeródromo, não sei se ficou claro.

340

341

342 **O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Eu posso dar outra  
343 sugestão de redação, se pudesse escrever embaixo, por favor. Considerando  
344 que cabe ao, aí pode tiro o Programa Nacional de Gerenciamento de Risco de  
345 Fauna, não, só pega o Programa Nacional de Gerenciamento de Risco de  
346 Fauna e leva depois do cabe, cabe ao, estabelecer as diretrizes para redução  
347 de risco de fauna, decorrentes de tal, tal, tal, como previsto na lei, resolve. Eu  
348 acho que essa redação tira o serão e diz que é lá naquele plano que vai se  
349 tratar dos problemas além da área patrimonial do aeródromo.

350

351

352 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Eu  
353 acho que nós precisaríamos também colocar aí, Paulo, a questão da ASA, é  
354 importante. Estabelecer que essas metas e diretrizes referem-se a ações  
355 estabelecidas para ASA, para Área de Segurança Aeroportuária. Acrescentar  
356 ali. Para a ASA com o objetivo de, para a Área de Segurança Aeroportuária.

357

358

359 **O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Talvez a expressão área  
360 de segurança ficasse ali ao invés dos aeródromos, seria na área de segurança  
361 aeroportuária.

362

363

364 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
365 Não, pelo que eu entendi tiraria o aeródromo, é assim? Vamos ler para ver se  
366 pega. Considerando que cabe ao Programa nacional de Gerenciamento e  
367 Risco de Fauna estabelecer as diretrizes e metas para a redução do risco de  
368 acidentes e incidentes decorrentes de colisões de aeronaves com espécimes  
369 da fauna na área de segurança aeroportuária como previsto na Lei 12.725.  
370 Deixa-me pensar aqui um pouco. Só uma perguntinha, perguntar ao Coronel  
371 que, existe risco de acidente também dentro da ASA, não só durante o pouso  
372 ou decolagem da aeronave, mas também durante a aproximação de aeronave  
373 ao aeroporto.

374

375

376 **O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa)** -  
377 O voo de cruzeiro, digamos assim, é a única parte que não está ali  
378 contemplada. A aproximação está na ASA.

379

380

381 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – É  
382 porque estão me dizendo que o programa vai estabelecer metas e ações para  
383 reduzir o risco de acidentes na ASA.

384

385

386 **O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa)** -  
387 Até porque, senão nós passaríamos do limite da lei, que diz que é limitado pela  
388 ASA.

389

390

391 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
392 Pergunto se há risco de colisão na ASA. Na ASA mesmo.

393

394

395 **O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) -**  
396 A ASA pega a parte de aproximação, pouso, decolagem e subida. Fora da  
397 ASA, quando o avião está fora dos 20 quilômetros do aeródromo, ele está tão  
398 alto e população de aves nessa parte é tão baixa que a lei não contempla isso  
399 e nem as ações do programa de manejo no aeródromo.

400

401

402 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
403 Podemos reler aqui para ver se está pegando. Considerando que cabe ao  
404 Programa Nacional de Gerenciamento de Risco de Fauna estabelecer as  
405 diretrizes e metas para redução dos riscos de acidentes e incidentes  
406 decorrentes de colisões de aeronaves com espécimes da fauna na área de  
407 segurança aeroportuária, como previsto na Lei 12.725. Em algum lugar, eu  
408 acho que caberia uma vírgula aí, ou entre. Vou pedir sempre qualquer  
409 intervenção para usar o microfone e se identificar, senão prejudica a  
410 transcrição.

411

412

413 **O SR. LUIS PARIS (Infraero) -** Eu acho que cabe uma vírgula após fauna, que  
414 é uma expressão complementar ali, na segurança, na área de segurança  
415 aeroportuária. Porque tem toda uma expressão e você vem com essa  
416 complementação. Porque a primeira parte antes de vírgula está prevista dentro  
417 da lei, então, se poderia, por exemplo, expressar direto como previsto na Lei  
418 12.725.

419

420

421 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) – Ok.**  
422 Está bom. Então, fica aprovada essa.

423

424

425 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
426 **de Janeiro) –** Como, agora, nós mudamos esse considerando, ele deu uma  
427 abrangência, quer dizer, ele começa do maior, que é a questão do programa, e  
428 nós vamos tratar, especificamente, de um menor, que é dentro de uma área.  
429 Não seria interessante a inversão do primeiro considerando para esse terceiro,  
430 e aí nós botamos o resolve porque nós vamos resolver tão somente dentro da  
431 PMFA. Eu acho que, nesse momento, talvez pudéssemos pensar assim.

432

433

434 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) – Ok.**

435

436

437 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP) -** Eu estou acostumada nós darmos  
438 uma olhada na minuta e depois começar, e aí já estão saindo para votação. Eu  
439 tenho alguns questionamentos. Já na ementa, no que trata sobre elaboração e  
440 aprovação, essa aprovação para mim seria a análise, porque remete também o

441indeferimento e, em seguida, também dentro da, não sei se caberia colocar que  
442são os aeródromos, já implementados. O Rio Grande do Sul tem vários  
443projetos em áreas com elevada biodiversidade e que não caberia. Então, você  
444fica correndo atrás do prejuízo, depois implementa o aeroporto. Já tem dois  
445projetos em áreas de, extremamente, alta relevância para a conservação da  
446biodiversidade na serra, e nós vamos ter um problema bem grande em relação  
447a isso. Então, não me parece, assim, isso eu perguntei até para outros colegas  
448da área, eles também concordam que devesse constar que é só para os atuais,  
449porque, senão fazemos o aeroporto e, depois, nós vemos o plano. O que está  
450acontecendo, porque a lei não é nova, a de Crimes Ambientais, não é nova a  
451questão de colisões com aeronaves, e nós estamos esperando uma Resolução  
452que não deixa claro que os próximos aeródromos deverão levar em  
453consideração a localização. Não me parece claro, eu acho que poderia ficar  
454mais didático de colocar que essa Resolução trata só daqueles já  
455implementados e a questão é essa da aprovação por análise.

456

457

458**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
459Bom. Deixa-me colocar, fazer o contra ponto, Marcelo da ICMBio. Bom, nós  
460temos uma lei e a lei não faz diferença entre aeroportos atuais ou aeroportos  
461ainda a serem construídos. A lei trata de todos os aeroportos, então,  
462independente de ele existir ou que deva existir depois, ela é abrangente, pega  
463todas as situações. E, aqui, essa Resolução é apenas dá essas diretrizes e  
464regras para aprovar um plano que está previsto na lei, apenas isso. Mas a lei  
465estabeleceu que isso é para todos os aeroportos, porque, se eu for pensar em  
466estabelecer uma regra, um procedimento para aqueles que ainda serão  
467licenciados, ambientalmente, aí eu vou criar uma confusão, quer dizer, eu vou  
468ter que tentar harmonizar esse procedimento ao procedimento de  
469licenciamento ambiental. Lembrando que qualquer impedimento tem a licença  
470de operação, então, ele terá que ter. O plano não relacionou o fato de você  
471precisar ter um plano de manejo para você ter uma LP, por exemplo, ou uma LI  
472ou LO, é para operação do aeroporto, ele tem que ter esse plano, se tiver  
473conosco com fauna. Vai lá que tem algum aeroporto que não tenha, então não  
474precisa ter plano.

475

476

477**A SRª. LISIANE BECKER (SODEMAP) -** Sou conhecedora da questão e os  
478aerportos continuam querendo ser instalados nesse mesmo lugar,  
479independentemente, a parte pressão, politicamente, que as comunidades mais  
480carentes exigem. Então, tem toda essa pressão que acaba culminando em  
481danos ambientais. Eu não vou nem enumerar aqui, por que senão nós  
482passaríamos dias falando. E a questão em relação ao que você falou sobre a  
483lei, isso aqui é uma Resolução, ela pode, perfeitamente, no meu entendimento  
484disciplinar, regulamentar, uma questão. Ela não precisa abranger a lei toda ou  
485todos os aspectos que a lei se remete. Ela pode disciplinar no momento para  
486essa questão, o que nós já temos, nós não estamos aqui fazendo uma  
487Resolução por que virá, exatamente, fazendo porque já existe.

488

489

490 **SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Eu  
491 entendi essa Resolução para os aeroportos que já funcionam, que estão  
492 operando hoje, é isso. Mas eu não entendi, você quer outro conjunto de regra  
493 para aqueles que ainda serão licenciados.

494

495

496 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** - Mas eu quero que fique claro que  
497 existe.

498

499

500 **SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
501 Mas se eu colocar para os que existe, para os (...), pressuponho que tem que  
502 ter outra regra .

503

504

505 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** - Precisa ter um pouco de  
506 discernimento nessa nossa questão que eu quero falar, que eu quero dar a  
507 entender. Em algum momento, deveria se colocar que esse manejo todo.  
508 Primeiro, vai haver manejo porque é uma área que tem problema com colisões,  
509 os animais não vão parecer do nada ali, já tem o problema instalado, não é um,  
510 não sei como vou te explicar de outra maneira, eu sei que o pessoal todo que  
511 eu conversei, que já tem o aeroporto de Porto Alegre, que trabalha com  
512 manejo, eles acreditam também que essa Resolução deveria se direcionar aos  
513 aeroportos já implementados. Aqueles que não forem implementados não  
514 podem seguir essa regra porque eles já não deveriam estar em lugar que tem  
515 problema. É aí condiciona a licença ambiental.

516

517

518 **SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
519 Quem pediu a palavra... Eu só colocar uma coisa, assim, que não pode se  
520 confundir, aqui, um procedimento que é para autorizar um plano de manejo de  
521 fauna com o procedimento que é para licenciar, ambientalmente, o aeroporto.  
522 Então, essas questões que você está colocando aí são questões que têm que  
523 ser observadas no processo do licenciamento ambiental do aeroporto. Mas  
524 uma vez que o aeroporto foi estabelecido ali e se ele necessita ter um plano de  
525 manejo de fauna, ele terá, mas aí cabe ao órgão licenciador decidir, se ele vai  
526 existir ali ou não. Praticamente, será impossível se ter algum espaço físico  
527 nesse País, nesse território que você não vá ter problemas com fauna. É difícil  
528 você encontrar isso, porque, assim, se você observar a lei, ela trata de fauna  
529 doméstica, fauna silvestre, então, no geral. A minha preocupação aqui é não  
530 criar uma regra para algo que não existe, quer dizer, como é que não existe?

531

532

533 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** - Eu vou, depois adiante vai ter outra  
534 possibilidade, não preciso deixar aqui, eu vou deixar mais abaixo que vai dar  
535 na mesma situação de uma maneira diferente. Eu vou só propor que seja  
536 trocada a palavra aprovação por análise e, ainda, antes de chegar onde nós  
537 estávamos, a relação, eu sei que está na lei, também, que é espécie-problema,  
538 mas nos conceitos, assim, como nós tivemos na questão do morcegos que  
539 tinha espécies nocivas, eu não acredito que sejam espécies-problema. As

540espécies que põe em risco, elas não são o problema, o problema é a aeronave  
541que está ali, no meu conceito o problema é a aeronave, não é a ave ou, então,  
542o problema é o lixão que está ali perto, é a concentração de supermercados,  
543restaurantes, favelas e etc. Então, aí para mim é o problema, a ave é uma  
544consequência, ela não pode ser colocada problema, embora a lei coloque  
545como problema. Eu não sei se poderia, seria possível, dentro da Resolução, na  
546parte de conceito, nós colocarmos espécies de risco de colisões que se  
547referiria a espécie-problema da lei para não ficar insistindo porque aparece n  
548vezes espécie-problema. Eu não acho nem um pouco didático e não acho nada  
549ambientalmente correto colocar toda hora espécie-problema, isso incute  
550qualquer público menos avisado que nós temos uma espécie-problema. A ave  
551é problema, o bicho é problema e nós já estamos saturados desse tipo de  
552informação subliminar. Então, não sei se poderia se em algum conceito  
553colocar: Espécie-risco é aquela considerada espécie-problema na lei e pronto,  
554e não fica repetindo espécie-problema e sim espécie de risco.

555

556

557**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
558Algum Conselheiro? Pedir a palavra antes, os convidados são depois. Algum  
559Conselheiro, não? Então, por favor, eu peço que se identifique.

560

561

562**A SR<sup>a</sup>. ROSSANA DE PAULA VILAMIU (Infraero) –** Como falar uma parte  
563que o Conselheiro já explanou, perfeitamente, então, a questão do  
564licenciamento é uma, todos os aeroportos têm que passar por ela, e a questão  
565da espécie-problema é um problema à aviação e a segurança das pessoas e  
566da própria ave. E quanto à questão de manejo não é um manejo indiscriminado  
567de toda e qualquer espécie, a proposta é de algumas espécies somente, e está  
568bem claro que são aquelas que não corram o risco de estejam de alguma  
569forma ameaçadas. Então, assim, não é uma coisa, não é uma proposta, não é  
570indiscriminada, ela é feita com base, realmente, em estudos e altamente  
571científica.

572

573

574**O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) -**  
575Só complementando o que o presidente já falou sobre a questão do  
576aeródromo, que a senhora bem colocou, e eu concordo. O problema,  
577realmente, é a aviação porque a aviação começou depois. Só que nós hoje  
578como sociedade estabelecida, nós não conseguimos mais estabelecer a vida  
579sem essa indústria de aviação. Então, esse ponto que a senhora tocou,  
580perfeito, ele está contemplado no texto do decreto de regulamentação da lei  
581quando fala do estabelecimento e localização de novos aeródromos. Então,  
582está se falando lá no decreto, que devem ser considerados a relevância  
583ambiental e etc. e tal, está lá no decreto. Então, isso foi contemplado no  
584decreto como um problema que a aviação causaria por estar colocando o novo  
585aeroporto em um local onde não deveria existir. O próprio exemplo do Galeão,  
586um aeroporto que não deveria existir. Só que naquela época nós não  
587pensávamos, não tínhamos esse discernimento que hoje nós temos. Tem mais  
588uma questão que a senhora falou também sobre espécie-problema, só para  
589finalizar, lá na lei como a Rossana bem disse, tem uma definição de espécie-

590problema, é aquela que causa risco à aviação. Então, assim, nós não  
591podíamos ficar repetindo, aquela que causa risco à aviação porque ficava uma  
592frase ao invés de uma palavra dupla que dava lógica e fluidez no texto.

593

594

595**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Ok,  
596obrigado. Antes de nós entrarmos em debate, deixa-me fazer alguns ajustes  
597aqui, porque foram propostos alguns ajustes que nós acabamos não fazendo.  
598Eu queria que descesse um pouquinho a proposta da Resolução. Foi proposta  
599do Conselheiro nós invertermos a ordem do considerando. Já foi invertida, não  
600é? Já, ótimo. Voltando para a ementa, por favor, eu vou propor, em cima da  
601proposta Sodemap, na verdade, não é análise, é autorização porque nós  
602tratamos, depois, de toda a sequência da proposta da autorização. A análise é  
603um rito dentro da autorização. Então, nós estamos estabelecendo diretrizes e  
604procedimentos para autorização do plano, eu tinha colocado aprovação antes,  
605mas nós não tratamos de aprovação, nós tratamos é de autorização do plano  
606que é um termo da lei. E aí, antes que nós entremos no debate com relação à  
607questão do conceito da espécie-problema, a espécie ou qualquer outro nome,  
608eu concordo contigo. Eu não sou favorável a espécie-problema, mas é um  
609termo que está na lei e nós temos o cuidado de resgatar e obedecer ao que  
610está na lei. Então, a lei estabeleceu essa nomenclatura, pode não ser das mais  
611felizes, mas é o que está na lei e, aí, não sei, alterar o conceito, eu não acho  
612apropriado na Resolução, mas pode ser que, no transcorrer do dispositivo, nós  
613possamos tratar de espécies, por exemplo. Já que sabemos que é espécie  
614problema, tratar de espécie, naquilo que couber tratar de espécie, e, quando  
615precisar, realmente, categorizar aquela que é problema daquela que não é  
616problema, usar o problema para poder minimizar isso aí. Eu sei que repetiu  
617demais espécie-problema, mas é porque foi estabelecido em lei esse termo.

618

619

620**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** - Eu li a lei, eu não vi o decreto. Pois é,  
621por isso que eu não pude participar do comentário, porque eu, realmente, não  
622tenho o decreto, eu não pude ver que tem essa questão dos a serem  
623implementados. Não sei, eu acho que mesmo em Resolução, nós poderíamos,  
624como resolução, isso caberia depois da Câmara Técnica ou Jurídica, sei lá,  
625mas aqui não é questão de mudar o conceito, é de fazer uma relação com o  
626centro conceitual. Nós colocamos lá no início, o que se considera espécie de  
627risco? É aquela colocada lá na lei, que é a espécie-problema. Só que como o  
628decreto, e a própria lei diz que o problema não é a espécie, de novo, vou  
629reforçar, o problema não é a espécie, são as condições que levam a espécie  
630estar ali. Então, é uma consequência, e eu acho que isso tem que ficar claro  
631em algum lugar, pode até colocar espécie problema ali, mas, de novo, enfatizar  
632em um conceito o que é espécie-problema aquilo que está na lei, colocar aqui  
633de novo, que é decorrente de todas as condições ambientais que tem no local  
634e que, por isso, com a implementação daquele aeroporto, pode causar  
635problema. Mas eu, realmente, acho muito ruim, ambientalmente falando, do  
636ponto de vista didático, do ponto de vista pedagógica ficar toda hora repetindo  
637que uma espécie animal é um problema, é um risco? É um risco, mas não é um  
638problema, ela pode estar ali e não causar impacto nenhum. Ela é um risco, não  
639é o problema. Só pelo fato dela existir não é um problema, é um risco, que

640pode ser desviado pelo piloto, como pela própria ave, ou, infelizmente, dar  
641algum acidente. Então, realmente, eu vou insistir que, em algum momento, nós  
642tiremos esse peso de espécie nociva, espécie-nociva e espécie-problema, para  
643mim, é a mesma coisa, só porque agora você pode seguir a lei, mas na  
644Resolução, acho que caberia em algum momento, nós dizermos que, remeter à  
645lei que o problema não é em si a espécie, é toda aquela conjuntura que leva a  
646estar presente ali.

647

648

649**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Só uma sugestão de consenso, nós  
650podemos arrumar outro adjetivo, conflitante, espécie conflitante, não sei se não  
651pode mais mudar, porque aqui tem uma definição. Agrada a ela e não cria  
652problema, a espécie conflitante, a espécie, não sei, me veio a cabeça  
653conflitante.

654

655

656**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Eu  
657só quero lembrar aos senhores que a Resolução não tem o poder de alterar  
658nomenclaturas que estão na lei, nós podemos suprimir.

659

660

661**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Se não pode suprir, então pode alterá-  
662las.

663

664

665**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio  
666de Janeiro)** – Aqui no inciso VII do art. 2º já traz o conceito de ave problema  
667vinculando, seja que tipo de ave for, que traz interferência na segurança do  
668aeroporto, traz, assim, talvez. Não sei se vai ser suficiente, Lisiane, mas  
669poderia ter um considerando, eu acho que mudar também de problema, eu  
670também estou com o Marcelo. Nós estamos mudando o que já tem em uma lei,  
671talvez um considerando anterior esclarecendo essa questão, que ela é  
672problema em detrimento disso, uma coisa um pouquinho melhor, mas mudar,  
673realmente, a nomenclatura, eu acho que, então poderia ficar o dever de casa  
674de fazer o considerando nessa linha.

675

676

677**O SR. MAJOR JOÃO SOARES DA COSTA VIEIRA (CNCG)** – É só  
678reforçando, também não gosto da palavra, mas está na lei e a Resolução aqui  
679está toda, nós acabamos de falar nos considerandos que é com base na lei.  
680Então, não dá para tirar, não dá para modificar por conta disso.

681

682

683**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Ok.  
684Airton.

685

686

687**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Talvez, realmente, o problema  
688não seja a palavra ideal, mas como foi dito, está na lei e, assim, a ideia não é  
689rotular as espécies. Eu acho que o mais importante aí é, inclusive, nós

690direcionamos o manejo e, inclusive, essas espécies-problemas podem ser  
691dinâmicas. Hoje, o urubu pode ser uma espécie-problema no aeródromo como  
692amanhã, depois do manejo, pode não ser mais. Então, ao mesmo tempo, o  
693urubu continua sendo fundamental dentro do seu meio ambiente. Então, a  
694questão aqui não é rotular as espécies, é talvez direcionar o manejo para quem  
695causa problemas à aviação naquele contexto, não é no contexto geral  
696rotulando a espécie.

697

698

699**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**

700Essa questão já está superada com essa proposta de colocarmos o  
701considerando dentro, sobre isso, você pode elaborar alguma coisa? No  
702momento não, mas para o segundo período? Você já começou até alguma  
703coisa que a nós possamos colocar de volta à tarde. Então, vamos seguir com  
704os considerandos, já acordado que nós vamos incluir o considerando relativo a  
705essa questão de espécie problema, vamos... Fica aprovada, então, a ementa  
706como ela está. A proposta que estabelece diretrizes e procedimentos para a  
707para elaboração e autorização do plano de manejo e fauna e aeródromos, e dá  
708outras providências; Também fica aprovada, a alteração, quer dizer, a inversão  
709feita nos considerandos. E aí nós vamos, então, para o art. 1º. Você fez um  
710comentário antes, Lisiane, que gostaria de ver toda a Resolução antes de  
711debater ponto a ponto? Você quer dar uma passada geral em toda ela? Ou não  
712porque, assim, eu parti do princípio que todo mundo leu a Resolução. Por isso  
713que eu já fui direto para os pontos, mas se vocês quiseram dar uma passada  
714geral. O problema nosso é o tempo, por isso que nós já fomos direto para cada  
715um dos dispositivos. Podemos seguir, então? No ponto a ponto? Então vamos  
716lá. Art. 1 - Estabelecer diretrizes e procedimentos para elaboração e  
717autorização do plano de manejo de fauna e aeródromos, PMFA. Já foi trocado  
718a autorização, não é autorização, não é aprovação não, já trocou na ementa.  
719Art. 2º - Para os efeitos dessa Resolução, são adotadas as seguintes  
720definições, que são definições que constam na lei, nada aqui foi alterado,  
721então, a primeiro, abate, morte de animais em qualquer fase do seu ciclo de  
722vida causado e controlada pelo homem. Inciso II – Aeródromo, toda área  
723destinada ao pouso, a decolagem e a movimentação de aeronaves. Inciso III -  
724Autoridade Ambiental, órgão ou entidade federal, estadual ou municipal  
725integrante do Sisnama e responsável pela concessão de licenciamento  
726ambiental do aeródromo. Lisiane.

727

728

729**A SRª. LISIANE BECKER (SODEMAP) -** Eu queria questionar essa autoridade

730ambiental onde ele aparece no texto, eu encontrei aqui que autoridade  
731ambiental, ou seja, pode ser o município, ele pode, terá o prazo de quinze dias  
732para definir a destinação do espécime. Eu queria saber onde está isso para o  
733município porque a Lei Complementar 140 não fala. Na lei, ela fala uma hora  
734Sisnama e em outro ponto ela fala que é município, mas a Lei Complementar  
735140 não delega isso ao município para a autoridade ambiental que é ali, órgão  
736estadual ou municipal, o município, no caso, dizer para onde vai, o município  
737não tem competência para manejo de fauna pela Lei Complementar 140 para o  
738Estado e para criadouros. Não sei por que está município ali.

739

740

741 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
742 **de Janeiro)** – Pelo que eu conheço da 140, na realidade, ela remeto ao  
743 processo de licenciamento. Quem licencia, até aquela questão polêmica da  
744 fiscalização, ela diz que quem licencia seria quem estaria fiscalizando as  
745 condicionantes e tudo mais. Eu entendo que por uma questão de analogia,  
746 neste caso, quem licenciou o aeródromo seria a autoridade ambiental capaz de  
747 autorizar o plano de manejo, por isso, não me causou estranheza, foi só isso.

748

749

750 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Eu  
751 chamo a atenção que isso não é o caso de seria, é o caso que está assim na  
752 lei, é o conceito posto na lei, a lei estabeleceu, a Lei 12.725 estabeleceu que a  
753 autoridade ambiental é aquela responsável, é a mesma que licencia o  
754 aeródromo. Está na lei, inclusive, o art. 2º puxa integralmente o que está na lei.

755

756

757 **A SRª. LISIANE BECKER (SODEMAP)** - Autoridade ambiental está na lei.  
758 Autoridade ambiental, órgão ou entidade federal, estadual ou municipal  
759 integrante do Sisnama. Mas a lei é de 2012, então, foi depois ainda da Lei  
760 Complementar 140. É interessante porque a concessão do aeródromo só pode  
761 ser feita se colocada como tipologia pelo Conselho Estadual, só vai poder dar  
762 autorização o município que tiver como tipologia ou delegação de competência.

763

764

765 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
766 **de Janeiro)** – Eu entendo que quando ele se refere ao município aqui, é  
767 porque seria o município tão somente quando ele deu a licença para aquele  
768 aeródromo. Então, ele seria o órgão competente e do Sisnama. Eu não vejo  
769 problema.

770

771

772 **O SR. MAJOR JOÃO SOARES DA COSTA VIEIRA (CNCG)** – Eu entendo  
773 aqui que está falando órgãos do Sisnama. O município, ele faz parte, é para o  
774 futuro, então lei está prevendo que futuramente se a Lei Complementar, ela  
775 prevê, por exemplo, não é só quem licencia o aeródromo, no meu Estado quem  
776 faz fauna é o Estado, diferentemente, de quem vai licenciar o aeródromo. Eu  
777 estou entendendo aqui que está privilegiando aqui todos os entes da federação  
778 que fazem parte do Sisnama, mesmo que agora o município não possa estar  
779 trabalhando com fauna, futuramente, ele pode através de um convênio, de uma  
780 delegação da União ou do Estado. Então, eu acho que a lei pensou para frente,  
781 deixou em aberto, mas naquele Estado em que é o Estado que faça, é o  
782 Estado que vai fazer. ou se é a União é a União que vai fazer porque o  
783 município não está fazendo ainda. Então, eu acho que isso está do meu ponto  
784 de vista até está tranquilo.

785

786

787 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Eu  
788 só acho que esse debate, a lei estabeleceu primeiro que autoridade ambiental  
789 é aquela que licencia, ambientalmente, o aeródromo, então está posto isso e a

790140 que estabeleceu em que situações, que momento o órgão municipal e  
791estadual passa a licenciar. E lembrando que tem o dispositivo na 140 que nós  
792repetimos o dispositivo aqui nessa lei que é o dispositivo da (...), que no  
793momento que aquela autoridade não tiver condição de fazer essa atividade que  
794se faça o uso do dispositivo. Nós deixamos isso muito claro aqui e nós  
795repetimos isso aqui, fez menção a 140. Então, eu acredito que essa sua  
796preocupação está superada aqui dentro.

797

798

799**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** - Eu concordo até com essa  
800interpretação, o problema é a aplicação. Só vou deixar um comentário, não vou  
801nem mais discutir em cima. É a questão de nós sermos tão papel, que na hora  
802que vai, o município vai, nós não temos Setas para começo de conversa, tem a  
803457 que foi o último caso para resolver isso. E nós estamos remetendo aqui ao  
804Setas. Aí chega na hora aqui do município aprovar, a Lei Complementar fala  
805em órgão capacitado, e não diz o que é. Então, nós vamos ter, eu trabalho,  
806diretamente, com essa questão no Rio Grande do Sul, do licenciamento. Então,  
807resolvendo a 102, que nós já tínhamos essa municipalização. Pois é, é um  
808absurdo que acontece de um município achar que consultaria vai resolver o  
809problema dele e a consultaria que vai responsabilizada e o município não. Nós  
810estamos há 14 anos com municipalização e tem gente que ainda pensa isso,  
811que não sabe discernir um estágio (...) de Mata Atlântica. Não sabe nem que  
812tem que aplicar a Mata Atlântica na Lei Complementar 140 porque também há  
813uma interpretação, então, eu acho assim nós estamos tratando com vidas,  
814tanto humanas quanto da fauna. E remeter assim, realmente, eu sei que a lei  
815diz, sei que pode ter diversas interpretações, mas acho, assim, me dói,  
816realmente, saber que vai parar em um município que, por pressão, vai fazer  
817isso mais cedo ou mais tarde. Assim, municípios que têm necessidade de  
818aeródromos são aqueles municípios pequenos. Então, é centro de vários  
819municípios pequenos que aí fazem um consórcio meia boca, me desculpe o  
820termo, e vão autorizar essas coisas. Então, só deixar esse meu sentimento de  
821experiência, trabalho há 30 anos com isso que vai e acontece e vai continuar  
822acontecendo por que nós sempre nós apegamos a um dispositivo legal  
823aplicado que não tem uma boa interpretação.

824

825

826**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Eu  
827entendo a sua preocupação. E esse Conama tem, exatamente, a preocupação  
828de tentar dar clareza e dar segurança a quem vai autorizar e, inclusive, ter a  
829previsão de, quando não tiver a competência, não é nem competência,  
830competência ele pode ter, ele pode não ter a capacidade de fazer, de fazer a  
831autorização e se recorrer a (...). Então, isso está posto para Lei 140 nós  
832repetimos isso aqui. Agora podemos ver, Lisiane, nos demais dispositivos, se  
833nós conseguimos observar essa sua preocupação lá. Algum dispositivo tem lá  
834embaixo, quando nós estamos tratando das regras de autorização nós  
835conseguimos colocar mais alguma coisa ali, e eu faço, inclusive, essa sugestão  
836para podermos avançar porque tudo que nós estamos lendo aqui agora são  
837dispositivos já postos em lei. Nós até podemos retirar todos se quiser que estão  
838colocados em lei, nós só colocamos aí para dar uma certa didática no

839 documento, mas podemos tirar porque está posto em lei e não houve alteração  
840 nesses conceitos que estão aí. Ok? João.

841

842

843 **O SR. MAJOR JOÃO SOARES DA COSTA VIEIRA (CNCG)** – Só tentando  
844 esclarecer para a colega. Eu acho que o conceito aqui do inciso VIII, eu acho  
845 que ele vai ao encontro do que a colega está falando, porque ele está falando  
846 de autoridade ambiental que são aquelas das três entidades, estadual,  
847 municipal, integrantes do Sisnama e responsável pela concessão de  
848 licenciamento ambiental. Então, se o município não for responsável, não vai ser  
849 ele que vai licenciar. Eu acho que não está dizendo que vai ser o município  
850 aqui responsável, ele precisa ser...

851

852

853 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
854 Desculpa interromper, é que a preocupação dela é, exatamente, quando o  
855 município é o órgão licenciador e vai autorizar, é essa a preocupação dela.  
856 Então, a única forma que nós temos até agora do ponto de vista é recorrer a  
857 (...), que a 140 fala que, quando o município, embora seja competente para  
858 fazer o licenciamento estudo ambiental, ele não tem capacidade de fazê-lo ou  
859 autorizar, o órgão acima ou na instância superior terá que fazê-lo.  
860 Automaticamente ele passa a exercer essa função e isso está posto na 140, se  
861 não me engano, no art.15 na 140, e nós fizemos questão de repeti-lo aí, repeti-  
862 lo não, fazer menção a ele, exatamente, para poder resguardar essa  
863 preocupação da Lisiane. Agora, embora tenha esse dispositivo já na  
864 Resolução, aqui nessa proposta, é possível nós tentarmos, em outros  
865 dispositivos aqui dentro, tentar dar mais algum resguardo nesse sentido, que a  
866 preocupação é essa. É se dar a segurança que vai autorizar, facilitar ao  
867 máximo a quem vai autorizar. Podemos seguir. Então, seguindo com os demais  
868 incisos. Inciso IV – Colisão com fauna, evento em que ocorra, pelo menos, uma  
869 das situações descritas, aí vem o item A - testemunha de ocorrência pela  
870 tripulação ou pessoal interno de colisão da aeronave com o animal no  
871 aeródromo ou entorno, evidência de dano decorrente de colisão de animal e  
872 aeronave, C - Carcaça de animal ou parte dela localizada em até 50 metros  
873 nas laterais da pista de pouso ou de táxi ou em até 300 metros da cabeceira da  
874 pista de pouso. É aí que você quer ou no próximo. Alteração significativa da  
875 operação de aeronave em decorrência da presença de animais no aeródromo  
876 ou entorno. Lisiane.

877

878

879 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** - Eu não encontrei essa definição de  
880 carcaça na lei, que é carcaça, porque também me admira que é até 300  
881 metros, uma carcaça encontrada, o animal não morre mais naturalmente, só  
882 por colisão, não pode ser predado por outro animal, ele não pode ter uma  
883 morte por idade. Encontrou uma carcaça a 300 metros, eu não vi, pode ser que  
884 esteja no decreto, mas na lei eu não achei essa definição de carcaça, como  
885 sendo para critério de colisão.

886

887

888A SR<sup>a</sup>. ROSSANA DE PAULA VILAMIU (Infraero) – Sim, pode ser, mas só  
889que em risco, em gerenciamento de risco, nós utilizamos o pior cenário  
890possível para gerenciamento de risco, não, para qualquer gerenciamento de  
891risco, para qualquer um. Então, assim, considerando que dentro do aeroporto  
892ao *jetbless*, aquela massa de ar que a aeronave desloca, que emite durante o  
893deslocamento. Nós partimos do pressuposto que é uma morte por colisão ou,  
894na pior das hipóteses, por uma aproximação muito extrema que poderia  
895ocasionar a colisão. Então, sim, nós temos isso conscientemente, mas, quando  
896uma carcaça é encontrada dentro desses parâmetros, por gerenciamento de  
897risco que nós, qualquer gerenciamento, ele pega o pior cenário possível, ele é  
898considerado sim como uma colisão, exceto quando há alguém, algum fiscal.  
899Nós chamamos fiscal de páteo aquele profissional que fica dentro do  
900aeródromo, quando ele vê, aí não, quando ninguém vê, o pior cenário possível  
901é considerado para gerenciamento do risco.

902

903

904O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –  
905Então, alguém quer? Contempla o esclarecimento ou...

906

907

908A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP) - Pode até estar esclarecido, cada um  
909pensa da maneira como mais convém ao seu objetivo. Eu continuo achando  
910que como não está na lei, botamos várias coisas, por que está na lei, está na  
911lei, está na lei, nós vamos botar uma coisa que não está na lei.

912

913

914O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –  
915Isso realmente não está. Rubens

916

917

918O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) -  
919No decreto, mais uma vez, tem uma definição de colisão que ela tem uma  
920observação depois de carcaça e lá fala a não ser que seja identificado outro  
921meio por pessoal qualificado, ou seja, um biólogo, que posso atestar que  
922aquele animal não morreu por colisão, mas porque foi predado. Nós até  
923poderíamos incluir aí...

924

925

926O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –  
927Sim, esse debate é importante, ele é técnico nesse momento, porque não está  
928na lei, e esses eventos são somados depois para você ter um gradiente de  
929risco de colisão lá. Então, é importante o debate, esse acréscimo que você faz  
930aí podemos tentar incluir aqui

931

932

933O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) -  
934Só para finalizar a ideia também, nós temos que ter a noção de que o objeto é  
935sempre dentro do aeródromo e não incluiu essa definição. Por exemplo, não  
936incluiu um setor a 90 graus da pista, onde o avião não passa. Só está incluindo  
937os setores onde o avião está passando, no pouso ou na decolagem. Então,

938estatisticamente, a probabilidade do animal ter morrido por colisão em um local  
939a cada três minutos está passando um avião, é muito maior do que por  
940predação, pode acontecer, por isso... É importante, assim, ter em mente que,  
941tecnicamente, falando em termos de risco, nós estamos preocupados com a  
942presença desse animal lá e, obviamente, essa presença é motivada por fatores  
943externos no aeródromo que estão contemplado no decreto.

944

945

946**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** - Eu acho que poderia complementar  
947com o que ele falou que está no decreto, porque não é só isso daí...

948

949

950**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Eu  
951vou pedir para o Rubens, então. Você tem como...

952

953

954**O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa)** -  
955Tenho sim, nós podemos até ditar, daqui a pouquinho eu posso ditar.

956

957

958**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
959Assim que você conseguir abrir, nós retomamos aqui e faz isso. Então, vamos  
960seguindo. Vem alteração significativa. Captura. Inciso V – Capturar, ter efeito  
961de deter, conter por meio mecânico e impedir a movimentação de um animal  
962seguido de sua coleta ou soltura. Inciso VI - Espécies competidoras, espécies  
963que ocupam o mesmo hábitat e fazem uso dos mesmos recursos alimentares.  
964Isso também não está na lei, está nessa Resolução.

965

966

967**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** - Talvez, com a redação, que eu ainda  
968vou fazer, talvez pudesse ficar espécie-problema de acordo como está aí  
969como.

970

971

972**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
973Inciso VII – Espécie-problema: Espécies da fauna nativa, exótica, doméstica  
974que interferir na segurança da aviação.

975

976

977**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** - Eu acho que nós poderíamos aí, eu  
978não fiz ainda, é muito rápido e temos que ver muitas coisas ao mesmo tempo.  
979Talvez, nesse conceito aí deixar como está e só ampliar com mais algumas  
980outras questões que estão na própria lei, em função do acúmulo de resíduos.  
981Botar nesse conceito aí pegar isso e mais um pouco da lei e juntar no mesmo,  
982é melhor do que em considerando.

983

984

985**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Se  
986você concordarem, a ideia da Lisiane, nós acrescentarmos, tentar ampliada a

987definição, a conceituação de espécie-problema como ela está aí a partir do que  
988está aí. Começar pelo Conselheiro Paulo, ele não está aí. Rubens.

989

990

991**O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) -**

992O problema que eu vejo é que nós vamos fazer uma lista enorme de coisas

993que são os atrativos das aves que são problema no aeródromo. Então, não é

994só lixo, nós estamos simplificando o que é o Urubu.

995

996

997**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**

998Quando a Lisiane fizer a proposição, nós colocamos em debate aqui, nós

999veremos, mas a ideia, acho que é interessante, porque simplesmente

1000mantendo o eixo da definição, nós faremos um acréscimo a ela para dar um

1001atenuado nessa questão de espécie problema.

1002

1003

1004**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**

1005**de Janeiro) –** Dentro desses conceitos aqui, nós fazemos espécie-

1006competidoras e espécies-problema. Toda a legislação internacional recomenda

1007pela Ical, e que nós temos ao longo do mundo tratando dessa parte de manejo

1008de ave e fauna, nós temos um conceito, não sei se o Rubens lembra, chamado

1009espécie-residente que é aquela que habita, efetivamente, dentro do aeródromo

1010e, para ela, nós sabemos que aqueles mecanismos afugentadores, todos eles

1011não surgem efeito algum, porque elas são dali. Então o trato, o manejo já tem

1012um recomendação diferenciada. Então, eu traria como sugestão nós trazermos

1013para cá esse conceito da espécie-residente, não sei se vocês concordam, mas

1014porque dentro de um plano de manejo de fauna, dentro do aeródromo, muitas

1015recomendações internacionais estarão se referindo à espécie-residente. Só

1016isso.

1017

1018

1019**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**

1020Sim, mas deixa-me só fazer a ponderação. É que a espécie-residente é uma

1021das espécie-problema e, quando nós colocamos espécie competidora aqui, não

1022é uma questão, você vai ver lá embaixo no dispositivo é para outra questão, é

1023para a questão da translocação.

1024

1025

1026**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**

1027**de Janeiro) –** É só porque em algum momento, dentro do plano, poderia se

1028referir a essa nomenclatura, por uma questão de conceito, mas sem problema

1029nenhum. Não afeta.

1030

1031

1032**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**

1033Não, se no dispositivo nós achamos interessante incluir, nós incluímos e

1034voltamos para cá para fazer sua conceituação que é mais interessante.

1035

1036

1037**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Esse item seis que define espécie-  
1038competidora não implícita que ela não é um problema também?

1039

1040

1041**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
1042Esse conceito de espécie competidora está aí não por relação direta à espécie  
1043problema. Há um dispositivo lá na frente na Resolução Conama em que fala  
1044que há a previsão que você pode, entre as medidas que se pode fazer para o  
1045manejo é a translocação, e a espécie competidora parece nesse momento,  
1046porque cuidado na translocação, cuidado na área em que você vai levar o  
1047animal. Há um dispositivo que diz que você terá que também fazer um senso  
1048na área que vai ser translocada das espécies que competem diretamente com  
1049aquela espécie que está chegando lá. Então, esse conceito de espécie-  
1050competidora está em função de onde ela vai. Se houver a decisão por essa  
1051medida, então, só por isso que ela está aí. Vamos seguir, então? Vamos lá.  
1052Inciso VIII - Manejo de fauna: Técnica consistente de aplicação de  
1053conhecimento ecológico e as populações de espécie da fauna e da flora e do  
1054ambiente que busca o equilíbrio entre as necessidades dessas populações e  
1055necessidades das pessoas. Esse é o conceito da lei, não? Ok. Algum  
1056comentário? Podemos seguir? Inciso IX. Você tem? Então, voltamos. Volta, por  
1057favor, no inciso VIII.

1058

1059

1060**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** - Eu acho que é só uma questão de  
1061redação, deixa eu me achar aqui. Das pessoas não sei como não é ser  
1062humano, das pessoas.

1063

1064

1065**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
1066Você quer trocar por ser humano.

1067

1068

1069**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** - É eu acho que fica mais claro, acho  
1070que o português fica... A necessidade das pessoas, do ser humano, não é?  
1071Não é que faça muita diferença, mas das pessoas...

1072

1073

1074**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Eu  
1075acho que, embora seja um conceito que está na lei, eu acho que essas  
1076alterações não implicam em mudança de mérito. Então, eu acho que nós  
1077poderíamos fazer, assim, sem estar incorrendo em alguma ilegalidade.  
1078Rubens, você queria fazer algum comentário?

1079

1080

1081**O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa)** -  
1082Eu estou pronto para digitação quando quiser.

1083

1084

1085**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
1086Vamos lá, Voltamos, então, para o inciso VII. Olha lá dizendo, o Inciso IV, Ok.

1087Espera aí, mas se eu não me engano nós tínhamos... Não, inciso VII que trata  
1088de espécie-problema. É esse aí mesmo, está bom. Então, vamos lá.

1089

1090

1091**O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) -**

1092Na verdade, aqui nesse texto, nós colocamos como uma nota, nós colocamos,

1093ao invés de A, B, C, nós colocamos 1, 2, 3, 4, A, B, C, D como está ali. E depois

1094tem uma nota, caso seja determinado outro motivo para morte do animal, a

1095carcaça encontrada na área operacional não será considerada oriunda de

1096colisão frontal.

1097

1098

1099**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) -**

1100Não, não vai servir para cá não.

1101

1102

1103**O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) -**

1104Pode dar sequência, ao próprio item, ao final do item, depois de pista de pouso,

1105caso seja determinado por pessoal técnico outro motivo para a morte do

1106animal.

1107

1108

1109**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) -**

1110Não, vamos inverter, está colocando quase um parágrafo dentro desse

1111conceito. Você quer fazer uma proposta?

1112

1113

1114**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**

1115**de Janeiro) -** Posso dar uma sugestão? Uma proposta que eu acho que

1116atende à Lisiane. Eu acho que se você botar aí dentro de um conceito vai ficar

1117um troço meio que nós estamos forçando uma barra. Eu colocaria, quando

1118você fala aqui do artigo que nós estamos falando da parte de número de

1119incidentes, número de colisões, nós não temos um artigo na frente que trata

1120isso, você poderia colocar isso como um parágrafo, que, caso isso aconteça,

1121ele não consta como na matriz, e com isso vai alterar em auto-risco, entendeu?

1122Eu acho que seria melhor, acho que aí vai ficar complicado. Não sei se Lisiane

1123fica satisfeita com essa colocação.

1124

1125

1126**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP) -** Eu acho que pode ficar como estava,

1127só botar assim: ou até 300 metros, assim determinado por pessoal técnico,

1128excluindo outro motivo para a morte do animal. Não muda. Caso, senão fica

1129confuso 300 metros da pista do pouso, assim determinado por pessoal técnico,

1130excluindo outra causa-mortis.

1131

1132

1133**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) -** Ok.

1134Então, vamos fazer uma coisinha antes. Antes de assim, vou colocar a ideia

1135depois vocês ajustam. Vou colocar a ideia e depois ajustamos. Quando morto

1136por colisão, assim determinado por pessoal técnico. Não, mas é isso que ela

1137quer, ela só quer a carcaça do animal, só vale para pontuação se for ele for  
1138morto por colisão. Eu não sei a expressão ali colocada é a mais adequada,  
1139mas a ideia é essa, só precisa desenvolver um pouquinho mais.

1140

1141

1142**O SR. LUIS PARIS (Infraero)** - Eu entendo que nós podemos colocar da  
1143seguinte forma: Quando não for determinada outra causa-*mortis* por  
1144profissional habilitado. Quando não for determinada outra causa-*mortis* por  
1145profissional habilitado.

1146

1147

1148**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
1149Gente, o que se quer aqui é dizer que é uma colisão por choque. Então, não é  
1150melhor nós colocarmos aqui é: Morto por colisão determinado por alguém, para  
1151dizer que não foi morto pela colisão.

1152

1153

1154**O SR. LUIS PARIS (Infraero)** – O que eu quero dizer é o seguinte: A regra  
1155estatística é que você tenha, dentro desse setor, você tenha morte causada por  
1156colisão, já foi falado aqui pelo Cenipa. Agora, se o profissional trabalha do  
1157aeroporto e identificar que a causa foi outra, aí não é considerada como  
1158colisão.

1159

1160

1161**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – É  
1162exatamente o que está aí. Só que a leitura contrária. Carcaça de animal  
1163localizada a de 50 metros laterais da pista de pouso e táxi ou 300 metros,  
1164quando morto por colisão. Então, pronto, assim determinado por pessoal  
1165técnico, então, se não for essa morte por colisão, será outra que não vai  
1166constar.

1167

1168

1169**O SR. LUIS PARIS (Infraero)** – Perfeito, se ficar direto da forma que falou,  
1170está perfeito.

1171

1172

1173**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – É o  
1174que está aí proposto.

1175

1176

1177**O SR. LUIS PARIS (Infraero)** – Aqui tem um pequeno detalhe, desculpa,  
1178perdão, quando você coloca: Assim determinado por pessoal técnico, isso  
1179implica que vou ter profissional técnico nos três mil aeroportos para definir se  
1180foi colisão ou não 24 por dia, isso não existe.

1181

1182

1183**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
1184Desculpa, você terá. O plano de manejo exige que você tenha um pessoal  
1185qualificado tanto para elaborar o plano de manejo quanto para executar o plano  
1186de manejo. Isso está posto aqui na Resolução. Isso é uma fase que tanto serve

1187para antes você elaborar o plano de manejo quanto para você, depois do plano  
1188de manejo, fazer parte do seu relatório, mas você vai ter que ter, como que  
1189você vai determinar que aquele animal, por exemplo, que está aquela carcaça  
1190é ou não animal morto por aeronave, você não tem alternativa para isso.

1191

1192

1193**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** - Um pequeno detalhe aqui que  
1194está fugindo é o seguinte, é aquilo que falou a Rossana agora há pouco que  
1195quando não se define, não se consegue definir, você vai pela opção de maior  
1196risco, ou seja, se você não consegue identificar a *causa-mortis*, fica sendo  
1197considerado colisão. Se conseguiu definir outra causa, aí sim, não é colisão.  
1198Do jeito que está, só vai ser colisão se for realmente comprovado e definido  
1199como colisão. Então, aí já é uma forma mais conservadora do jeito que está aí  
1200agora, a outra é mais indo para o maior risco, ou seja, considerando o maior  
1201risco porque nem sempre é 100% se você consegue definir que é colisão ou  
1202que é outra causa, nem sempre, não é, Tarcísio? Às vezes, a carcaça sempre  
1203se consegue definir.

1204

1205

1206**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
1207**de Janeiro)** – Eu acho que nós vamos impor uma obrigação do jeito que está  
1208aí, eu fico preocupado de está pondo uma obrigação de ter que aprovar para  
1209cada morte e, inclusive, até aqueles 50 metros na lateral. E o objeto não é  
1210esse, vai se gastar um esforço muito grande nesse sentido e desviar, talvez,  
1211outros esforços que seriam mais interessantes. Eu fico um pouco preocupado,  
1212eu entendo, acho que nós temos que ter em algum momento, mas acho que,  
1213nesse momento aí, nós estamos pesando um pouco na mão, e uma obrigação  
1214que não vai contribuir muito para nós, um acréscimo de dois, três animais que  
1215podem, eventualmente, estar ali, não ser, efetivamente, atingido. Eu acho que  
1216nós estamos desviando um pouco. É só a minha impressão.

1217

1218

1219**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** - A primeira coisa que eu acho que  
1220quando morto por colisão está ligado aos 300 metros, não 50. A minha releitura  
1221é essa. E eu queria mesmo falar em relação, se o animal teve uma colisão e  
1222passar despercebido por todos? O animal apareceu morto, a carcaça ali, se foi  
1223em 24, normalmente, dá para ver, mais ou menos, alguma coisa, a não ser que  
1224tenha muito predador em volta. Aí os predadores também serão um problema  
1225porque vão preda a carcaça. Então, nós também vamos ter um quadro de  
1226animais em volta para fazer a predação, então, já é outra análise que deve ser  
1227feita por quem está no aeroporto. E a pergunta é essa: eu gostaria de saber se  
1228animal bate e ninguém vê?

1229

1230

1231**O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa)** –  
1232Tem artigos internacionais científicos aprovados que dizem que 20% das  
1233colisões foram percebidas pelos tripulantes. Essa questão que a senhora falou,  
1234por exemplo, das 24 dentro do aeroporto em teoria é um local que a cada  
1235quinze minutos, não mais que isso, a pista de pouso deve ser verificada por  
1236uma equipe, até evitar essa questão de que aquele local transforme o foco

1237atrativo por causa do primeiro animal que foi colidido. Como eu falei  
1238anteriormente, os aeroportos no Brasil estão aumentando seu movimento, e o  
1239objeto dessa Resolução é algo em torno, hoje, de 120 aeroportos. Isso  
1240corresponde há uma área de 0,01% do território nacional, uma área muito  
1241pequena, porque a Resolução é só para dentro do aeroporto e não para a ASA,  
1242e a casa três minutos tem um pouso, e uma decolagem. Então, eu concordo,  
1243plenamente, com que o Carlos falou de que nós estamos criando uma  
1244necessidade de ter que aprovar que o que aconteceu dentro do aeroporto foi  
1245em função de um colisão, enquanto amostragem probabilística é o contrário, se  
1246eu tive mil carcaças encontrada, talvez uma ou duas não tenha sido porque  
1247tem avião passando toda hora.

1248

1249

1250**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
1251Deixa-me fazer aqui uma... Por favor, a palavra aqui para o João. Lisiane, só  
1252um momentinho.

1253

1254

1255**O SR. MAJOR JOÃO SOARES DA COSTA VIEIRA (CNCG) –** Uma proposta  
1256para ver se conseguimos chegar... Porque encontrar a carcaça nessas  
1257distâncias aí é o conceito de colisão de fauna. Então, nós estamos tentando  
1258trabalhar com a exceção. Eu faço uma sugestão, então, ficaria desse jeito aí,  
1259exceto quando identificado que a causa da morte do animal não esteja  
1260relacionado com as atividades do aeródromo. Aí você trata com a exceção. Faz  
1261o contrário.

1262

1263

1264**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
1265Atende, Lisiane? É porque, olha só, eu estou indo mais por onde o Carlos  
1266colocou e concordando aqui com as ponderações feitas aqui pelo pessoal.  
1267Porque, assim, você encontrar uma carcaça do animal, sei lá, uma carcaça que  
1268tem 30 dias, por exemplo, 20 dias. É muito difícil você determinar a morte  
1269desse animal, ainda mais se a morte desse animal foi por algum outro motivo,  
1270se o animal foi dilacerado, de alguma maneira, pode ter sido por outro animal,  
1271não necessariamente ter abarroadado em uma pista de pouso, é muito difícil isso.  
1272Nós até podemos criar outra exceção aí, mas é de pouca aplicabilidade no fim  
1273das contas isso. Eu acho que no fim o que o pessoal vai estar, de fato,  
1274contando são os animais que vão estar colidindo com aeronave, ainda mais  
1275aerportos que tem avião aqui, como aqui, por exemplo, o avião desce cada  
1276dois minutos, o avião desce ou sobe. Então, eu acho pouco aplicável isso,  
1277sendo muito franco.

1278

1279

1280**A SRª. LISIANE BECKER (SODEMAP) -** Vou permanecer e votar contra a  
1281proposta ao contrário. Pode até ser aplicável, mas acabaram de me dar uma  
1282estatística aqui dizendo que em cada mil, só dois não foram porque estão  
1283tendo a possibilidade de verificar isso, senão não haveria essa estatística.  
1284Cientificamente, eu não entendo, se eu tenho um dado, em mil, só dois não  
1285foram, é porque você teve chance de definir que esses dois não foram, então,

1286 existe condições, existe metodologia, existe pessoal. Senão, esse dado não  
1287 procede, não é confiável.

1288

1289

1290 **O SR. LUIS PARIS (Infraero)** – Só para dar testemunho do aeroporto. Nós  
1291 realizamos vistoria na pista exatamente para evitar que nós tenhamos atrativos  
1292 lá. Então, por exemplo, uma carcaça não pode ficar muito tempo não, porque,  
1293 senão você vem, com urubus e etc. Então, não posso ter isso. E quem  
1294 comprove se foi ou não uma colisão ali naquele momento, é exatamente  
1295 porque eu tenho que retirar, isso é muito difícil mesmo eu tendo o plano de  
1296 manejo dentro do aeroporto. Então, pode ser que eu tenha a coincidência do  
1297 profissional habilitado está ali para identificar aquilo com toda a dificuldade que  
1298 vai ter para fazer isso, mas não é uma coisa fácil de fazer. Então, nós usamos  
1299 esses dados estatísticos de 350 exatamente para poder resolver essa situação  
1300 da identificação. Eu acho até que o pessoal que trabalha diretamente com isso,  
1301 o pessoal do UnB pode dar esse testemunho. Mas o fato é que não pode ficar  
1302 lá essa carcaça, eu tenho que retirar de lá, exatamente para evitar algum  
1303 acidente que pode acontecer por quem vai usufruir daqueles restos lá. Então,  
1304 só para esclarecer isso que a dinâmica é muito grande. Eu não sei, eu acho  
1305 que da forma que foi colocado pelo João, acho que está perfeito.

1306

1307

1308 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
1309 Não, eu não vi a proposta do João, vamos escrever a proposta do João para  
1310 ver se atende.

1311

1312

1313 **O SR. MAJOR JOÃO SOARES DA COSTA VIEIRA (CNCG)** – Exceto quando  
1314 identificada a morte do animal, não esteja relacionada com (...) de aeródromos.  
1315 Carcaça é um conceito de colisão, não é só com colisão. Relacionado com  
1316 morte ou colisão.

1317

1318

1319 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
1320 Com colisão, porque tem que duas vezes, que a causa morte não tinha sinais  
1321 com colisão. Tira morte de novo ali. Direto. E pessoal técnico, nós também  
1322 poderíamos tirar. Ok.

1323

1324

1325 **O SR. TARCÍSIO ABREU (UnB)** – Só para explicar um pouquinho, Lisiane. Em  
1326 muitos momentos, nós encontramos carcaças dentro desse limite de 50  
1327 metros, e a carcaça está intacta, carcaça de carcará, de urubu, nós não vemos  
1328 sinal e vestígio, não consegue identificar prontamente que seja por colisão,  
1329 mas imagina-se que seja por colisão porque não teria um predador de urubu e  
1330 seria bem improvável isso acontecer no sítio aeroportuário, seria mais provável  
1331 que ele tenha morrido por colisão. Por isso em muitos momentos não podemos  
1332 determinar que foi morto por colisão apesar da maior probabilidade ser aquela.

1333

1334

1335 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
1336 Você quer manter pessoal técnico? Quando identificado que a causa da morte  
1337 identificada por pessoal técnico, põe no meio, não, não, ali, exceto quando  
1338 identificado por pessoal técnico que a causa do animal qualificado, tem um d a  
1339 mais, com a colisão. Ok, quem pediu a palavra? Podemos aprovar? Fica  
1340 aprovada essa proposta.

1341

1342

1343 **O SR. LUIS PARIS (Infraero) –** Só um adendo. Eu não sei se é necessário,  
1344 sem criar polêmica, só para colocar aqui uma reflexão, não sei se é necessário  
1345 botar o profissional técnico porque eu estou tirando, de repente, a possibilidade  
1346 de um profissional do dia-a-dia que tem capacidade de fazer esse  
1347 conhecimento, mas não é técnico, de fazer essa identificação. Só esse registro.

1348

1349

1350 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
1351 Alguém quer fazer?

1352

1353

1354 **A SR<sup>a</sup>. ROSSANA DE PAULA VILAMIU (Infraero) –** Luiz, porque quando você  
1355 não esclarece que é o pessoal técnico qualificado, desculpa, mas o fiscal de  
1356 pátio é, por mais que esteja qualificado a puxar a aeronave, fazer balizamento  
1357 de aeronave não vai estar qualificado para fazer a identificação da causa-  
1358 mortis daquele animal. Aí vê um animal, mas isso aí independe disso aí, ele  
1359 pode realmente ter visto, eu concordo, mas aí o contexto é outro, não é de  
1360 encontrar, ninguém viu nada, e determinar a causa-mortis, não é esse o  
1361 contexto.

1362

1363

1364 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
1365 Bom, deixa eu só intervir aqui. Vamos manter de qualquer maneira. Se o  
1366 profissional viu o animal batendo no parede ele avisa ao pessoal técnico  
1367 qualificado que bateu na parede, ele confirma isso e está resolvido. Então, está  
1368 aprovado, vamos seguir. Nós paramos no inciso IX - Operador do aeródromo:  
1369 O órgão ou entidade ou empresa responsável pela administração do  
1370 aeródromo. Inciso X - Plano e manejo de fauna e aeródromos, PMFA, o  
1371 documento técnico que a especifique detalhadamente as intervenções  
1372 necessárias no meio ambiente natural ou antrópico de um aeródromo ou  
1373 diretamente as populações de espécie de fauna nativa ou exótica com o  
1374 objetivo de reduzir o risco de colisões com aeronaves. Seguindo. Inciso XI -  
1375 Quase colisão com fauna: Evento em que uma colisão foi marginalmente  
1376 evitada por desvio realizado pela tripulação ou pelo animal. Em termos de  
1377 gerenciamento de risco, esses eventos tem correlação com colisão com fauna,  
1378 conforme descrito no anexo 2.

1379

1380

1381 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
1382 **de Janeiro) –** Eu só queria fazer uma observação, é que o anexo dois aqui  
1383 passa a ser um, porque os senhores retiraram aquele anexo da fauna e o  
1384 Anexo 1, os senhores citam no art. 4º, o inciso, alínea E, o senhor fala em

1385Anexo 1 e aqui o senhor está falando em Anexo 2, então qual é a questão de  
1386ordem?

1387

1388

1389**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
1390Não, é anexo dois mesmo, porque, na verdade, o Anexo 1 ficou apenas  
1391tratando da metodologia de senso e o Anexo 2, aí depois só tem outro anexo  
1392que é o dois.

1393

1394

1395**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
1396**de Janeiro) –** Sim, mas ele parece no art. 4º, e aí no art. 2º o senhor está  
1397botando o 1º, anexo dois do art. 2º e no art. 4º que você coloca Anexo 1 é só  
1398questão de uma...

1399

1400

1401**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
1402Mais devagar que eu não estou entendendo. Como é?

1403

1404

1405**O SR. JOÃO LUIS FERNANDINO FERREIRA (DConama) Deixe-me ver se**  
1406entendi. O senhor está querendo dizer que a primeira menção que deveria  
1407aparecer no texto seria relativa ao primeiro anexo, ou seja, só mudar a ordem  
1408dos anexos aqui. É porque a primeira menção em termos de anexo no texto  
1409está como anexo 2, ele queria dizer que a primeira menção dele deveria ser o  
1410Anexo 1.

1411

1412

1413**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
1414Está correto. Por favor, Ludmila, pediu a palavra.

1415

1416

1417**A SRª. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste) –** E naquela  
1418outra proposta que nós tínhamos, vocês também descreviam o Anexo 1, ele  
1419fala sobre, no caso era a lista de fauna e no Anexo 2 era aqui ele cita o anexo,  
1420mas ele não está descrevendo o que o anexo faz.

1421

1422

1423**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) – O**  
1424Anexo 1faz parte, aqui, da proposta.

1425

1426

1427**A SRª. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste) –** Para uma  
1428questão mais didática não seria bom igual estava na proposta anterior e falar:  
1429Conforme Anexo 1 que cita, igual estava, anteriormente, falava no caso, Anexo  
14301 era listagem de fauna, ele só cita, no caso só está citando.

1431

1432

1433**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** Só  
1434cita, não é necessário descrever, mas se os Conselheiros concordarem em

1435descrever, nós escrevemos ele aqui rapidamente do que ele trata. Você pediu  
1436a palavra? Não. Então, vamos lá. Atendendo aqui a Ludmila seria Anexo 1 que  
1437trata da avaliação de risco de fauna em aeródromo. É, nós vamos inverter. Fica  
1438aprovado assim com essa modificação. Aprovado. Inciso XII - Translocação,  
1439captura de organismos vivos em uma determinada área para posterior soltura  
1440em outra área, previamente, determinada conforme a distribuição geográfica da  
1441espécie, de acordo? Como dizia nosso mestre Coimbra Filho, soltura é diarreia,  
1442mas como a biologia usa soltura dessa maneira, então, deixa para lá. Vai para  
1443transcrição e eu vou aprovar isso *ipsis verbis* na próxima reunião com muita  
1444tranquilidade, mas quem falou isso foi o Coimbra Filho, pai da primatologia. Art.  
14453º, em conformidade com o previsto na Lei 12.725 de 16 de Outubro de 2012, o  
1446PMFA poderá envolver: Inciso I - Manejo de ambiente; Inciso II – manejo de  
1447animais ou de partes destes; Inciso III – Transportes, destinação do material  
1448zoológico coletado. Inciso IV - Captura e translocação. Inciso V - Coleta e  
1449destruição de ovos e ninhos e; Inciso VI - Abate de animais, lembrando apenas  
1450que o artigo foi transposto da lei integralmente. Ok? Lisiane.

1451

1452

1453**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** - Eu tenho um questionamento. Não  
1454haveria como, não seria possível colocar que, preferencialmente, nessa  
1455sequência. Se não é um manejo de ambiente, (...) mais se não for isso,  
1456preferencialmente.

1457

1458

1459**A SR<sup>a</sup>. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste)** – Eu acho  
1460que mais a frente ele vai escrever isso, se não tiver efeito.

1461

1462

1463**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** - Mais a frente tem, mas eu acho que  
1464se mais a frente tem não teria porque está aí, se na frente tem, ou, então,  
1465deixar mais claro nesse... Acho que não causa prejuízo aqui na frente também,  
1466que está escrito mais na frente. Preferencialmente.

1467

1468

1469**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Eu  
1470vou passar a palavra a você. Alguém quer falar alguma coisa? Senão vou fazer  
1471um comentário que, durante a elaboração desse substitutivo, nós já fizemos  
1472esse debate e, em algum momento, você pode ter, por exemplo, o manejo de  
1473animais sem ter o manejo de ambiente. Então, se nós criarmos a sequência,  
1474obrigatoriamente, eu teria que manejar o ambiente.

1475

1476

1477**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** - Normalmente, assim,  
1478preferencialmente ou quando for possível, nessa ordem.

1479

1480

1481**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Ok.

1482Airton.

1483

1484

1485 **O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** - Só complementando o que foi dito  
1486 pelo Marcelo, nós, na prática, nos trabalhos que nós vimos fazendo em vários  
1487 aeroportos no Brasil, não tem efetividade quando nós trabalhamos ou só  
1488 manejo de ambiente ou só o manejo do animal ou só uma técnica. Efetividade  
1489 mesmo nós só encontramos quando nós conseguimos fazer o maior número de  
1490 ações possíveis, inclusive, manejo de ambiente não atende a urgência da  
1491 necessidade de vários aeródromos. O manejo de ambiente é uma coisa que só  
1492 vai te trazer resultados a médio e longo prazo, inclusive, muitas vezes, muda o  
1493 ambiente e os animais continuam lá porque estão acostumados a estarem lá.  
1494 Então, você precisa ter o manejo direto nos animais ao mesmo tempo, então,  
1495 realmente essa sequência não traria efetividade esperada para o manejo da  
1496 fauna em aeródromo.

1497

1498

1499 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** - Eu, sinceramente, sinto falta de  
1500 alguns subsídios nessa Câmara Técnica, hoje, que não fez falta em outros,  
1501 mas acho que não tem o decreto que não está citado, que não foi considerado  
1502 aqui, não vi em nenhum lugar citado esse decreto, que está sendo utilizado por  
1503 duas vezes aqui. e A outra é a experiência de pessoas que atuam nessa área  
1504 dentro dos aeródromos. Em Porto Alegre, eu conheço algumas experiências e  
1505 não envolve, necessariamente, o manejo do ambiente entorno. O que está  
1506 acontecendo lá é um caos em relação ao manejo de entorno. Está realmente  
1507 usando, não sei se trabalham no Salgado Filho? Então, tem as aves  
1508 predadoras que buscam os animais. O entorno que é o problema está difícil.  
1509 Então, eu estou sentindo falta de subsídios maiores para tomar determinadas...  
1510 Estou sendo repetitiva em algumas, estou questionando coisas que não  
1511 deveria vir com essas dúvidas para cá. Por exemplo, a experiência de quem  
1512 trabalha em aeródromo no GT, por exemplo, não estou pedindo para criar o  
1513 GT, mas, no GT, teria sido solucionado, nós teríamos uma ideia de percentual  
1514 de quais as possibilidades, quais as aves que ocorre, a relação com essas  
1515 aves e a rotas migratórias, por exemplo, que tem agora. Então, está faltando  
1516 alguns dados, realmente, que eu acho que seriam bastante interessantes para  
1517 essa Resolução. Só para colocar porque estou fazendo muitas perguntas aqui,  
1518 porque eu não tenho esses dados.

1519

1520

1521 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
1522 Antes de passar a palavra para o Ricardo, vou fazer três comentários. Primeiro  
1523 que o considerando acima não refere a um decreto, se refere a um programa  
1524 que a lei estabeleceu que deve ser feito. O decreto vai estabelecer o programa,  
1525 e é um programa para fora do aeródromo. A outra questão a considerar é que a  
1526 própria Lei 12.725, como bem lembrado pelo Carlos, é parte, ela vem de uma  
1527 IN 72, ela é, praticamente, a transformação dessa IN, que é uma IN que foi  
1528 construída depois de vários e vários anos de experiência. Na época, o Ibama  
1529 que fazia esse trabalho de manejo e fauna em aeródromos por meio do  
1530 Cemave. E aqui presente tem o pessoal, tem tanto o pessoal do Airton, o  
1531 Tarcísio, como o Coronel Rubens, que são pessoas que lidam, além do  
1532 pessoal da Infraero que lidam diretamente com essa questão. Alguns, pelo que  
1533 eu sei até, se não me engano, o Rubens tem um doutorado nessa área que  
1534 está em andamento, mas está nessa área. Eu não sei se o doutorado do

1535pessoal aqui também é nessa área, não sei. Eu acho que em termos de  
1536subsídio técnico, quem pode prestar, acho que nessa sala nós temos. Se nós  
1537tivermos necessidade de, para dar mais segurança aos Conselheiros, de nós  
1538termos subsídio, nós podemos dar uma parada aqui para que se possa ser  
1539feita uma apresentação do pessoal, porque eu não entendo o GT que, na  
1540prática, tem o mesmo tempo que nós temos aqui na Câmara Técnica, tendo  
1541subsídio porque o GT estaria construindo isso aqui, tem a missão de construir,  
1542mas, se precisar ter subsídios técnicos para poder ter essa necessidade, nós  
1543podemos dar uma paradinha aqui no início da tarde e pedir ao pessoal para  
1544fazer uma apresentação, e dar um panorama geral sobre isso e trazer alguns  
1545pontos que são, assim, essenciais, destacar alguns pontos essenciais que são  
1546pontos que se refletem aqui nessa Resolução. Deixa-me passar a palavra aqui  
1547para o Ricardo, porque ele pediu a palavra antes

1548

1549

1550 **SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Só para dizer que no Anexo 4, tem aqui  
1551que corrobora o que o Airton, pois é, tem o Anexo 4 que, antes dele falar, nós  
1552lemos aqui e corrobora uma justificativa para um abate, com dados de cinco  
1553anos de trabalho.

1554

1555

1556 **O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** - Ficou com dados de cinco anos  
1557de trabalhos nos aeroportos, então dos anexos.

1558

1559

1560 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** - Eu li, anteriormente, houve até uma  
1561confusão que deu Câmara Técnica, eu não estava e era para estar, eu fiquei  
1562sabendo porque eu estou acompanhando, independentemente, eu estou  
1563acompanhando a proposta. Eu consegui vir para a Câmara Técnica, se colocar  
1564na Câmara Técnica depois do prazo de confirmação para cá, não estava o meu  
1565nome. A sorte é que eu estava acompanhando. Então, eu li, mas eu sinto que,  
1566realmente, falta, mas pode até continuar. Só que vou fazer as perguntas,  
1567porque na Câmara Técnica, por exemplo, na 457 o Ibama colocou todo um  
1568cenário para contrapor, assim, como também houve um cenário para favorecer  
1569a questão do manejo de morcegos também, daí pessoas que trabalhavam com  
1570isso para colocar para Câmara Técnica. Por isso vou continuar fazendo os  
1571questionamentos aqui, eu tenho sérias dúvidas em relação a alguns  
1572procedimentos.

1573

1574

1575 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Ok.  
1576Mas você quer que se faça um cenário aqui, se apresente o cenário para todo  
1577mundo aqui sobre esse assunto? Porque na discussão da 457, nós, na  
1578verdade, o que nós tivemos aqui agora, o pessoal estava o tempo todo  
1579esclarecendo dúvidas, e era uma coisa que todo mundo lidava mais no dia a  
1580dia, os Conselheiros.

1581

1582

1583 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

1584

1585

1586 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**

1587 Você quer um contraponto? Deixa-me fazer uma ponderação. Tem, eu, que  
1588 tenho a preocupação tácita pelo cargo com a biodiversidade. É obrigação  
1589 minha, pode gravar, obrigação e dever de ofício meu ter essa preocupação.  
1590 Agora, a questão é que eu estou lidando com uma tarefa que é construir um  
1591 plano de manejo previsto na lei, independente do que eu acho ou deixo de  
1592 achar, se pode ou não haver abate, a lei previu isso aqui. O que nós estamos  
1593 tentando colocar aqui são regras claras, que dê maior clareza possível, não no  
1594 momento que vai se usar um ou outro desses métodos que tem aí de  
1595 intervenção, mas deixe claro como o plano de manejo será construído e quem  
1596 vai autorizar poder saber, claramente, o terá que ver ou o que ele pode ou não  
1597 fazer. Então, essa é a intenção. Nós aqui, não tem como aqui agora, porque  
1598 isso também vai ser caso à caso, debater quando se usa o inciso V, por  
1599 exemplo, de destruição de ovos e ninhos, ou quando se usa a inciso II, de  
1600 manejo de animais, lembrando, assim, que a nossa missão aqui é nós  
1601 tentamos dar clareza na aplicação do instrumento que já está previsto na lei,  
1602 inclusive, com todas essa sequência aí de intervenções.

1603

1604

1605 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP) -** Eu só estava querendo dizer, como

1606 eu propus a questão da sequência, não estou dizendo que tenha que ser  
1607 sequência em momento nenhum. Eu disse, porque isso é um absurdo, que  
1608 realmente existem situações que aplicam um ou mais, dependendo se for o  
1609 caso, preferencialmente, na sua sequência. Quando não é o caso, é mais de  
1610 um, é mais de dois ou nenhuma ou é a última, aí não é o caso, Quando for o  
1611 caso, dar prioridade ao manejo, preferencialmente, se for o caso, quando não é  
1612 o caso, quando não se é o caso, não se usa e é bastante comum isso na  
1613 legislação. Não estou pedindo nada de extravagante.

1614

1615

1616 **O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB) –** Só uma pequena correção, eu e

1617 Tarcísio mesmo, nós trabalhamos aí há quinze anos não só com manejo de  
1618 fauna que cause problema ou invasora, mas nós trabalhamos com  
1619 conservação, com biologia de conservação. Nós temos aqui o representante do  
1620 Ibama, do Ministério do Meio Ambiente, que trabalham com isso e, mais  
1621 importante, nós não estamos trabalhando com um área de conservação. Nós  
1622 estamos trabalhando com uma área de pouso e decolagem de aeronaves de  
1623 vidas humanas, e nós não estamos tratando de espécies que são significativas  
1624 para conservação da biodiversidade. Nós estamos trabalhando com espécies  
1625 filantrópicas com espécies que se tornaram pragas com a ocupação humana.  
1626 Então, não são espécies, no contexto que eles estão, que preocupam em  
1627 termos de conservação, nós não estamos trabalhando com espécie ameaçada,  
1628 pelo contrário e, de qualquer forma, aqui, todos trabalhamos com conservação  
1629 da biodiversidade.

1630

1631

1632 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**

1633 **de Janeiro) –** Eu gostaria de chamar atenção para um fato, eu não me  
1634 preocupei com, eu acho que a sua preocupação é sempre, você está trazendo

1635sempre boas preocupações para cá para nós podermos fazer da melhor forma,  
1636mas o manejo de ambiente é o único que vai te garantir muito mais do que  
1637qualquer outra, entendeu? Que você não tem o retorno você, simplesmente,  
1638tira daqui e leva para lá, quebra ovo e não sei o quê, e se eu não manejar o  
1639ambiente, o meu atrativo continua ali. Então, eu entendo que para o Infraero,  
1640que para a aeronáutica, para o sistema de aviação civil, para todos nós este  
1641aqui, ele por si só, já se coloca prioritário, porque ele, efetivamente, elimina o  
1642problema, elimina a tensão. Então, eu não vi muito cedo não, mas nós  
1643podemos botar alguma coisa, as fases abaixo, devidamente justificadas, criar  
1644alguma coisa dessa ordem, dessa natureza se traz mais segurança, mas eu  
1645entendo que o manejo do ambiente está aqui primeiro, não é por nada não, é  
1646porque ele tem uma resultado mais duradouro. Não tem jeito.

1647

1648

1649**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** - Só para complementar,  
1650exatamente, isso, nós trabalhamos e batemos nessa tecla, o manejo de  
1651ambiente é, realmente, a única que vai ter o resultado duradouro, só que é  
1652aquilo que eu falei, o resultado é médio e longo prazo. Nós temos até um  
1653exemplo aqui de uma área aqui em Brasília que ficava perto da cabeceira do  
1654aeroporto, que era um cemitério de cavalos da Polícia Militar, onde nós  
1655trabalhamos de uma forma proativa com a Polícia Militar, e eles desativaram  
1656esse cemitério e, mesmo assim, os urubus permaneceram lá. Então, esse  
1657manejo do ambiente é fundamental, mas em curto prazo o manejo direto da  
1658fauna também é fundamental.

1659

1660

1661**O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa)** -  
1662Só para complementar também, se nós compararmos as áreas internas dos  
1663aeródromos, que é o objetivo do nosso trabalho aqui, com a área da ASA, que  
1664é uma área de segurança dos 20 quilômetros em torno dos aeródromos, nos  
1665aeródromos, onde essa área patrimonial é muito grande, chega a 1,5, a 1,8%  
1666da área de ASA. Então, é uma área de objeto da área dessa Resolução é muito  
1667pequeno. Então, não há nem lógica em falar de conservar a biodiversidade  
1668numa proporção tão pequena em detrimento da segurança de uma atividade  
1669que todos nós utilizamos.

1670

1671

1672**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Eu só queria, desculpa. Eu só ia  
1673complementar, sem querer contradizer, mas, ao mesmo tempo, que tem, pelo  
1674que entendo, em várias situações, o manejo do ambiente, não adianta nada,  
1675porque, no caso de um quero-quero, se você tirar todas as aves por falta de  
1676predador, o quero-quero vai estar lá, não vai adiantar nada o manejo do  
1677ambiente. Então, talvez o manejo até favoreça ele se estabelecer mais lá.

1678

1679

1680**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
1681Bom, deixa eu só centralizar a questão, que a questão posta aqui pela Lisiane  
1682é pela da sequência, que as ações possam ser sequenciais, então, essa  
1683questão. O que já foi colocado aqui que em vários momentos é que você tem  
1684simultaneidade de questões. Então, tentando ter uma redação que possa

1685atender a todos, nós podemos tentar colocar alguma coisa tipo quando  
1686possível, não sei se isso, principalmente para quem tem experiência em  
1687autorizar esse tipo de coisa, para os órgãos licenciadores, que estão aqui, que  
1688têm que autorizar, se isso é algo que se observa facilmente, que se diz quando  
1689possível ou não se torna regra. Tem que ter um certo cuidado que, às vezes,  
1690nós acabamos transformando certas coisas que é uma possibilidade em regra  
1691e, às vezes, você tem que cair nesse vício. Então, eu queria até ouvir os  
1692demais, se nós colocamos esse quando possível ou deixa como está. A  
1693proposta deixa como está? É a sua proposta, Carlos, no seu entendimento?

1694

1695

1696**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
1697**de Janeiro)** – Não, para mim, indefere. Eu acho que trazer mais segurança ao  
1698que a Lisiane está colocando é o que deve prevalecer, para eu colocar quando  
1699possível ou não...

1700

1701

1702**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
1703Não, desculpa, no quando possível eu até coloquei, não é a expressão  
1704adequada para isso. Eu falei que estava até errado, o quando possível se eu  
1705posso usar ou não o manejo de ambiente, é mais no usar a sequência, nesse  
1706sentido.

1707

1708

1709**A SR<sup>a</sup>. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste)** – Pensando  
1710no lado de quem vai analisar a documentação e talvez trazer uma maior  
1711segurança para um técnico que está analisando, talvez essa sequência seria  
1712interessante, porque, muitas vezes, o que nós vemos no órgão ambiental é que  
1713já vem, meio que, imposto uma situação para nós e, muitas vezes, dependendo  
1714do caso, já é aceito. Às vezes, não no caso de abate que seria um último caso,  
1715mas, às vezes, vêm documentos para nós analisarmos e já vem, sem o manejo  
1716do ambiente, sendo que nós, às vezes, percebemos que o manejo seria uma  
1717primeira opção e, às vezes, contemplando o que a Lisiane está falando, colocar  
1718aqui, preferencialmente, se seguir essa sequência, dependendo do caso,  
1719analisado o contexto do aeródromo seria interessante sim.

1720

1721

1722**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
1723Mas eu quero te lembrar, porque assim... Você, como analista, ao receber uma  
1724proposta de plano, você pode discordar da proposta de plano, você pode  
1725condicionar a proposta de plano, você pode exigir que não façam isso, faça  
1726outra coisa, você, como órgão autorizativo, você pode...

1727

1728

1729**A SR<sup>a</sup>. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste)** – Sim, só que  
1730na prática, nós somos muito questionados, então, às vezes, se nós tivermos  
1731um embasamento na lei, ou uma resolução, nós ficamos mais resguardados.  
1732Eu estou... Na prática, nós vivenciamos muito isso. Interessante, eu acho que  
1733seria interessante.

1734

1735

1736**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
1737Espera, pois estou com várias expressões aqui, agora, simultâneas. Paulo,  
1738você pediu a palavra primeiro.

1739

1740

1741**O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD) –** Eu não cheguei, ainda,  
1742aos companheiros se concordam comigo, mas, eu ficaria satisfeito, em  
1743conformidade com o previsto na Lei 12 mil: o PMFA poderá envolver,  
1744obrigatoriamente. O “obrigatoriamente” quer dizer que, no seu plano de  
1745manejo, você tem que estar lá prevendo todas as situações. Qual a que você  
1746vai adotar primeiro é outro caso. Aí você vai... Eu quero adotar está, porque o  
1747risco está alto e eu tenho que adotar essa, mas o meu plano tem que prevê, o  
1748plano no papel tem que prevê, obrigatoriamente, todas essas fases.

1749

1750

1751**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** Eu  
1752estou ficando preocupado com umas colocações, porque nós estamos  
1753complicando. O que eu vejo, aqui, eu vou falar um pouco agora como também  
1754quem já elaborou plano de manejo, quanto para primatas, quanto para... É  
1755você ter um leque de opções, é que a Lei te dá um leque de opções, nós não  
1756perdermos de vista esse menu que é oferecido e que você pode recorrer a uma  
1757ou outra situação. Lá há os dispositivos que estão colocados adiante, que  
1758mostra que, por exemplo, no caso de abate de animais, você tem que  
1759comprovar que as outras medidas não são possíveis de serem executadas,  
1760para daí se recorrer ao abate de animais, inclusive, a própria lei, também,  
1761coloca isso. Eu quero ter essa questão do menu, porque assim, eu posso fazer  
1762um plano do manejo em que eu faça só uma única intervenção, o manejo  
1763ambiente, como o Carlos colocou, mas se eu colocar essa proposta como você  
1764colocou, obrigatoriamente, vou ter que, assim, eu sei que a tua ideia é  
1765observar, todas elas, e escolher uma, mas isso está na lei, o plano de manejo  
1766tem que optar por uma intervenção.

1767

1768

1769**O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD) –** Mas o plano de manejo  
1770não pode tratar só de uma ação, depende de todas.

1771

1772

1773**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** O  
1774“obrigatoriamente” significa você tratar de todas, eu posso ter uma, duas, ou  
1775seis, como está imposto aí.

1776

1777

1778**O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD) –** Claro. Mas o plano, não é  
1779a ação que eu vou tomar. A ação que vou tomar é uma coisa. Agora, o meu  
1780plano a ser aprovado.

1781

1782

1783**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
1784Desculpa, Paulo. O plano nada mais é do que ações.

1785

1786

1787 **O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Sim... As possíveis ações.  
1788 Mas, quando você diz que eu vou tomar uma ação, você tomou uma dentre  
1789 tantas.

1790

1791

1792 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
1793 Vamos acertar, aqui, a nomenclatura. Nós temos: “Plano, conjunto de Ações”, a  
1794 lei está me dando um leque de opções de intervenções. No plano, eu posso  
1795 optar em ter uma única ação do plano ou ter várias ações, mas, assim, você  
1796 está transportando para o plano o que está na lei.

1797

1798

1799 **O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Eu não posso ter um plano  
1800 aprovado, Marcelo, um plano aprovado pela autoridade ambiental, que  
1801 contemple somente transporte e destinação de material ao zoológico coletado,  
1802 não posso ter um plano aprovado para vários anos, para várias situações que  
1803 vão ocorrer, contemplando só uma dessas medidas.

1804

1805

1806 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
1807 Teoricamente pode, Paulo, porque assim, depende de quem elaborar o plano.

1808

1809

1810 **O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Depende da espécie que  
1811 tiver daqui a dois anos.

1812

1813

1814 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
1815 Depende do plano, depende da espécie, depende da intervenção que foi  
1816 escolhida para a espécie, você pode ter...

1817

1818

1819 **O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Então, no seu plano, você  
1820 tem que contemplar as medidas que você pode tomar.

1821

1822

1823 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
1824 Essa ponderação que eu fiz, eu dei a palavra para os outros conselheiros, mas  
1825 essa ponderação que eu fiz, foi para o uso do “obrigatoriamente”, isso vai dar,  
1826 isso dará... É porque você citou, por isso estou ponderando isso, mas deixa-me  
1827 dar a palavra aqui, agora, para o Carlos e para o João, e depois para o  
1828 Ricardo, que eles pediram aqui, a palavra.

1829

1830

1831 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio  
1832 de Janeiro)** – Eu tentei, nesse tempo aqui, escrever uma sugestão de texto,  
1833 que eu acho que pode ser que se aproxime: “O PMFA deverá apresentar uma  
1834 sequência devidamente justificada com base nas ações descritas abaixo...”. Aí,

1835o Órgão Ambiental valida ou não. Eu acho que dessa forma a gente... As  
1836sequências estão ali, as ações estão todas ali, ele deverá apresentar uma  
1837sequência devidamente justificada, porque estou usando esse, e não aquele,  
1838aquele outro. Porque eu estou usando esse somatório. Com base nas ações  
1839descritas abaixo. Eu acho que aí, talvez, te contemple, eu acho que fica legal.  
1840Nós seguimos, nós estamos perdendo um tempo em uma coisa tão... Que eu  
1841acho importante, o que você falou, o Órgão Ambiental tem que ter... Eu fico  
1842imaginando, o INEA, no Rio de Janeiro. Nós temos problemas sérios de perigo  
1843aviário, lá. Então, eu fico me pondo no lugar, eu sou INEA, eu sou a origem do  
1844INEA, hoje estou na 'SEIA', eu estou assessorando o secretário, mas eu fico  
1845me pondo no lugar, tendo que tomar essas decisões e trazendo para mim um  
1846pouco de responsabilidade, com base em algumas coisas sem ser especialista  
1847e trabalhar, não o meu caso, que trabalhei quinze anos com isso, mas, outras  
1848pessoas, eu teria que tomar essa decisão e se ter um trabalho muito bem  
1849elaborado, e que sustente aquilo que está sendo apresentado. Então, eu acho  
1850que esse texto resolve um pouquinho.

1851

1852

1853**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Eu  
1854vou intervir com a seguinte proposta: marcar de amarelo o art. 3º e ver se os  
1855dispositivos que estão adiante não atendem isso que você colocou. Porque nos  
1856dispositivos adiante, estão tratando, especificamente, do uso de cada um  
1857destas intervenções, aí. E se eles não atenderam, nós voltamos para o terceiro  
1858e acrescentamos lá, para não colocar aqui o que já está posto lá embaixo.  
1859Então, deixá-lo em amarelo, só para lembrarmos disso, nós não  
1860esqueçamos, e vamos ver lá embaixo se eles atendem, e, ai, nós voltamos  
1861para o terceiro. Aí, até, eu vou pedir para você tirar a proposta, por enquanto, e  
1862deixa em amarelo, e nós olhamos os dispositivos que estão abaixo. Então,  
1863vamos lá. O art. 4º, nós voltamos para lá, se os dispositivos que estão adiante,  
1864que nós vamos ver agora, não atenderem essa preocupação.

1865

1866

1867**O SR. MAJOR JOÃO SOARES DA COSTA VIEIRA (CNCG)** – Deixe-me só  
1868fazer o meu ponto de vista. Eu estou fazendo uma leitura, aqui, da letra da lei,  
1869não do ponto de vista técnico. O art. 3º é cópia da lei, então, não dá para  
1870colocar a palavra “obrigatoriamente” e a lei flexibilizou, quando ela colocou  
1871“poderá”. Então, quando ela colocou “poderá” e não “deverá”, são  
1872exemplificativos, os itens aí, pode ser um, pode ser dois, ou pode ser até outro,  
1873se é que existe, que não esteja relacionado, aqui, no art. 3º. O gestor do  
1874aeródromo, ele pode entrar, até, com um outro item. E eu entendo que, nessa  
1875proposta, tanto isso é verdade que você vai ver depois, no caso do abate, a lei  
1876faz, tanto a resolução, faz restrições, e depois... Porque, essa discussão toda  
1877que nós estamos tendo aqui, é o órgão licenciador que vai verificar, “olha, se  
1878entrou só com manejo de ambiente”. Então, o órgão pode analisar e verificar,  
1879“não, não é suficiente”, então retorna, para vamos fazer as retificações, que,  
1880também, está previsto lá na frente. Então, assim, da minha proposta,  
1881infelizmente, nós não temos como alterar isso pelo verbo “poder” e não “dever”.

1882

1883

1884 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
1885 **de Janeiro)** – Mas, quando nós falamos aqui, olha só, “deverá apresentar uma  
1886 sequência devidamente justificada, com base nas ações, não necessariamente  
1887 todos os elementos”. A única coisa que nós acrescentamos aqui foi a  
1888 necessidade de justificar, porque estou usando o 1, o 2, o 4 e o 5, entendeu? É  
1889 só isso. Nós estamos dizendo que ele tem que apresentar uma sequência  
1890 justificada, pode ter todos, pode ter menos de todos, pode ter...

1891

1892

1893 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
1894 Mas é exatamente esse o motivo da minha ponderação, porque lá embaixo nós  
1895 estamos colocando isso. Então, se lá embaixo não tiver, especificamente,  
1896 claro, nós retornamos para cá. Mas, para mim, está atendido, eu concordo com  
1897 o João. Até porque a intenção foi, simplesmente, transpor para cá, para  
1898 poder... A ideia era dar um fio lógico, para a resolução, por isso que nós  
1899 transpomos o art. 3º, mas ele é *ipsis litteris* o que está na lei.

1900

1901

1902 **O SR. MAJOR JOÃO SOARES DA COSTA VIEIRA (CNCG) –** Só  
1903 complementando. Nós temos que tomar cuidado, porque, de repente, nós  
1904 começamos alterar muito a resolução, de acordo com o que não está na lei, e  
1905 depois nós produzimos uma resolução igual a 303, que falava das APPs, de  
1906 300 pés a mais, que deu uma discussão enorme, então, nós temos que... Não  
1907 podemos fugir muito do que está na lei, infelizmente ou felizmente.

1908

1909

1910 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
1911 Então, assim, fica essa proposta de nós deixarmos em amarelo, vamos olhar  
1912 os dispositivos adiante e verificar se eles contemplam essa preocupação.

1913

1914

1915 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI) –** Quero pedir desculpas se estou me  
1916 adiantando, mas é que essa discussão me levou a uma preocupação que eu  
1917 considero muito maior, mais relevante, que é o fato, que até o Paulo me  
1918 estimulou aqui quando ele falou, é a questão, se há um *feedback*, por exemplo,  
1919 você aprova um plano desse, de repente uma outra espécie chega, ou se esse  
1920 plano e o projeto aprovado, o plano aprovado, mais lá na frente, se ele tem  
1921 uma dinâmica de retroavaliação.

1922

1923

1924 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** O  
1925 plano está previsto para cinco anos, é atualizado... A previsão do plano é de  
1926 cinco anos, só que tem relatórios anuais e, em qualquer momento, o operador  
1927 dele, pode fazer uma intervenção e mudar o plano. Isso está previsto lá na  
1928 frente.

1929

1930

1931 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI) –** É que pode vir uma espécie nova que  
1932 não estava prevista.

1933

1934

1935 **O SR. LUIS PARIS (Infraero)** - Eu entendo que, por conta da celeuma que é  
1936 causada a cada item que nós passamos, que deve ser natural isso, entendo  
1937 que, talvez, se nós lêssemos a resolução, são poucos artigos, talvez, essas  
1938 ideias de que nós ficamos questionando agora e que vai ser abordada mais  
1939 tarde ficasse mais claro, para as pessoas terem fresco, na memória, o que é a  
1940 resolução inteira. Você acabou de falar que, talvez, mais abaixo esse item fique  
1941 mais claro. Então, se nós fizéssemos uma leitura completa dela, são poucos  
1942 artigos, talvez ficasse mais claro. Sem comentários, é uma coisa rápida, para  
1943 todo mundo ficar entendendo o que é esse escopo, como um todo.

1944

1945

1946 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
1947 Desculpa. Essa questão é a que faço aos Conselheiros, pela segunda vez, que  
1948 a Lisiane levantou inicialmente, e faço, pela segunda vez, a pergunta: se quer  
1949 olhar dispositivos todos, nós começamos ponto a ponto, partindo para o  
1950 suposto que todo mundo tinha lido. Mas, se houver a necessidade, nós  
1951 fazemos isso. Se bem que, por experiência, nós sabemos que nós vamos  
1952 esquecer, vai e volta, o tempo todo, mas, se os Conselheiros preferiram passar  
1953 uma olhada, sem comentários, nós fazemos. Querem ou seguimos? Segunda  
1954 vez que eu pergunto.

1955

1956

1957 **A SR<sup>a</sup>. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste)** – Prefiro que  
1958 faça igual está fazendo, porque eu, também parto do pressuposto que todo  
1959 mundo teve uma prévia leitura, anterior, e, ao meu entendimento, seria  
1960 desnecessário.

1961

1962

1963 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
1964 Então, todos os colegas concordam? Art. 4º: “A elaboração do plano de manejo  
1965 deverá compreender as seguintes etapas.” Aí é um “deverá”, olha a diferença,  
1966 é um “deverá”, “Inciso I: realização de diagnóstico ambiental da área do  
1967 aeródromo, abrangendo: A – Caracterização geomorfológica da área do  
1968 aeródromo”. B – Inventariar as espécies que representam direta ou  
1969 indiretamente risco a operação do aeródromo.

1970

1971

1972 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio  
1973 de Janeiro)** – Nesse item, B, eu senti necessidade de quais seriam os critérios  
1974 e tempo mínimo para observação para considerar esse inventário? Eu senti  
1975 falta de ter uma orientação nesse sentido. Quais os critérios e tempo mínimo  
1976 para observação no que diz respeito a um inventário? Eu estou fazendo um  
1977 inventário de espécies, eu estou dizendo, por exemplo, têm espécies que vão  
1978 variar a presença em relação à sazonalidade, vai ter um período do ano que  
1979 venha mais e outro menos. Então, eu senti falta, eu li lá atrás e, o que eu li, não  
1980 me deixou confortável. Foi só isso, mas se todo mundo achar que está legal.

1981

1982

1983 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – A  
1984 menção que você faz ao anexo é do senso, não é inventário, mas tem  
1985 dispositivos que colocam, tem espécies que são migratórias que podem não  
1986 parecer naquele momento em que você está fazendo o inventário. Isso, pela  
1987 dinâmica do plano, qualquer momento você pode colocar... Em espécies que  
1988 antes não eram, por exemplo, problema e tornam-se problema, você pode  
1989 modificar também o plano a qualquer momento. Então, o dispositivo, lá adiante,  
1990 da essa dinâmica ao plano, para isso. Então, eu não senti necessidade aqui,  
1991 agora, de estabelecer um prazo mínimo para o inventário, até porque você  
1992 pode pegar em literatura, você ter uma área muito conhecida em literatura você  
1993 pode já ter uma... Não é que você vai substituir um dado secundário por um  
1994 dado primário, mas já te adianta bastante coisa.

1995

1996

1997 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
1998 **de Janeiro)** – Eu coloquei o tempo aqui, ele pode dar certo ai, mas acho que  
1999 critérios mínimos para que você entenda que aquele inventário, ele traz uma  
2000 certa... Eu acho que nós vamos ter problemas nos Órgão Ambientais, se você  
2001 não der um mínimo de diretriz nisso aqui.

2002

2003

2004 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2005 Mas, então, vou te pedir que pense em um parágrafo específico para esse.  
2006 Para entender essa sua preocupação.

2007

2008

2009 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Agora fiquei mais preocupada com a  
2010 sua fala, porque você acha que pode surgir uma nova espécie? O plano é feito  
2011 em cima de determinada espécie que foi avaliada, aí, daqui a pouco, aparece  
2012 uma outra espécie, como é que nós vamos usar o mesmo plano? Vai ter que  
2013 fazer um plano para a espécie que apareceu, a não ser que seja muito afim  
2014 daquela que já estava no plano. Quer dizer, faz o plano para quero-quero e  
2015 aparece caracará.

2016

2017

2018 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2019 Deixe-me só esclarecer isso. A autorização, ela será dada para o plano que  
2020 envolve aquelas espécies, aparece uma nova espécie, ela não está autorizado  
2021 a ser manejada.

2022

2023

2024 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Do jeito que tu falaste parecia.

2025

2026

2027 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – O  
2028 que eu disse é que: se parece uma nova espécie, você tem que alterar o plano,  
2029 para envolver medidas àquela espécie, e a autorização vai ter que ser  
2030 retificada para poder contemplar àquela espécie, mas, assim, a autorização do  
2031 plano não te dá plena autoridade para intervir em qualquer espécie que

2032apareça. Só, aquelas espécies que foram previstas no plano... É isso. Quer  
2033fazer mais algum comentário?

2034

2035

2036**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Primeiro, o plano não é feito para  
2037uma espécie, ele é feito, exatamente, para aquelas espécies que você já  
2038identificou ali, só é autorizado, como foi dito, para essas espécies. E,  
2039realmente, o ideal, nós sabemos que o ideal é fazer inventário por  
2040monitoramento, por dez anos, mas a urgência do assunto não permite. Então, o  
2041que nós usamos, por exemplo, nos 12 aeroportos que nós elaboramos o  
2042plano? Nós fizemos um inventário, um senso, um monitoramento curto,  
2043utilizamos dados de literatura, utilizamos os registros Cenipa, e deixamos bem  
2044claro que isso, o monitoramento é fundamental, não só manejo, mas, ao longo  
2045do manejo, o monitoramento é fundamental para, exatamente, esse dinamismo  
2046que existe, na fauna aí, no manejo seja contemplado em todas as ações e ao  
2047longo de vários anos. É isso aí.

2048

2049

2050**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Só  
2051vou complementar o seguinte, a questão é que o operador, que vai apresentar  
2052o plano, ele pode fazer o inventário de um dia, e ele vai ter X espécies. O plano  
2053dele vai ser autorizado para X espécies, o problema dele. Se ele quiser fazer  
2054um inventário para um ano, para contemplar até as minhocas, que as aves  
2055comem, isso, se isso é algum tipo de foco e atração, ele faz, e ele será  
2056autorizado para aquilo. Então, para mim, eu acho desnecessário nós criarmos,  
2057agora, o inventário, porque, quem vai ser penalizado, se fizer um mal  
2058inventário, é quem vai estar autorizado pelo plano. Terá autorização para  
2059aquele número de espécies e quem vai estar avaliando vai estar checando,  
2060pode estar perguntando: “vem cá, você falou que tem essa águia aqui, essa  
2061águia pega macaco, essa águia tem mesmo? Não tem? Porque estou vendo na  
2062literatura que essa águia já não existe mais”. Então, quem está avaliando pode,  
2063inclusive, questionar o que está colocado.

2064

2065

2066**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Eu tenho dúvida em o que é risco  
2067indireto. Acho que é mais ou menos dentro do que ele falou ali, ele quer colocar  
2068quais que são risco indireto, qual o conceito de risco indireto para a colisão?  
2069Risco direto nós temos ali em cima várias definições, indireto o que seria?

2070

2071

2072**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2073Bom, eu vou colocar... O que foi colocado como (...) é que têm determinadas  
2074espécies que atraem outras espécies, você tem, por exemplo, ratos que pode  
2075atrair outras espécies. Então, você vai fazer o manejo do rato e não da espécie  
2076que é atraída por ele. Então, direto e indireto está nesse sentido. Você fala no  
2077conceito, não é? Você fala nos conceitos. Faltou um conceito para isso.  
2078Perfeitamente, vamos ter que olhar... Eu gostaria de pedir a vocês que pensem  
2079no conceito para espécie que representam risco indireto.

2080

2081

2082 **O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – O risco direto, na verdade, ele é  
2083a espécie que colide, realmente.

2084

2085

2086 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2087Mas, eu queria estar pedindo... Tudo bem, está entendido isso. O que ela está  
2088pedindo, aqui, e está correto, é uma definição, conceituação do que seria risco  
2089indireto, que é isso que colocamos aqui, agora, você já tem uma proposta aí?  
2090Olha, vou pedir a vocês que elaborem uma proposta. Na segunda etapa,  
2091depois do almoço, nós voltamos para esses itens que estão faltando e nós  
2092colocamos. Aí, a ideia, na verdade, não é conceituar a espécie, mas... Pode se  
2093conceituar a espécie que representa um risco indireto, para deixar claro.  
2094Espécie que representa um risco indireto à operação. Porque já tem espécie  
2095problema, espécie competidora e espécies que representam risco indireto, só  
2096deixar claro isso. Ok? Seguindo, então, tem o inventário, nós não precisamos...  
2097Pelo que eu ponderei aqui, estão de acordo, nós não precisamos criar mais  
2098regra para ele, estão lá. O item C: descrição dos habitats usados pelas  
2099espécies citadas na alínea anterior. D: descrição dos focos de atração das  
2100espécies-problema. Letra E: senso faunístico de cada espécie problema,  
2101conforme a metodologia descrita no Anexo 2. Ok? Vamos lá, inciso II –  
2102histórico de colisões com fauna para cada 10 mil movimentações de aeronaves  
2103registradas nos últimos 5 anos, caso exista, abrangendo os seguintes índices  
2104estatísticos: item A – colisões por ano. B – colisões por mês. C – colisões  
2105mensais por período do dia. D – colisões anuais por fase do voo e atividade de  
2106aeronave. E alínea E – colisões por altitude e/ou localização espacial da  
2107aeronave. Alguém lembrou que não se usa mais, na técnica legislativa, o  
2108“e/ou”, eu acho que tem que tirar o “e” e deixar “ou”. Ok? Aprovado? Então,  
2109vamos seguindo, inciso III: avaliação do risco de colisão com fauna, conforme  
2110metodologia descrita no Anexo 1 dessa Resolução. Inciso IV: definição de  
2111metas para o controle e redução do potencial perigo de colisões de aeronaves  
2112com espécimes da fauna. Inciso V: definição das ações de manejo  
2113correspondentes, que poderá envolver...

2114

2115

2116 **A SR<sup>a</sup>. ROSSANA DE PAULA VILAMIU (Infraero)** – No caso, eu creio que  
2117nessa terceira, perdão quarta, do potencial risco.

2118

2119

2120 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2121Inciso IV: definição de metas para controle de redução de potencial perigo de  
2122colisões...

2123

2124

2125 **A SR<sup>a</sup>. ROSSANA DE PAULA VILAMIU (Infraero)** – Isso, no caso, porque  
2126você já identificou o perigo, você já avaliou, porque o risco é severidade por  
2127probabilidade, então, você já verificou que a severidade e a probabilidade  
2128desse perigo, então, trocar o termo “perigo” por “risco de colisão”.

2129

2130

2131 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
2132 Todos de acordo? Estou entendendo que há uma nomenclatura técnica que  
2133 diferencia. Acho que não precisa. Todos de acordo? Aprovada a modificação?  
2134 Então, inciso V: definição das ações de manejo correspondentes, que poderá  
2135 envolver: alínea A - ação ou intervenção no ambiente do aeródromo para  
2136 eliminação ou redução dos focos de atração e fixação das espécies-problema.  
2137 Alínea B – afugentamento dos individuais da espécie problema, com a  
2138 aplicação de métodos baseados em efeitos sonoros ou visuais, quando a  
2139 intervenção, no ambiente, não for suficiente. Aí já começou a criar uma  
2140 sequência.

2141

2142

2143 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
2144 **de Janeiro) –** Aproveitando o gancho, é que toda a literatura da Ical  
2145 internacional fala em mecanismo de afugentação de aves, e eu senti falta,  
2146 quando lá no art. 3º, nós falamos de um monte deles e não colocamos o  
2147 mecanismo de afugentação de aves, e aqui, agora, nós estamos vendo mais  
2148 claro. Talvez, colocar lá, como tinha, até o inciso VII, colocar mecanismos de  
2149 afugentação de aves.

2150

2151

2152 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
2153 Você fala no art. 3º que reproduz a lei?

2154

2155

2156 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
2157 **de Janeiro) –** Sim. Tem essa questão da lei, mas...

2158

2159

2160 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
2161 Mas eu acho que, se nós estamos colocando aqui em baixo essa definição de  
2162 ações, eu acho que está contemplando.

2163

2164

2165 **A SRª. LISIANE BECKER (SODEMAP) –** Ali diz “poderá”, o “poderá” é aquilo e  
2166 mais um pouco, não fica muito vago. Eu, por mim, em minha opinião, se tirava  
2167 aquele terceiro e deixava só esse daqui, porque, já tem a lei, então, estão lá  
2168 “poderá”, assim como poderá aquilo, poderá aquilo outro, e agora estamos  
2169 “colocando aquilo outro”, aqui. Então, esse afugentamento que não constava  
2170 na primeira, por que o “poderá” é muito amplo, ele pode “aquilo e mais alguma  
2171 coisa”, ou técnicas novas. A lei já prevê, quando diz “poderá” é porque, na  
2172 verdade, é aquilo e mais alguma coisa. Então, eu acho que poderia tirar o art.  
2173 3º, que está dando problema, porque já é contemplado aqui embaixo, e já está  
2174 na lei, então, não prejudica em nada.

2175

2176

2177 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** A  
2178 ideia de reproduzir o art. 3º foi, como eu falei antes, para dar um fio lógico e  
2179 didático a resolução. Saber que você não precisa ir à lei para saber que há

2180previsão de abate, há previsão de manejo na natureza, é uma questão mais, é  
2181um uso didático, a colocação dele ai dentro. Ele pode...

2182

2183

2184**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Ele pode contemplar e depois fala  
2185sobre a elaboração, então, está muito distante dessa sequência, que nós  
2186estamos dando aqui de outras possibilidades. Está ali em cima, ele pode  
2187contemplar isso, ai passa alguns artigos embaixo, pode fazer isso, pode fazer  
2188aquilo, está distante, aí que não dá esse fio lógico, porque lá em cima fala uma  
2189coisa e lá embaixo falando outra.

2190

2191

2192**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2193Vamos retornar. Não está distante, é um artigo depois do outro, é porque você  
2194está vendo o inciso, e a lógica colocada é a lógica do plano de manejo, o plano  
2195de manejo você tem que começar, por um diagnóstico de ambiente. É do  
2196terceiro para o quarto, não está tão distante assim. Voltando, é possível  
2197suprimir? É. Mas, por uma questão didática, não precisar estar recorrendo o  
2198tempo todo a lei para ver o que a lei prevê, se coloca, as questão mais cruciais,  
2199se coloca no dispositivo... No mesmo instrumento, eu não sei qual o problema  
2200que isso está tendo. Mantemos? Se a proposta da conselheira é retirar o art.  
22013º, eu estou ponderando por uma questão didática.

2202

2203

2204**A SR<sup>a</sup>. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste)** – Eu,  
2205também, acho que tem que manter, não vejo nenhum problema em citar,  
2206novamente, aqui, e exclui-lo, também, para mim não faz muito sentido, porque  
2207aquí dá uma sequência lógica para a pessoa que, ainda, não terminou de ler a  
2208resolução, então, ela já dá uma ideia. E o “poderá”, para mim, eu já tenho uma  
2209interpretação um pouco diferente não “poderá e algo a mais”, é “pode ter essas  
2210ações aqui ou não, se não forem necessárias”. E, também, nós estamos tendo  
2211uma visão, às vezes, até negativa, que isso vai passar por uma análise, o plano  
2212de manejo vai passar por uma análise. Então, se tiver algo errado, se tiver  
2213alguma outra intenção, também, ele vai ser analisado sobre esse aspecto. Para  
2214mim, manteria o terceiro.

2215

2216

2217**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – O afugentamento, por exemplo, não  
2218está previsto. Então, esse “poderá” é que ele pode ter aquilo e pode alguma  
2219outra técnica, que ainda não foi adotada. Amanhã ou depois, nós podemos ter  
2220uma metodologia totalmente diferente, de repente vamos fazer um transporte  
2221transmolecular. A lei disse que pode, e ela, também, já prevê tecnologias que  
2222ainda não temos a disposição no momento. Isso é uma coisa que já é  
2223consolidada. O que eu fico preocupada é exatamente de nós não temos nesse  
2224art. 3º, essa sequência, foi o motivo original de toda a polêmica é que seguia  
2225uma sequência, no caso de poder haver essa sequência, e depois nós temos  
2226uma inclusão de uma ação, que não está prevista ali. Então, não me parece  
2227coerente, ou se coloca que poderá envolver isso dali no caso que couber, e aí  
2228sim, entra afugentamento, sei lá, coloca espantalho, não sei o que mais nós  
2229podemos fazer como alternativa.

2230

2231

2232 **O SR. NÃO IDENTIFICADO –** Várias.

2233

2234

2235 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP) –** Mas não está incluído ai. Quando eu  
2236 olho a lei, eu digo, só pode ser isto daqui, eu não vou nem olhar ali embaixo,  
2237 não está previsto.

2238

2239

2240 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** O  
2241 manejo, no caso, ele é amplo, é o uso de várias técnicas. O que se citou lá  
2242 embaixo de afugentamento, que ai você sabe que é uma técnica que é utilizada  
2243 hoje. Vou dar a palavra, mas me deixe terminar aqui. Já é uma técnica  
2244 utilizada, você pode utilizar várias. Então, o manejo, na forma como ele está  
2245 posto, ele compreende tudo isso. Não dá para nós... A questão do “poderá” é  
2246 “você poderá usar um dessas intervenções que estão aí”. Uma das  
2247 intervenções é o manejo de animais, o que eu estou colocando aqui, o manejo  
2248 de animais envolve várias técnicas, que você pode fazer. Eu até poderia  
2249 suprimir, por exemplo, translocação, que isso poderia ser um manejo. Mas,  
2250 pela importância que a translocação tem, a própria lei tem esse destaque,  
2251 também, e destaca aqui. Mas, está contemplado no manejo, eu não entendi,  
2252 exatamente, qual é a questão. A questão é nós citarmos “afugentamento” aí, no  
2253 art. 3º, ou colocar na sequência. Eu queria entender, exatamente, qual é a  
2254 questão.

2255

2256

2257 **O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB) –** É mais ou menos isso. Vamos  
2258 resolver aqui. Afugentamento é uma das técnicas de manejo de animais, que  
2259 está no item 2. Se for botar afugentamento, nós vamos ter que colocar 30, 40  
2260 técnicas que são usadas no mundo. Então, lá tem um detalhamento maior, está  
2261 aqui e está ali, afugentamento é manejo de animais, está contemplado, sim, o  
2262 art.3º. No mundo todo, afugentamento é uma das técnicas classificadas dentro  
2263 de manejo de animais.

2264

2265

2266 **A SR<sup>a</sup>. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste) –** Só voltando  
2267 aqui que o conceito de manejo de fauna, que é “a técnica consistente de  
2268 aplicação de conhecimento ecológico as populações”. No meu entendimento,  
2269 se surgir novas técnicas que nós não temos conhecimento hoje, já está incluído  
2270 no conceito de manejo de fauna, assim como várias outras técnicas que já são  
2271 utilizados por manejo da fauna.

2272

2273

2274 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI) –** Só fico, assim, questionando, quando  
2275 eu li, não sei se a Lisiane, talvez, não goste muito, mas me preocupa, assim,  
2276 quando as ações anteriores... Eu sei que isso é desejável por causa daquela  
2277 sequência que dá uma hierarquização nas prioridades aqui. Mas, quem é que  
2278 vai dizer que aquela ação não é suficiente? É o tempo que vai dizer isso ou um

2279técnico? Então, eu fico um pouco, me preocupa um pouco esses temporais  
2280aqui, vamos fazer isso quando o anterior...

2281

2282

2283**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Em  
2284dois momentos, na resolução, ela trata em duas situações que você diz não  
2285suficiente, quando o relatório de monitoria do plano aponta que não foi  
2286suficiente, pelo próprio senso. Você vai fazer o senso, tem lá X aves, você  
2287aplica a técnica e continua tendo X a mais aves, quer dizer, o senso mostra  
2288que aquela técnica não teve efeito. Então, o senso, ele faz parte da monitoria  
2289do plano, essa é uma das formas de você verificar quando não é suficiente. E a  
2290outra, como esta previsto ai, é quando a própria literatura científica já mostra  
2291que ela não é aplicável, a técnica. Então, essas duas situações foram postas  
2292aí, na resolução, entraria mais abaixo na... Está nos meios ai. Em dispositivos  
2293da própria resolução, está ele colocado. Mas, assim, são duas situações. O  
2294relatório mostra, no segundo ano do plano, o relatório mostra que, no primeiro  
2295ano, aquela técnica na foi suficiente e já pede para mudar a técnica.

2296

2297

2298**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – A minha preocupação é, exatamente,  
2299essa, ter que esperar um ano, quando já se sabe que não vai funcionar.  
2300Quando o parecer técnico já diz “essa espécie, aqui, não vai ter jeito, vamos ter  
2301que partir para uma coisa mais drástica”, e o que está dizendo aqui, é  
2302exatamente isso, dizendo, então... Por isso que eu estou te perguntando,  
2303talvez, um parecer técnico, seja melhor que esperar e fazer um senso para  
2304saber se funcionou ou não uma atitude menos drástica.

2305

2306

2307**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – De  
2308qualquer maneira, qualquer parecer tem que se fundamentar em alguma coisa  
2309que já tenha na literatura, no caso nós estamos citando literatura científica.  
2310Agora, lembrando que, nós previmos, aqui na Resolução, que qualquer  
2311momento pode o plano. Você já percebe que a técnica não serviu, você pode  
2312fazer um senso rápido, um senso... Uma ave que tem um ciclo mais rápido,  
2313você faz um senso, mostra que não está funcionando e você já pede,  
2314antecipadamente, uma autorização.

2315

2316

2317**O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa)** –  
2318Outra, respondendo ao Ricardo, outra questão que, também, ajuda a pontuar  
2319isso, que o presidente acabou de explicar, é a própria variação do risco que  
2320aquela espécie tem dentro da matriz, que está na frente. A própria matriz é  
2321isso, como se fosse um medidor da eficácia do que está sendo aplicado na  
2322espécie, o foco, dentro do aeroporto, de reduzir o risco de acidentes.

2323

2324

2325**O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)** – É só porque o  
2326LUIS PARIS tinha feito um questionamento, que na minuta anterior, era  
2327aeródromos públicos e militares, e aí estamos vendo, agora, só retornando na  
2328ementa, não tem mais essa questão, público e militares.

2329

2330

**2331 O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**

2332 Sim, mas essa questão fica de fora? Em algum deles? Se ficar só aeródromos?

2333

2334

**2335 O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) –**

2336 Eu acredito que nós deveríamos colocar públicos e militares, por quê? Para

2337 que nós não abramos para um cara que tenha um aeródromo privado, que nós

2338 sabemos o que acontece, compre um laudo e faça alguma coisa para um

2339 movimento que ele tem de duas decolagens ao mês. Então, o nosso foco é

2340 risco, se eu não tenho avião voando, eu não tenho risco.

2341

2342

**2343 O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**

2344 Deixe-me só fazer um pergunta, que isso é importante. A lei prevê o que?

2345

2346

**2347 O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) –**

2348 A lei fala aeródromos. Mas eu acredito que para esse foco, se for possível,

2349 seria melhor...

2350

2351

**2352 O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**

2353 Deixa-me ponderar aqui, que agora me preocupou o contrário. O privado está

2354 livre para fazer o que quiser, sem alguém autorizá-lo a fazer o que ele está

2355 querendo fazer. se deixar público e militar, e deixar de fora o privado, quem

2356 tem um aeroporto privado, ele pode fazer o que quiser lá dentro, sem nenhuma

2357 autorização.

2358

2359

**2360 O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) –**

2361 Ele cai na 72.

2362

2363

**2364 O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) – O**

2365 72 não existe mais a partir da lei.

2366

2367

**2368 O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) –**

2369 Cai na lei, essa daqui não se aplica a ele.

2370

2371

**2372 O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) – Por**

2373 que ele não se aplica? Ele não teria que ter um plano de manejo para mexer

2374 com a fauna? Se ele tem problema de fauna no aeródromo privado dele, ele

2375 não tinha que ter um plano de manejo para isso?

2376

2377

2378 **O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) –**  
2379 O senhor está olhando pelo outro lado. Ele vai ter que cumprir tudo que está  
2380 aqui para poder aplicar.

2381

2382

2383 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
2384 Exatamente, se deixar ele de fora, quer dizer, a regra cabe para o militar, ele  
2385 não tem regra, então, o que ele faz? Ou ele não abate, ou ele não intervém, ou  
2386 ele vai intervir sem autorização. Fica de fora, é melhor manter todos aí. Até,  
2387 porque a lei contempla todos, e o plano de manejo é para todos. Por exemplo,  
2388 o aeroporto, lá do... Vou comentar não, porque isso é política. Vamos voltar,  
2389 então, para o art. 5º, a questão aqui, não sei se ficou, se eles iam estar  
2390 atendidos com relação ao afugentamento fazer parte de manejo. O que foi  
2391 destacado aí... Destacou-se a questão do afugentamento, porque é uma  
2392 técnica, hoje, altamente utilizada nos aeroportos, por meio de... Afugentamento  
2393 envolve técnicas, hoje, de uso de foco robô, uso de falcoaria, uso de fogos  
2394 artifício, mas todos são de afugentamento, fazem parte de manejo, então...

2395

2396

2397 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
2398 **de Janeiro) –** A (...), o sujeito grava a ave em sinal de perigo e repete.

2399

2400

2401 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** A  
2402 dúvida foi levantada pela Lisiane, com relação a afugentamento, que  
2403 afugentamento não estaria contemplado lá no art. 3º. Só que no art. 3º, que foi  
2404 transcrito integralmente da lei, ele não coloca, mas tem o manejo lá, colocado  
2405 na alínea B. Então, aparentemente, aparentemente não, de forma genérica,  
2406 está, ali, contemplado. Aqui já é um detalhamento.

2407

2408

2409 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
2410 **de Janeiro) –** Quando nós lemos, ela falou e eu fui prestar atenção... Quando  
2411 nós lemos, aqui, lá no conceito “manejo de fauna”, na realidade, cabe, aqui  
2412 cabe tudo, inclusive, todos esses mecanismos de afugentamento. Então, ele já  
2413 estaria aqui, é só que quando você tem na literatura, e Ical tem uma parte da  
2414 Ical, um documento da Ical que só fala deles, só fala desses mecanismo,  
2415 tratando de manejo, tratando, diferenciadamente, de manejo, de translocação,  
2416 é uma parte inteira. Foi só por isso que eu chamei a atenção, só por uma  
2417 questão de... Porque é importante e são vários, são vários, vários, vários... Foi  
2418 só isso. Mas, ele cabe aqui dentro. Quando você vem aqui, no inciso VIII, onde  
2419 ele define manejo de fauna, está dito aqui “técnica consistente de aplicação do  
2420 conhecimento ecológico”. Quer dizer, eu sei qual é o barulho que uma ave que  
2421 preda essa daqui faz, eu vou lá, pego esse barulho e repito. Então, na  
2422 realidade, ele está aqui dentro, só chamei a atenção para isso, mas está aqui  
2423 contemplado.

2424

2425

2426 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** Só  
2427 colocando aqui, depois até as colegas, aqui, podem fazer alguma intervenção,

2428no sentido de corrigir. Mas, como você bem falou, praticamente todas as  
2429técnicas de manejo estão aí, a coleta, a captura, a translocação , estão todas  
2430aí. O afugentamento, também, está lá em cima, só que tiradas essas técnicas  
2431de translocação, de ação do ambiente, e tudo mais, qual é a técnica que sobra  
2432no manejo de fauna? Basicamente, as técnicas que envolvem afugentamento.  
2433Por isso que nós colocamos, aí por uma questão de dar uma pequena correção  
2434na lei, mencionar, claramente, afugentamento como a técnica que, hoje, é  
2435amplamente aplicada, é a mais aplicada, pelo que eu sei. Precisa debater isso?

2436

2437

2438(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

2439

2440

2441**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Se  
2442bem que essa é para coleta de ovos e ninhos, pelo que eu vi. Nós precisamos  
2443debater isso? Porque, para mim, já está superado. Se está superado eu queria  
2444adiantar, para não ter que voltar debate, aqui.

2445

2446

2447**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Eu só queria incluir uma coisa aí,  
2448que ficou faltando em afugentamento, que, na verdade, eles são classificados  
2449em três grandes tipos de afugentamentos, e nós só colocamos dois... Sonoros,  
2450visuais e químicos.

2451

2452

2453**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2454Todo mundo de acordo? Quer explicar um pouco mais? Porque eu sei que a  
2455Lisiane já parou para pensar, só quando você falou no químico, você podia  
2456explicar um pouco mais, para deixar o pessoal aqui mais a par, do que seria o  
2457químico.

2458

2459

2460**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Existem substâncias, mesmo,  
2461que são utilizadas como repelente. Então, você tem o gel, que é um repelente,  
2462você que coloca onde os animais se empoleiram, você tem antranilato de  
2463metila, que é um repelente orgânico, feito de semente de uva, que é bastante  
2464utilizado. Nós, aqui, não temos utilizado muito, mesmo porque nós  
2465dependemos, também, de uma posição da Anvisa, mas, mundialmente, é  
2466utilizado. O químico pode ser tanto, o antranilato, por exemplo, ele pode ser  
2467utilizado por aspersão ou diluído em corpos d'água. Então, esses métodos  
2468existem e é uma forma de afugentamento que nós não estávamos  
2469contemplando.

2470

2471

2472**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2473Todos de acordo? Então, só vou mudar ali, para invés de “químicos” “ou  
2474químicos”, porque como você colocou da ideia de sequência, é “ou químicos”.  
2475Ok? Aprovado então? Aprovado. Alínea C, com coleta e destruição de ovos e  
2476ninhos de espécies-problema, quando as ações anteriores não forem eficazes,  
2477ou suficientes para evitar a nidificação, conforme demonstrado no relatório de

2478monitoria do plano ou indicado em literatura científica. Ok? Aprovados? Se não  
2479há dúvida, eu prefiro que nós sigamos, ou é alguma alteração?

2480

2481

2482**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – É porque ali fala “coleta e  
2483destruição de ovos, quando as ações anteriores não forem eficazes para  
2484evitar”. Só que quando você chega para começar o manejo, os ninhos estão lá,  
2485então, você não poderia tirar, do jeito que está aí... Tudo bem, depois que você  
2486já está fazendo o manejo, você maneja o ambiente de forma a evitar que os  
2487ninhos sejam feitos, mas, quando você começa o manejo, os ninhos já estão lá.

2488

2489

2490**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2491Mas não vamos entrar em um debate técnico, porque o seguinte, a coleta e  
2492destruição de ovos e ninhos. Eu preciso destruir os ovos e ninhos em um caso  
2493desse? Então, simplesmente, eu transloco os ninhos, isso seria um manejo,  
2494estaria dentro do manejo. Porque coleta e destruição de ovos e ninhos, como  
2495está previsto na lei. Então, o que foi colocado aqui, essa intervenção, que é  
2496uma intervenção drástica, intervenção de destruição dos animais, se faz  
2497quando as demais técnicas já não atendem. Nesse caso, aí, eu entendo que  
2498pode fazer a coleta, você vai fazer o manejo de ambiente, você se depara com  
2499o ninho, os ovos, então, transloca o ninho, mas não destrói o ninho, isso é para  
2500destruição de ninhos.

2501

2502

2503**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – A translocação de ninho,  
2504normalmente, já vai acarretar a morte dos ovos, porque os pais vão abandonar  
2505aquele ninho. Então, não vejo muita diferença, aí na não destruição.

2506

2507

2508**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2509Tem diferença legal grande, embora você tendo no fim, o ninho acaba sendo  
2510inviável ao translocá-lo, mas... O que está sendo colocado aqui é o uso dessa  
2511técnica, o que foi proposto na alínea C é o uso da técnica quando as outras  
2512anteriores não forem suficientes ou eficazes, o que está sendo colocado aqui é  
2513que no manejo do ambiente, você pode deparar-se com o ninho e, nesse caso,  
2514fazer o uso da coleta e destruição do ninho, dos ovos. Aí é uma questão de  
2515mérito, que nós precisamos discutir, não é uma questão de técnica legislativa.

2516

2517

2518**A SR<sup>a</sup>. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste)** – Esse termo  
2519“destruição de ovos” está na lei?

2520

2521

2522**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2523Está na lei, nesses termos.

2524

2525

2526**A SR<sup>a</sup>. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste)** – Teria,  
2527talvez, outras opções de destinação dos ovos...

2528

2529

2530 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Eu  
2531 estou colocando, aqui, na prática, é uma destruição. Os animais foram tirados  
2532 do local, ele não vai voltar para nidificar na prática continua... Quer dizer, a  
2533 prática é uma coisa, você expor a isso, como está, é outra, mas nós podemos  
2534 resolver isso. Repetindo o que está sebo colocado, como está, observa a  
2535 sequência, tem que verificar, primeiro, as anteriores para depois fazer o uso  
2536 disso aqui. O que está sendo colocado é que, no momento em que eu vou  
2537 fazer o uso das anteriores, eu posso me deparar com um ninho. Se eu não  
2538 retirar o ninho, de lá, posso não resolver o problema, e ao retirar o ninho, de lá,  
2539 mesmo que o transloque, na prática, eu acabo perdendo a... Como chama? A  
2540 chocagem, o choco da ave. Então, nós estamos diante, aqui, de uma questão  
2541 de mérito que precisamos resolver. Não é o caso, o caso é se deparar com o...  
2542 Na hora que ele está fazendo o manejo, ele depara-se com o ninho, e aí? Se  
2543 não tirar o ninho?

2544

2545

2546 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – O que pressupõe, ali, é que você vai ter  
2547 que tirar o ninho, porque (Inaudível) você não precisa fazer (Inaudível) os  
2548 outros para deparar com o ninho e tirar, de acordo com a literatura científica,  
2549 aquilo vai virar um problema, então você pode tirar antes e (Inaudível).

2550

2551

2552 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2553 Não. Mas, há uma pequena diferença, é porque ele está usando a técnica de  
2554 manejo lá de cima, de manejo de ambiente, ele sabe que é possível você fazer  
2555 aquele manejo, só que ele se deparou com um ninho.

2556

2557

2558 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Aí tira, porque, baseado na literatura  
2559 científica, vai ser um problema.

2560

2561

2562 **A SR<sup>a</sup>. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste)** – Mas aí, em  
2563 tese, o seu plano de manejo não foi autorizado para manejo do ninho, só para  
2564 o ambiente.

2565

2566

2567 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2568 Exatamente, não para tirar o ninho... Temos que resolver isso aqui, temos que  
2569 resolver... Se não, o analista, se você autoriza a manejar o ambiente ou  
2570 afugentar as aves. Vou afugentar ambiente, por exemplo, a questão do quero-  
2571 quero, que foi citada várias vezes, se você cortar a grama, baixa a grama para  
2572 ele não aparecer... É o contrário, a grama alta que não atrai o quero-quero, se  
2573 maneja o ambiente. Vamos usar o inverso, você baixar o mato para o animal  
2574 não chegar lá, vai baixar e depara com um ninho, mas a sua autorização é para  
2575 baixar o mato, não para tirar o ninho.

2576

2577

2578 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Realmente, essa questão foi o que  
2579 originou a minha questão anterior, aí o que eu entendi que você falou é que se  
2580 deparando com o problema, você faz uma dinâmica do plano de manejo, foi  
2581 isso que você me respondeu. Então, eu entendi que esse caso se enquadra,  
2582 você vê o ninho, você tem que adaptar o plano de manejo... Não sei a dinâmica  
2583 de fazer um plano, receber a aprovação do plano.

2584

2585

2586 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2587 Pois é, você entendeu, você depara com o ninho, então, você vai apresentá-lo  
2588 ao licenciador um requerimento para poder alterar o plano para contemplar  
2589 aquilo. Então, o órgão vai ter que avaliar e vai ter que retificar a autorização,  
2590 para contemplar aquela medida que vai estar lá.

2591

2592

2593 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Foi, exatamente, por isso que eu fiz a  
2594 pergunta anterior, de repente você se depara o problema que o plano de  
2595 manejo não contemplava, que é esse caso, e aí, pergunto se esse quando, é  
2596 um problema por causa disso.

2597

2598

2599 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – O  
2600 que nós precisamos encontrar, é assim, foi posta uma situação pelo Airton que  
2601 nós precisamos um procedimento para quando você deparar-se com ovos e  
2602 ninhos quando você está fazendo outro tipo de manejo. Nós precisamos  
2603 encontrar esse procedimento aí.

2604

2605

2606 **O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Por isso que, quando foi dito  
2607 aqui, de definir uma sequência, nós, na prática, já sabemos que vamos  
2608 encontrar ninho, quando chegarmos lá. Então, nós já sabemos que, na prática,  
2609 o manejo de ambiente, ele tem que vir junto com ação de manejo direto. Então,  
2610 por isso que é complicado quando você coloca “só vou fazer o afugentamento,  
2611 se a intervenção no ambiente não for suficiente”, “só vou fazer coleta de  
2612 destruição de ovos e de ninho, se as outras ações não impediram a  
2613 mitificação”. Nós já sabemos, na prática, que quando chegar para fazer o  
2614 manejo, nós vamos ter que começar fazendo todas, a grande parte pelo  
2615 menos, deixando o abate para o fim, aí sim, mas o afugentamento, o manejo  
2616 direto/indireto, e manejo do ambiente, já tem que começar de cara, porque o  
2617 manejo do ambiente, ele, realmente, vai começar a dar resultado a médio e  
2618 longo prazo. Então, em curto prazo, nós temos que retirar os ninhos, nós temos  
2619 que afugentar, nós temos que fazer captura, já ao mesmo tempo, depois de um  
2620 tempo, que você fez esse manejo, e você está fazendo o manejo de ambiente,  
2621 aí você não precisa mais fazer coleta de ninho, captura, afugentamento, porque  
2622 você já fez isso, inicialmente, de uma forma imediata, e te deu resultado  
2623 imediato, e para você ter isso a médio e longo prazo, você está fazendo o  
2624 manejo de ambiente. Então, por isso que botar essa sequência, eu acho que  
2625 vai, em vez de facilitar as nossas ações de manejo nos aeródromos, nós  
2626 vamos dificultar.

2627

2628

2629**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
2630**de Janeiro)** – Eu acho que, dificilmente, você vai ter um plano de manejo, lá  
2631nas medidas, de que você não vai aceitar isso, porque, na realidade, na fase  
2632do diagnóstico, você já levantou. Então, no diagnóstico você matou, porque  
2633quando você fizer o diagnóstico da sua área, você vai levantar tudo que você  
2634tem, então, certamente você vai ter isso posto, não tem como. Não tem como  
2635você, no meio do caminho, deparar, porque o diagnóstico vai te demonstrar.

2636

2637

2638**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – E aí, pelo diagnóstico, você vai  
2639ver que o manejo de ambiente, por si só, não vai resolver de imediato essa  
2640questão.

2641

2642

2643**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2644Nesse caso, antes que eu passe a palavra, é o que Ricardo colocou que está  
2645previsto, mas deixe-me passar a palavra para Lisiane.

2646

2647

2648**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Quero fazer uma pergunta. Qual é a  
2649viabilidade de vir a eclodir esses ovos? E esses animais conseguiram  
2650chegaram a uma fase de voo? Com afugentamento, com elementos químicos,  
2651com não sei o que, qual é a viabilidade desses ovos chegaram a vingar? E se  
2652tornaram um risco depois?

2653

2654

2655**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Pode acontecer, nós não temos  
2656esse número, a probabilidade, mas pode acontecer. Mas, de qualquer forma,  
2657você falou outras ações, que não só o manejo de ambiente. Então, realmente,  
2658às vezes você está fazendo o manejo de ambiente, se você está fazendo  
2659afugentamento já, às vezes você não precisa coletar o ninho. Às vezes você já  
2660conseguiu afugentar o casal, que cuidava daquele ninho, e esse ninho não vai  
2661para frente. Mas, de qualquer forma, eu quero dizer que, só o manejo de  
2662ambiente não é o suficiente, nós já tem que começar o manejo de ambiente e o  
2663manejo de fauna.

2664

2665

2666**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2667Senhores, deixe-me interromper aqui um pouquinho, que eu acho que essa  
2668situação nós podemos deixar previsto, até porque, de qualquer maneira, a  
2669destruição de ovos é um abate, legalmente é a mesma coisa do abate. Então,  
2670assim, nós temos que ter essa sequência, mas, também, precisamos ter essa  
2671situação prevista. Então, a minha proposta era acrescentar depois da “literatura  
2672científica” ali, uma vírgula “ou em casos”, está tudo em caixa-alta, “em que se  
2673deparar com ovos e ninhos, durante as ações anteriores”, “na execução das  
2674ações anteriores.”, tira o “durante” e põe “na execução”.

2675

2676

2677**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Talvez, se ler o A, talvez, ele caiba no  
2678A, “focos de atuação e fixação de espécies-problema”, não sei se caberia  
2679“fixação e nidificação”, como “fixação da espécie problema”, que é uma fixação,  
2680não sei ai, é um termo técnico. Aí, você poderia colocar, já como prioridade, se  
2681nós estamos obedecendo a uma sequência hierárquica de prioridade, você já  
2682colocaria essa sua frase ou a nidificação, já como um exemplo de fixação de  
2683espécie problema.

2684

2685

2686**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2687Volta na alínea A, “ação e intervenção no ambiente do aeródromo, para  
2688eliminação e redução de atração e fixação”, mas é...

2689

2690

2691**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – E como exemplo a nidificação.

2692

2693

2694**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2695Deixe-me só colocar a questão. A alínea A trata a intervenção no ambiente,  
2696você imagina, antes que a espécie entre na sua temporada de reprodução,  
2697você elimina, altera o ambiente para que elas não atraiam. É diferente de você  
2698se deparar com os ovos, e os ovos, a destruição de ovos, como está previsto, é  
2699um abate, por isso que, de qualquer maneira, tem que ter esse cuidado em  
2700termos de uma certa sequência, em que ações anteriores foram feitas e que  
2701não se resolve. Mas, prevendo essa situação, que é a situação de você se  
2702deparar com os ovos e ninhos. O ideal é que se faça a intervenção no  
2703ambiente em período reprodutivo. Só que o período reprodutivo, ele se dá por  
2704uma curva, então assim, você tem animais se reproduzindo antes e depois do  
2705auge de reprodução. Então, você pode se deparar com ovos e ninhos. Nós  
2706estamos prevendo, de alguma maneira, essa situação de que se deparar com  
2707ovos e ninhos eles serão retirados.

2708

2709

2710**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Desculpe eu insistir, mas eu não  
2711vejo hierarquização em nenhum lugar, a não ser nessa frase, se primeiro é  
2712manejo, depois é afugentamento, não está claro aqui, está, só, claro que as  
2713ações anteriores...

2714

2715

2716**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – As  
2717outras duas, porque as duas primeiras podem ser simultâneas.

2718

2719

2720**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Não tem uma hierarquização aqui,  
2721como nós estávamos colocando no art.3º, que, no caso, de poder haver, uma  
2722hierarquização. Ai, depois, quando a ANAMMA, no fim, fala, no fim não fala. Eu  
2723acho que nós precisamos mudar a redação, “em casos de ocorrência, no caso  
2724da presença de ovos e ninhos, das citadas espécies, na execução das ações”.  
2725Ai, para mim, está parecendo que é qualquer ovo e ninho, “e assim que se  
2726deparar”, ai fica... Só em caso redação, não tem... “ou em casos de ocorrência

2727de ovos e ninhos das espécies, em questão, na execução das ações”. Estava  
2728durante e tiraram.

2729

2730

2731**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
2732Não, mas ai a redação voltou à mesma coisa, anteriormente. Em casos... Sim,  
2733mas a situação é, se você se deparar com ovos e ninhos na execução das  
2734ações anteriores, que é afugentamento... “Em casos de ocorrência de ovos e  
2735ninhos, as espécies...”, mantém igual, o restante, “na execução das anteriores”,  
2736mantém igual? Porque essa é a intenção. Não, manter igual “na execução das  
2737anteriores”, é só a última frase que mante, é isso que eu queria, é só isso.  
2738Agora, só que tem uma situação ai, você está fazendo o manejo de ambiente,  
2739depara-se com ovos e ninhos de espécies que não são espécies objeto do  
2740manejo, você não vai retirar? A questão é a seguinte, vamos lá, só um  
2741pouquinho... Vamos colocar aqui a lógica. Espécies-problema são aquelas  
2742espécies que podem causar risco de colisão. Então, assim, um (...) se bater no  
2743para-brisa é uma chuva. Risco indireto... Se ele é um risco indireto, ele está  
2744previsto lá em cima, com risco indireto, nós já colocamos que vamos, até,  
2745conceituar risco indireto. Precisa sim, porque aí, no caso, é espécie em  
2746questão. É bom para deixar claro, isso. Para não tirar ninho de passarinho  
2747atoa, de torto a direito que não precisa.

2748

2749

2750**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI) –** Estou entendendo o que o Rubens está  
2751colocando, é o seguinte, se tiver um ninho de passarinho que não tenha risco  
2752nenhum direto de colisão, mas ele pode ser alimento para uma ave  
2753sinantrópica, que corre o risco... Então, você tem que tirar o estímulo, que é o  
2754que nós classificamos, você classificou como risco indireto. Então, você tem  
2755que tirar. Tem que fazer essa coleta, destruição eu não diria, talvez, não uma  
2756destruição, porque ele não causa o risco, em si, mas teria que removê-lo da  
2757área, para não colocar ele como risco indireto, é isso que o...

2758

2759

2760**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** Ok,  
2761mas essa espécie tem risco indireto, lembrando que ela é uma espécie-  
2762problema, estaria na espécie em questão.

2763

2764

2765**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI) –** Então, não existe esse caso, é uma  
2766questão, não sei se o nosso amigo, ele consegue determinar se aquela  
2767espécie, aqueles ovos são riscos indireto ou não.

2768

2769

2770**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** O  
2771inventário anterior, ele tem que identificar espécies que são problemas, e foi  
2772dito, lá, tanto espécies que tem risco direto, como espécies que tem risco  
2773indireto. Então, ambas as espécies, seriam espécies-problema e teriam que  
2774estar inventariadas. Então, se você encontra um ninho de uma espécie que  
2775indiretamente atrai, ela já foi inventariada como espécie problema, então, se  
2776retira o ninho. Então, é uma espécie em questão, como está posta ali. O que

2777nós estamos querendo, aqui, garantir, é que espécie que não atraem outras,  
2778quer dizer, que não oferecem riscos de colisão, porque não tem tamanho para  
2779isso, espécies que não atraem as outras.

2780

2781

2782**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI) –** Entra ali, espécies-problema...

2783

2784

2785**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** Só  
2786que estamos querendo garantir naquelas espécies em questão, e concordo  
2787com Lisiane, para você não ter autorização tácita para ficar tirando tudo que é  
2788ninho, inclusive, de animais que não precisam.

2789

2790

2791**A SR<sup>a</sup>. ROSSANA DE PAULA VILAMIU (Infraero) –** Eu concordo plenamente,  
2792então, se é uma espécie de risco, direto ou indireto, ele já está previsto. Se não  
2793está previsto, você não vai poder abater, porque se não, nós vamos chegar à  
2794minhoca... Vai ter que esterilizar. Eu sou de pleno acordo que é risco indireto e  
2795direto, coloca lá, beleza... “eu acho um colibrizinho...”, está bem, pode vir a ser  
2796risco, mas não está no meu escopo, no meu plano, não pode abater, não pode  
2797tirar o ninho.

2798

2799

2800**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
2801Essa ponderação, que ela concorda comigo, é só para manter a espécie em  
2802questão, porque remete as espécies-problema, que envolve direto ou indireto.

2803

2804

2805**O SR. LUIS PARIS (Infraero) -** Só uma questão para esclarecer um ponto,  
2806para mim. Eu entendo que poderia parar na espécie problema, não precisaria  
2807da explicação quando ações anteriores não tiveram sucesso. Explico porque,  
2808digo o seguinte, esse item C poderia parar “coleta e destruição de ovos, em  
2809ninhos de espécie problema”. Não precisaria ter complementação, porque nós  
2810já entendemos que, a translocação do ninho, vai resultar na morte dele, o  
2811abandono do ninho, vai resultar na morte dos ovos, enfim, dos indivíduos ali.  
2812Então, se você abandonar esse ninho, ali, ou colocar algum artifício em cima  
2813dele, por exemplo, você vai gerar um atrativo para a fauna, porque alguém vai  
2814usufruir daquele ovo, que já não tem vida. Então, assim, eu não entendo o  
2815sentido de nós levarmos as ações anteriores, porque, na verdade, elas não  
2816existem.

2817

2818

2819**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** O  
2820sentido colocado é porque a destruição de ovos é similar ao abate. É a mesma  
2821discussão do aborto na Legislação Brasileira, a mesma coisa. Então, assim, é  
2822abate, então, nós temos que ter o mínimo de restrição ao uso dessa técnica.  
2823Está sendo colocado, ali, que literatura científica pode ser um indicativo de que  
2824você já vai usar a técnica, sem precisar usar as demais, lá em cima, então, isso  
2825está resguardado. Mas, é importante colocar a vocês que a discussão de ovos,  
2826ninho nem tanto, mas ovos tem um status muito similar ao abate.

2827

2828

2829 **O SR. LUIS PARIS (Infraero)** - Então, perfeito, que você coloca ali coloca ali,  
2830 fechando na literatura, poderia fechar o texto como estava antes, o original  
2831 dele. Não tem mais sentido você fazer complementações, porque o que eu  
2832 imagino? Eu vou levar o meu plano de manejo a ser aprovado dentro de um  
2833 órgão ambiental e vou demonstrar para ele de que não vou ter sucesso e não  
2834 tenho sucesso com as ações anteriores, por quê? Porque se eu for remover o  
2835 ninho de lá, não fazendo a destruição dos ovos, esse ninho, os ovos, os  
2836 individuais vão morrer. Se eu fizer tipo de artifício ali, de forma a retirar os pais,  
2837 os responsáveis pelos ovos, também, vai morrer. Então, não tem outra solução,  
2838 a não ser quebrar os ovos e destruir o ninho, eu vou demonstrar isso no plano  
2839 de manejo. Então, eu vejo que o texto que você colocou, ali, até a literatura  
2840 científica, já resolve tudo, é na literatura científica que eu vou demonstrar que eu  
2841 não tenho alternativa, a não ser destruir os ninhos.

2842

2843

2844 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2845 Deixe-me repetir, novamente, a questão que foi colocada ai, chamar atenção,  
2846 até, aqui pelo Airton. Você foi autorizado a fazer um determinado tipo de  
2847 manejo no ambiente, você se propôs a fazer um manejo no ambiente, e não  
2848 mexer em ovos, manejo de ambiente, tipo, baixar ou deixar o mato crescer,  
2849 uma coisa ou outra.

2850

2851

2852 **O SR. LUIS PARIS (Infraero)** - Eu não preciso de autorização para esse  
2853 manejo de ambiente.

2854

2855

2856 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2857 Para o manejo de ambiente, você não precisa colocar na lei, ali, está na lei,  
2858 manejo de ambiente. Esqueça-se de deixar o mato crescer, faz qualquer outro  
2859 manejo de ambiente, secar um rio, alguma coisa assim, que você tenha que  
2860 fazer. No momento que vai fazer aquilo, você se depara com os ovos? Você  
2861 não tinha pedido autorização para abater os ovos, e ali eu estou criando uma  
2862 previsão, para que se acontecer isso, você não destrua os ovos e ninhos. É  
2863 isso que está colocado ali. Se retirar, isso dali, e deixar em científico, como  
2864 estava antes, essa previsão não vai existir. Se você está autorizado a fazer o  
2865 manejo, por exemplo, de drenar, fazer algum tipo de drenagem, para diminuir,  
2866 para que a água, sei lá... Para o ambiente não ser atrativo para aquelas  
2867 espécies, é só aquilo que você está autorizado, só que se você encontra os  
2868 ovos daquela espécie lá, você vai deixar lá?

2869

2870

2871 **O SR. LUIS PARIS (Infraero)** - O texto não está dizendo isso, isso que você  
2872 falou está perfeito, mas da forma que está ali não está escrito.

2873

2874

2875 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2876 Então, vamos lá de novo. Vamos ver com calma, ver se isso... Ver se está

2877dizendo como eu estou falando aqui. Coleta e destruição de ovos e ninhos de  
2878espécies-problema, quando as ações anteriores não forem eficazes ou  
2879suficientes para evitar a nidificação, conforme demonstrado no relatório de  
2880monitoria do plano ou indicado em literatura científica, ou em casos de  
2881ocorrência de ovos e ninhos das espécies em questão na execução das ações  
2882anteriores. Sua ideia é criar um dispositivo só para isso?

2883

2884

2885**O SR. LUIS PARIS (Infraero)** - Sendo bem sintético. Eu entendo que deveria,  
2886sim, criar um item, exatamente para evitar confusão. Porque quando você tem  
2887um período muito grande, assim, e você fala, primeiro que você pode destruir  
2888os ninhos, e depois você diz que só acontece se for demonstrado que as ações  
2889anteriores não tiveram sucesso, e aí você volta, de novo, falando, isso gera  
2890confusão.

2891

2892

2893**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Eu  
2894entendi. Então, vamos fazer o seguinte, vamos deixar como estava antes... Eu  
2895concordo, assim, está dando dúvida, eu fico preocupado com quem tem que  
2896aplicar a resolução. Nós podemos criar um parágrafo em seguida para criar  
2897essa exceção, essa previsão de exceção aí, eu posso fazer o uso da previsão,  
2898na alínea C, quando eu me deparar com ovos na aplicação dos demais. O que  
2899ele está colocando, assim, é manter essa ideia, mas, fora desse dispositivo,  
2900criando outro lá embaixo, que seria um parágrafo para explicar isso aí.

2901

2902

2903**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Mas, eu acho que essa solução está  
2904resolvida, porque eu acho que foi uma boa solução. O que eu entendi, eu acho  
2905que não sei se foi o que ele entendeu, o que estou entendendo que esse  
2906adicional que vocês colocaram, ele permite a destruição, quando você tiver  
2907fazendo as ações anteriores, correto? Talvez, então, é isso que ele está... Mas,  
2908eu não sei se foi isso.

2909

2910

2911**O SR. LUIS PARIS (Infraero)** - Quando você explica, fica claro, mas é o que  
2912você colocou, quem está lá na ponta, talvez, não tenha essa clareza, e aí, o  
2913dispositivo, claro, não deixa dúvida.

2914

2915

2916**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio  
2917de Janeiro)** – Quando eu leio essa alínea C, coleta e destruição de ovos e  
2918ninhas de espécies-problema, quando as ações anteriores não forem eficazes  
2919ou suficiente para evitar a nidificação. Ou seja, a própria existência do ovo já é,  
2920já me garante o abate deles, porque as ações que eu fiz antes não impediu que  
2921nidificasse, é isso que eu entendo. Então, para mim, nós estamos discute aqui,  
2922correndo atrás do rabo, quando, na realidade, está dito, ali, bem claro. Eu estou  
2923com o entendimento, eu entendi... Nós estamos falando de espécies-problema,  
2924estou dizendo que eu tenho que, primeiro, tomar ações, no meio ambiente,  
2925para evitar nidificação, ok? Eu sei disso. Então, eu estou tomando essas ações.

2926Agora, quando eu deparo com ovo nelas, é sinal de que não foi o suficiente  
2927para impedir a nidificação.

2928

2929

2930**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Eu entendi, porque, também, pensei  
2931como você, mas, depois, eu percebi que as ações anteriores, por exemplo,  
2932afugentamento, você está afugentando o pai do ovo, você está afugentando o  
2933pai do ovo. Então, você conseguiu mandar o pai embora, mas o ovo ficou,  
2934então, a ação anterior foi bem sucedida, mas o ovo está lá. Então, não é que  
2935vai evitar a nidificação, a nidificação já ocorreu, o ovo já está estabelecido lá.  
2936Então, esse adicional, aqui, ele prevê que ele está se referindo, lá ele fala do  
2937pai, e aqui ele fala do ovo, do filho que vai nascer, que, ainda, não nasceu,  
2938então, quando você coloca esse adicional, o que ele está colocando? Que você  
2939só pode coletar e destruir se as outras ações de nidificação para você vir a  
2940fazer, não foram suficientes, mas, se você deparar você não precisa fazer as  
2941outras ações, você já pode destruir, se ver um ovo sem prevê o afugentamento  
2942do pai.

2943

2944

2945**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
2946Deixa-me fazer uma interação aqui, porque assim, quando vocês falaram que  
2947estão raciocinando, e isso que nós colocamos é uma exceção. Toda exceção,  
2948nós temos que colocar como parágrafo. Porque assim, a ideia central ali  
2949colocada no dispositivo é coleta e destruição de ovos quando as demais  
2950técnicas não são suficientes, ponto, é isso. Agora, essa exceção, que é  
2951colocada, que é importante ter, é uma exceção, e como exceção tem que ser  
2952um parágrafo. Não pode entrar ai, porque assim, você está dando duplo  
2953comando e, inclusive, no mesmo dispositivo, só para um. A minha sugestão é,  
2954é um dispositivo, é um destaque, é um dispositivo específico, é manter a  
2955redação como ela estava. Essa é a minha proposta e criar um parágrafo, de  
2956exceção para esse caso. Estamos no inciso V, eu acho. Nós vamos  
2957interromper, logo que terminar esse inciso, nós interrompemos, pois já são  
2958quase 01 hora da tarde, para o almoço, e nós retornamos em seguida, mas  
2959vamos, só, fechar aqui, agora, então, esse inciso... Não dá... Eu acho melhor  
2960deixar mais claro, lá embaixo, que dá um destaque, do que ficar no meio, ali.  
2961Mas, isso que ele colocou, é uma exceção que nós temos que tratar, e  
2962destacá-la. Eu prefiro botar essa exceção como um parágrafo de exceção, do  
2963que tratá-lo no meio, e se perder.

2964

2965

2966**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Por isso que eu tinha te colocado, que  
2967como isso é uma ação anterior, que você quer colocar nas ações anteriores,  
2968por isso eu tinha sugerido, que você antecipasse, porque essa C nem  
2969precisaria existir, se ela já ocorresse lá em cima. Foi por isso que eu sugeri,  
2970algum tempo atrás, de colocar essa ação, talvez não seja uma boa ideia como  
2971fixação da espécie problema, colocar essa palavra “fixação” como um  
2972estabelecimento da espécie fazendo seu ninho, já colocar ali. Mas, você pode  
2973fazer esse parágrafo, porque, no meu entendimento, esse item C não precisa  
2974existir, se você colocar esse paragrafo. Porque, se você vai destruir, a qualquer  
2975momento, especialmente lá em cima, porque você vai colocar um

2976condicionante, que diz que você vai coletar e destruir os ovos, quando as  
2977ações anteriores não forem problema, se você já vai destruir elas antes? Não  
2978faz sentido.

2979

2980

2981**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**

2982Primeiro, usar o recurso da intervenção de destruição de ovos e ninhos, como  
2983ele é muito similar ao abate, é importante que ele seja feito quando outras  
2984ações, ações como, por exemplo, você fazer o manejo do ambiente, para você  
2985evitar, por exemplo, o empoleiramento dos animais, que tire as condições de  
2986eles fazerem ninhos. Estou dizendo que vou destruir ninhos, quando as demais  
2987ações não forem suficientes. Eu estou dizendo que, também, eu vou destruir  
2988ninhos quando eu tiver fazendo outras ações, pelas quais eu estou autorizado,  
2989e encontrar um ninho. Isso é uma exceção que está na letra C, é uma exceção  
2990à letra, a letra C diz: eu só vou destruir ninhos e ovos quando as demais não  
2991forem suficientes. Eu estou fazendo aquela ação que eu, ainda, acho  
2992suficiente, mas eu encontrei os ovos, ali dentro, daquela espécie problema, é  
2993uma exceção aquele C, e aí, eu vou colocar como parágrafo, destacá-lo como  
2994parágrafo.

2995

2996

2997**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP) –** Eu até acho que entendi o que ele

2998quis dizer, porque o conceito de abate é a destruição em qualquer fase do ciclo  
2999de vida. Então, nós estamos colocando uma exceção antes, que pode abater,  
3000enquanto ela seria a última. Então, a ordem aí, realmente, fica estranha,  
3001porque o abate, conceitualmente, é em qualquer fase de vida. Mais adiante, na  
3002letra E, tem abate exemplar de espécie problema. Então, eu acho que nesse  
3003caberia colocar a dos ninhos, se não antes. Porque abate é a última coisa que  
3004se faz, não fui eu que fiz o conceito. Então, o abate envolve qualquer fase de  
3005vida, nós estamos colocando que não pode haver abate, de uma dessas fases,  
3006anteriormente, antes de passar pela captura, translocação de indivíduos.  
3007Exatamente, e botar junto, depois da alínea E, que fala sobre abate.

3008

3009

3010**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**

3011Colocar antes? Junto?

3012

3013

3014**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP) –** Sim, é uma abate, não é? Aí, vai ser

3015uma exceção da exceção.

3016

3017

3018**O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) –**

3019Eu acho que, não que não... É claro que é o abate a retirada do ovo e do ninho.  
3020Só que se esse ovo e ninho estão dentro, não dentro da área patrimonial do  
3021aeródromo, mas está do lado da pista, que é o que chamamos de área  
3022operacional do aeródromo, que é uma área muito menor que a patrimonial, até,  
3023é a área direta, onde o avião está, praticamente, passando, a poucos metros,  
3024para imaginarem mentalmente. Se o ovo está nessa situação, ele tem que ser  
3025retirado, porque ele vai atrair de qualquer maneira. Então, eu acredito que essa

3026exceção, apesar de, ambientalmente, poxa, eu vou mexer, vou translocar o  
3027ovo, que seja, ele vai ser abate, porque os pais não vão estar lá tomando  
3028conta, mas, apesar disso, por estar do lado da pista, eu acho que essa ação é  
3029necessária, porque, senão, vou continuar tendo colisão, e os pais na tentativa  
3030de chocar os ovos vão estar batendo. Então, vai morrer de qualquer jeito.

3031

3032

3033**A SR<sup>a</sup>. ROSSANA DE PAULA VILAMIU (Infraero)** – Concordando com o  
3034coronel. E, ainda, tem o caso mais perigoso, ainda, que é do jovem, jovem que  
3035ecloidiu e está começando a voar, ele não tem o *Know-how*, digamos, dos pais,  
3036e um dos maiores problemas, de ave que colide, não é nem do adulto, é do  
3037jovem, é do jovem que não tem a manobrabilidade que o adulto tem, e nem o  
3038conhecimento, mas eu concordo, plenamente, de que é um tipo de abate, sim.  
3039Só que tem, aí talvez, não sei como vai ser resolvido, que vai com ou dentro do  
3040abate, uma alínea do abate, não sei. Mas, é um caso especial, de qualquer  
3041forma ele vai morrer.

3042

3043

3044**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – A questão é, se você pegar um quero-  
3045quero, você vê bem, ele se afasta do ninho para fingir que o ninho não é ali,  
3046então, ele vai fingir que foi afugentado e vai voltar, então, não tem jeito. E  
3047mesmo que você consiga afugentar, você está matando o ovo, porque, se você  
3048afugentou é abate. Então, no caso especial, eu acho que o que o Rubens quis  
3049dizer é que, no que caso especial, do ninho em si, o fato de você afugentar  
3050você já está abatendo o ninho. Implicitamente você conseguiu, com sucesso,  
3051afugentar, você abateu um ninho, então, estou correto? Então, o que  
3052acontece? Não adianta nós ficarmos, no meu entendimento, nessa questão de  
3053que o abate tem que ser a última, por isso que eu te fiz aquela pergunta,  
3054quando, esses “quandos” tem uma sequência, porque, especialmente nesse  
3055caso é um bom exemplo, porque quando você está fazendo aquela lá em cima,  
3056que simplesmente é um afugentamento, você está, automaticamente, abatendo  
3057o ninho. Então, no caso do ninho, não precisa ser lá embaixo, para seguir esse  
3058caso, porque você afugentou... O que está lá em cima... Você está,  
3059implicitamente abatendo o ninho.

3060

3061

3062**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
3063Deixa-me voltar à questão. Porque, o texto original, ele fala “coleta e destruição  
3064de ovos e ninhos de espécies-problema, quando as ações anteriores não forem  
3065eficazes ou suficientes”. Então, esses duas expressões não foram colocadas  
3066de graça, “eficaz” é quando a ação não é eficaz e outra quando não é  
3067suficiente. Quando não é suficiente, isso não significa que você pode usar duas  
3068ações, simultaneamente. E isso, ou indicado por literatura científica, ou  
3069indicado pelo relatório de monitoramento do plano. Esse caso que você  
3070colocou, agora, do quero-quero, por exemplo, a literatura científica já deve  
3071trazer, por exemplo, isso, então, você já sabe que não é suficiente você,  
3072simplesmente, afugentar o quero-quero, que, também, terá que fazer uso de  
3073outra. Então, como está no C, está contemplado. A única coisa que nós  
3074estamos querendo fazer aqui é uma exceção, que não sei se existirá isso, de  
3075que você tem o manejo autorizado só para uma coisa, só para modificar o

3076ambiente, sem mexer em ninho, e você se depara com um ninho. Se essa  
3077situação, ela tem pouca probabilidade de acontecer, então, nós tiramos essa  
3078sessão daqui, tira ela. Agora, fica claro que se a pessoa tiver autorizado a só  
3079manejar o ambiente, e se deparar com um ninho, não pode mexer no ninho.

3080

3081

3082**O SR. LUIS PARIS (Infraero) –** *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

3083

3084

3085**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**

3086Então, é o seguinte, se ela é importante, então, vamos tratá-la como exceção,  
3087que é o indicado, lá no parágrafo, então, eu acho que... Vamos tratar como  
3088parágrafo, para exceção, e nós superamos isso. Podemos tirar a proposta que  
3089está lá. Há uma proposta, que foi feita pela Lisiane que é, vou até interromper  
3090aqui, que são mais de 01 hora, se não a nós não vamos... A minha sugestão é  
3091interromper aqui, como está, pode suprimir a proposta da Sodemap, porque  
3092nós vamos tratar como um dispositivo, depois, específico. E nós retomamos,  
3093porque assim, a Lisiane fez uma provocação, que depois eu queria debater,  
3094aqui, que é, assim, fazer... Eu acho, mas fica para o debate, que a translocação  
3095é mais grave, do que abate de ninhos, por isso que ela está ali, mas isso é um  
3096debate que nós vamos fazer depois. Então, nós interrompemos aqui, agora, e  
3097nós acordamos em retornar 14 horas e 30 minutos? É possível? Para quem  
3098não está... Ou querem 15 horas? Vamos tentar 14 horas e 30 minutos. Vamos  
3099ver se é possível. Retornar 14h30.

3100

3101

3102*(Intervalo para o almoço).*

3103

3104

3105**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** Ok.

3106Então, já que temos quórum vamos retomar os trabalhos do primeiro dia da 6ª  
3107Reunião da Câmara Técnica. Vamos fechar aqui essas alíneas e depois de  
3108fechar aqui esse inciso nós vamos retomar algumas tarefas que ficaram para  
3109nós recolocarmos aqui. Então, nós colocamos as tarefas para depois continuar.

3110

3111

3112**A SRª. LISIANE BECKER (SODEMAP) –** Para continuar eu gostaria que  
3113considerasse a sugestão de incluir, se for aprovada a questão da coleta, no  
3114mínimo o art. 8º que fala do abate. Eu colocaria, se continuarmos com essa  
3115proposta dos ninhos e etc., colocar lá no art. 8º que fala sobre abate, que ele é  
3116bem específico sobre abate, poderíamos colocar naquele artigo.

3117

3118

3119**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** Do

3120parágrafo da exceção. Nas conversas que antecederam a retomada da reunião  
3121o pessoal andou fazendo algumas proposições de mudanças aí nas alíneas  
3122anteriores. Então, já que estamos nesse espírito vamos retomar então da  
3123alínea A, que me parece que há a proposição de modificar a partir da alínea A.  
3124quem, por favor, tem a proposição?

3125

125

63

126

3126

3127 **O SR. JOÃO LUIS FERNANDINO FERREIRA (DConama/MMA)** – Eu acho  
3128 que a partir da sua colocação, Ricardo foi o parecer que me chamou a atenção,  
3129 essa alínea A, especialmente quando se fala que essa questão de eliminação e  
3130 pega o final, para fixação de espécies, já englobaria essa alínea que está  
3131 dando problema que é a C. Então, talvez se ela fosse ligeiramente mexida ali  
3132 ela supriria o problema, não sei se tem o texto já propositivo.

3133

3134

3135 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Só  
3136 quero chamar atenção que a alínea A trata de ação e intervenção no ambiente  
3137 do aeródromo. O objetivo é a eliminação e redução de foco de atração e  
3138 fixação de espécies, mas é uma intervenção no ambiente, no eixo da alínea A  
3139 é intervenção no ambiente.

3140

3141

3142 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Quando eu fiz essa proposição já logo  
3143 no começo, que eu vislumbrei essa possibilidade, eu estava pensando nesses  
3144 ninhos como uma espécie de risco indireto. Correto? Porque quando você  
3145 afugenta, já que você consegue afugentar você automaticamente e  
3146 implicitamente você está inviabilizando os ovos. Então, então esses ovos  
3147 seriam um atrativo para as espécies-problema. Correto? Para as espécies de  
3148 risco direto. Desculpa. Uma atração os ovos ali poderiam ser um atrativo para  
3149 as espécies de risco direto e não mais... Por isso elas se caracterizariam como  
3150 risco indireto.

3151

3152

3153 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
3154 Não entendi a atração, porque que ninho e ovos são atração. Há aves que se  
3155 alimentam de ninho de ovos.

3156

3157

3158 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Se conseguir afugentar, você  
3159 afugentou, os ovos vão virar comida para outras espécies. Correto? Então,  
3160 aqueles ovos são um risco indireto. Por quê? Porque eles estão virando comida  
3161 para as espécies de risco direto, que vão virar risco direto. Correto? Até aí tudo  
3162 bem?

3163

3164

3165 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Até  
3166 aí tudo bem, mas estamos indo para o extremo.

3167

3168

3169 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Eu estou indo no sentido de onde  
3170 caberiam focos de atração e fixação das espécies-problema, por isso que eu  
3171 estou colocando. Eu entendi que o desejo seria como o abate prevê qualquer  
3172 ciclo de vida, inclusive os ninhos e os ovos, então, o que teria que ficar lá no  
3173 fim, porque teria consonância com cada passo e cada medida da mais a menos  
3174 drástica, vamos dizer assim, para uma mais drástica. Só que no caso de como  
3175 implicitamente esse caso dos ninhos e dos ovos teria uma... Esse outro viés

3176que seria como seria com o favorecimento de atração. Então, eu pensei que  
3177nesse caso, que é uma exceção, ele poderia ficar nessa alínea A no caso de  
3178você detectar ninhos já antes de tentar qualquer afugentamento. Entendeu? De  
3179você poder removê-los sem... Afugentá-los sem essa... Vou afugentar porque  
3180aí está resolvido o problema, mas não estaria... Aí você então: “não vou  
3181precisar abater os ovos porque eu já afugentei o pai”. Só que como é risco  
3182direto, eles viram esse foco de atração. Então, eu achei que como a alínea A  
3183coloca redução dos focos de atração e fixação das espécies-problemas,  
3184redução dos focos de atração que esses ovos, esses ninhos se enquadram  
3185nessa condição de foco de atração. Então, você não teria problema em colocar  
3186esses ninhos porque se afugentar você está inviabilizando eles, você está  
3187automaticamente abatendo. Então, não teria tanto problema colocar eles, essa  
3188condição que você tinha vislumbrado de colocar uma frase ali, exceto. Então,  
3189você já colocaria aqui em cima e aí já permitiria que o plano resolvesse o  
3190problema dos ninhos antes de tentar outras questões de afugentamento que,  
3191na verdade, inviabilizaria também os ninhos. Deu para entender?

3192

3193

3194**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Eu  
3195entendi. Só que assim, é forçar muito a interpretação da própria lei com relação  
3196a isso.

3197

3198

3199**O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Pode completar as  
3200palavras dele? Porque está havendo uma confusão aqui do que é intervenção  
3201do meio ambiente e o que não é. Então, ele está dizendo aqui, repete aí, por  
3202favor, que, por exemplo, uma intervenção no meio ambiente é você botar uma  
3203tela na água para você não deixar, não ter acesso ao lago para beber água.  
3204Isso chama intervenção no ambiente, é a letra A. Não é ação no ninho, se você  
3205vai tirar o ninho ou se você não vai tirar o ninho. Então, você querendo  
3206colocar...

3207

3208

3209**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Está falando ou redução dos focos de  
3210atração.

3211

3212

3213

3214**O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Do ambiente.

3215

3216

3217**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
3218Deixa-me fazer um esclarecimento assim, o objeto central da alínea A é a ação  
3219de intervenção no ambiente. Então, é isso que nós estamos, só colocamos ali o  
3220objetivo que é de redução de foco, se eu tirar, por exemplo, a segunda parte do  
3221dispositivo que é para eliminação e redução dos focos não muda nada a alínea  
3222A. A alínea é ação e intervenção no ambiente aeródromo. Ponto. É isso que  
3223trata alínea A, o que vem em seguida é a finalidade de lá, o que você está  
3224propondo é inverter, é colocar a redução de focos como o eixo central, o eixo  
3225da alínea, mas o eixo da alínea é ação e intervenção no ambiente, que são

3226esses exemplos que foram citados aqui agora há pouco. Que não pressupõe  
3227intervenção no animal diretamente. É no ambiente. É destruir ninho.

3228

3229

3230**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Permita-me só uma questão. Você  
3231considera que você eliminar um alimento, um lixão, por exemplo, de perto está  
3232implícito nessa alínea A?

3233

3234

3235**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Só  
3236se tiver o lixão dentro do aeródromo.

3237

3238

3239**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Na área de influência.

3240

3241

3242**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
3243Dentro do aeródromo.

3244

3245

3246

3247**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Está contemplado na alínea A?

3248

3249

3250**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Se  
3251tiver dentro do aeródromo sim. Se tiver algum procedimento de coleta de lixo  
3252que esteja de alguma maneira atraindo animais, por exemplo, pombos, ratos  
3253que atraem, gaviões aí sim está contemplado.

3254

3255

3256**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Eu não estou querendo insistir não, só  
3257estou querendo dizer que quando eu pensei nisso eu pensei numa solução que  
3258encaixaria ali por causa dessa condição, porque na verdade o ovo morreu a  
3259partir do momento que não tem mais a paternidade do ovo, ele vai ser  
3260abandonado lá. Então, ele vai virar só o alimento como, desculpe fazer uma  
3261analogia com o lixão, mas não é, mas ele passa a ser um alimento como o  
3262alimento que está no lixão. Então, nesse sentido que eu vislumbrei essa  
3263possibilidade, mas não estou insistindo, eu só estou explicando por que eu  
3264pensei nisso, porque ele se enquadraria ali no sentido dele ser um foco de  
3265atração, você está mexendo no ambiente, tirando aquele ninho totalmente  
3266inviável, se o conceito prevalecer de que você realmente foi bem sucedido no  
3267afugentamento, inviabilizou os ovos. Então, eu pensei nisso como uma solução  
3268para resolver o problema da alínea C, mas não estou...

3269

3270

3271**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Eu  
3272acho que nós estamos tentando colocar essa situação aqui, e a meu ver ela  
3273não cabe aqui, porque lembrando que a coleta de ovos foi explicitada na lei,  
3274destacada na lei com uma intervenção, nós temos que tratar dela aqui, até  
3275porque se o analista que estava na lei, a lei disse que tem coleta de ovos e nós

3276 não mencionamos isso claramente, de forma expressa aqui, fica de forma  
3277 discricionária decidir quando haverá ou não a coleta de ovos. Então, aqui está  
3278 posto. O que foi levantado na parte da manhã, já início da tarde foi uma  
3279 situação que é uma situação de que você pode encontrar ovos quando tiver  
3280 mexendo com o ambiente. E o que fazer com eles. Então, vamos tratar disso  
3281 como uma exceção lá na frente, mas vamos tratar. Aqui, o que está colocando  
3282 aqui é que assim, a coleta de ovos ela pode ser feita concomitante a qualquer  
3283 outra atividade dentro do plano, pode ser feita. O plano vai indicar isso. O plano  
3284 não precisa esperar um ano de monitoria para indicar essa ação, desde que  
3285 essa ação já tenha sido vista na literatura que não é suficiente. Então, o próprio  
3286 plano fundamentado nessa literatura científica, que, por exemplo, o caso do  
3287 quero-quero, qualquer outra espécie de ave, se o simples manejo do ambiente  
3288 não é suficiente, quer dizer, o manejo que eu falo, a intervenção no ambiente  
3289 não é suficiente, mas sim tem que vir junto com a intervenção, ele vai indicar  
3290 isso no plano para obter a autorização das duas intervenções, tanto do  
3291 ambiente quanto dos outros. Então, esse ponto está pacífico aí. Então, o que  
3292 nós precisamos lá na frente é colocar essa exceção nesse caso que surgiu de  
3293 que se aparecer... Que é um caso que eu entendo que no fim talvez seja até de  
3294 pouca ocorrência no dia-a-dia, porque eu acredito que o pessoal já vai.  
3295 Sabendo que ao manejar uma espécie como o quero-quero você pode topar  
3296 com os ovos e pode até colocar essa medida de coleta de ovos junto com a do  
3297 ambiente, desde que a literatura tenha apontado isso. Se já aponta isso pode  
3298 colocar e fundamentado o analista vai ter condição de analisar e colocar. Quer  
3299 dizer, e aprovar. Agora, essa situação específica que foi colocada, assim, de  
3300 toda documentação que você colocou eu ainda acho melhor ela constar numa  
3301 exceção lá na frente, talvez no art. 8º, como a Lisiane sugeriu aqui, mas  
3302 teremos que coloca-la. Ok? Fechado? Alguém tem mais algum comentário ou  
3303 alguma coisa para ajudar?

3304

3305

3306 **SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Só para ficar bem claro quando  
3307 nós falamos intervenção no ambiente, os focos atrativos que nós falamos ali  
3308 nunca pode ser um ser vivo, são focos atrativos como lixo, água, qualquer  
3309 outra coisa que está atraindo, árvores, quando falamos em focos atrativos que  
3310 é espécie da fauna, seja ovo, inseto, de qualquer forma isso tem que ser  
3311 autorizado pelo plano. Então, entra ali na parte de intervenção do ambiente  
3312 porque é um foco atrativo, mas não ambiental, não é do ambiente, é de  
3313 espécies da fauna.

3314

3315

3316 **SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Se está pacífico eu ia  
3317 adiante

3318

3319

3320 **SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Aquela solução de colocar um  
3321 parágrafo, aquela exceção ali resolvia também o problema.

3322

3323

3324 **SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
3325 Essa é a intenção, colocar como exceção ali.

3326

3327

3328**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Tinha colocado uma frase lá. Exceto  
3329quando... Você quer fazer um parágrafo depois.

3330

3331

3332**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – É  
3333porque é uma exceção e a alínea ela trata da coleta de ovos, ela trata de dada  
3334situação. Foi apresentada outra situação. Então, para não criar uma confusão  
3335na mesma alínea nós a tratamos como exceção, porque ela é uma exceção.

3336

3337

3338**O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – O segundo item que nós  
3339conversamos aqui antes de começar a reunião era a letra B, em que o  
3340afugentamento dos individuais é quando a intervenção no ambiente não for  
3341suficiente. Quer dizer, só quando não for suficiente é que eu posso fazer o  
3342afugentamento? Pelo que foi falado aqui o afugentamento pode ser uma das  
3343primeiras medidas. Então, poderia retirar esse quando.

3344

3345

3346**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
3347Todo mundo entendeu a proposta do Paulo? Assim, ela pode ser simultânea,  
3348não precisa ter essa gradação. Todo mundo de acordo? Então, aprovado com  
3349a retirada do final que vincula o afugentamento a ser realizado após concluído  
3350que a intervenção não é suficiente. Se bem que... Tudo bem. Porque a alínea C  
3351tem um outro peso. Se bem que do jeito que está colocado também na letra B  
3352não teria... Porque assim, é quando a intervenção não for suficiente, você faz a  
3353intervenção e afugentamento, sempre o suficiente tem esse sentido, ele não  
3354cria uma situação de que você primeiro tem que fazer um para fazer o outro,  
3355desde que indicado que ele sozinho não é suficiente, você pode fazer os dois,  
3356não é exclusivo. Para mim tanto faz existir o final como está lá, como não  
3357existir, tem as duas coisas, porém, para ovos e ninhos, como ela tem um pouco  
3358mais de relevância eu acho que é interessante manter que de qualquer  
3359maneira tenha essa relevância e isso é importante. Que implica em você  
3360destruir vidas, mesmo que seja uma vida ainda pluricelular, quer dizer, é um...

3361

3362

3363**O SR. MAJOR JOÃO SOARES DA COSTA VIEIRA (CNCG)** – Só para deixar  
3364claro, a lei realmente não faz distinção nenhuma, matar, perseguir, capturar,  
3365destruir ninho ou ovos é a mesma coisa, é a mesma pena de quem está  
3366traficando uma ave para a Europa, por exemplo. Por isso que tem esse peso  
3367aí.

3368

3369

3370**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
3371Vamos seguir. Voltamos nós seguimos com essas alíneas, damos uma parada  
3372e vamos fazer o dever de casa da parte da manhã. Ok? Então, vamos lá,  
3373alínea D, captura e translocação de indivíduos de espécies-problema nos  
3374casos em que afugentamento não for eficaz indicando se previamente as áreas  
3375de transferência, devidamente caracterizadas quanto à presença do habitat

3376dessas espécies e respectivos sensos. Lisiane, está ok? Algum comentário?  
3377Carlos.

3378

3379

3380**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
3381**de Janeiro)** – Eu estou com uma dúvida se a captura e a translocação de  
3382indivíduos e espécie problema no caso a microfagia também não foi eficaz,  
3383quem vai demonstrar isso? Isso vai uma decisão do analista ambiental ou isso  
3384vai vir assinado no documento, vai ter um responsável técnico. De quem é a  
3385decisão?

3386

3387

3388**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
3389Tem duas possibilidades sempre, tem a possibilidade do relatório apontar,  
3390lembrando que o relatório é feito por alguém qualificado para fazer, nós lá na  
3391frente estamos colocando quem pode fazer o relatório. Então, o relatório pode  
3392apontar que tentou as medidas e não foram eficazes. Então, vai fazer o recurso  
3393da medida da translocação, que é uma medida, assim, a penúltima medida em  
3394termos de grau de severidade. A outra é a apropriada literatura, a própria  
3395literatura científica pode indicar. “Não adianta você afugentar esse animal  
3396porque volta, não adianta fazer isso porque ele volta”. Você vai ter que recorrer  
3397a... O dispositivo lá na frente que trata da translocação ele já aponta essas  
3398duas possibilidades e se você recorrer à literatura você vai colocar no plano de  
3399manejo, o plano de manejo que vai dizer; “olha eu estou partindo para a  
3400translocação com essa espécie porque a literatura já me disse, com vários  
3401estudos de casos ou por um estudo de caso, seja como for, que ela assim,  
3402essa espécie não funciona você usar nenhuma das outras medidas”. Então,  
3403você coloca isso no plano de manejo, fundamenta isso no plano de manejo,  
3404apresenta a literatura e aí fica como referência.

3405

3406

3407**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
3408**de Janeiro)** – E o ponto dois em relação a esse mesmo item, obviamente a  
3409área de recepção ela haverá de ter um estudo para que demonstre que ela é  
3410capaz, ela tem alimentação suficiente para receber aqueles indivíduos a mais e  
3411que a entrada daqueles indivíduos não vai gerar um problema. Nós vivemos  
3412isso um pouquinho no passado, quem lembra isso, por exemplo, no aeroporto  
3413de Natal, na translocação dos urubus no aeroporto de Natal, nós tivemos  
3414algumas áreas de recepção que esses estudos não foram feitos, enfim, da  
3415forma adequada anteriormente, que teve e que deu alguns resultados na área  
3416de recepção. Então, aí eu pergunto quem seria e no caso que estaria  
3417avalizando que essa área, de quem é a obrigação de levantar esse estudo  
3418quem avaliaria. Porque isso tudo está dentro dessa alínea D.

3419

3420

3421**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Lá  
3422na frente no dispositivo que trata de translocação nós vamos ver vamos que  
3423tem tanto a questão de você estudar a área antes, não com todos os estudos  
3424que você apontou aí. Então, vamos debater isso lá na frente. Assim como

3425depois que você translocar acompanhar o que aconteceu lá dentro. Então isso  
3426está lá.

3427

3428

3429**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
3430**de Janeiro)** – Isso eu entendi. O que eu não entendi é quem assina, quem faz,  
3431quem se responsabiliza.

3432

3433

3434**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – O  
3435operador é responsável pelo manejo, quem é autorizado é ele, ele que é  
3436autorizado àquilo lá e quem elabora o plano de manejo é um profissional  
3437qualificado, quer dizer, qualificado pelo seu conselho de classe. Ok?

3438

3439

3440**A SR<sup>a</sup>. ROSSANA DE PAULA VILAMIU (Infraero)** – Eu concordo com a  
3441possibilidade de determinação da eficácia, só que a nossa bibliografia não  
3442como um todo, mas assim, só bem recentemente nós tivemos um trabalho que  
3443foi pelo convênio que nós vimos sobre translocação de urubu, que até então  
3444não existia. Ok. Tudo bem. Tem urubu. Mas quando não houver, gostaria só de  
3445levantar essa lebre, e quando não houver bibliografia vou esperar ter um ano  
3446de convênio, de contrato, de plano de manejo, para só então ver se está tendo  
3447eficácia, para só então aí eu fazer a translocação?

3448

3449

3450**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
3451Qual a alternativa que você dá?

3452

3453

3454**A SR<sup>a</sup>. ROSSANA DE PAULA VILAMIU (Infraero)** – No decorrer do período.

3455

3456

3457**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – É o  
3458relatório. Se você percebe isso nos três primeiros meses você faz um relatório  
3459e apresenta para o órgão licenciador. Vocês têm que entender uma coisa, se o  
3460plano não for dinâmico, ele é um plano inexecutável, ele é burro. Na linguagem  
3461da planificação, um plano que não tem dinamismo é burro. Então assim, se  
3462você faz um plano para cinco anos, mas no mês seguinte acontecer alguma  
3463situação, algum evento climático, alguma coisa que você precisa mudar o  
3464plano, tem que mudar o plano, mesmo tendo só um mês. Você tem que ter  
3465esse dinamismo. Então, se você percebe em três meses que não está sendo  
3466eficaz, você apresenta, faz o relatório, apresenta para o órgão licenciador  
3467pedindo uma retificação, autorização para mudar a medida, mas sem que nós  
3468tenhamos um relatório indicando a ineficácia ou literatura, eu não vejo outra  
3469fundamentação que se possa apresentar para uma autoridade que vai ter que  
3470autorizar aquilo ali para que ela possa fazer um juízo de valor e autorizar. Ok?  
3471Fechamos? Então vamos ao seguinte. Alínea E: abate exemplares de  
3472espécies-problema quando as alternativas anteriores de manejo não forem  
3473comprovadamente suficientes ou eficazes, ou se o impacto ambiental, ou o  
3474custo econômico da transferência não justificar a translocação.

3475

3476

3477**A SRª. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Eu pensei que estava bem, então,  
3478não vou discutir o custo econômico. Eu vou colocar só na relação da ordem  
3479dos fatores ali. Eu sugiro que coloque assim, problema, quando  
3480comprovadamente as alternativas anteriores de manejo não forem suficientes e  
3481eficazes, pelo jeito que ficou anteriores de manejo não forem  
3482comprovadamente suficientes fica meio estranho na redação. Acho que  
3483primeiro tem que ser comprovadamente que não foi suficiente. É só uma  
3484questão quase de semântica. Primeiro o comprovadamente, quando  
3485comprovadamente as alternativas... Isso. Tira problema. Quando  
3486comprovadamente não forem suficientes ou eficazes. Para deixar bem claro o  
3487comprovado.

3488

3489

3490**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Ok.  
3491Todo mundo de acordo com a nova redação? Vamos fechar esse artigo.  
3492Vamos aos parágrafos. O censo faunístico deverá ser realizado por um período  
3493mínimo de um mês.

3494

3495

3496**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – É aquilo que eu falei, o ideal é  
3497você fazer um ano, dois anos, mas em um mês é aquilo, tem que fazer um  
3498mês, tem que aproveitar literatura, tem que aproveitar registro Cenipa e quando  
3499você está monitorando, você está atualizando seus dados mensalmente e  
3500anualmente.

3501

3502

3503**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Boa tarde a  
3504todos. O censo faunístico deverá ser realizado por um período mínimo de um  
3505mês, mas um mês em relação a quê? Ao semestre? Ao trimestre? Por um ano?  
3506Tudo bem que é para se encaixar dentro do plano, mas isso que eu coloco,  
3507todo ano vai ter que fazer esse censo faunístico do mês?

3508

3509

3510**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
3511Tem duas coisas. Você tem a elaboração do Plano, nesse caso o senso faz  
3512parte da elaboração do plano para ter essa informação para colocar no plano,  
3513haverá depois do plano o relatório de monitoria que pressupõe  
3514obrigatoriamente o senso também. Porque como você vai saber se teve de fato  
3515resultado a sua intervenção. se você não fizer um censo? Então, o senso  
3516existirá tanto antes, para elaborar o plano, quanto depois. O senso antes  
3517estabelece o índice zero, te dá o parâmetro inicial para aferir depois o resultado  
3518das suas intervenções.

3519

3520

3521**O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Só aquele seu argumento  
3522que talvez fosse interessante repetir de que se você fizer um censo mal feito,  
3523se seu plano está mal feito, você que vai ser prejudicado. Então, o mínimo de  
3524um mês é um tempo mínimo necessário. Agora, faça aquilo que tem que ser

3525feito porque senão você mais adiante vai fazer um plano ruim que vai ser  
3526cobrado por isso.

3527

3528

3529**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Paulo, a  
3530minha dúvida é a seguinte, é aqui vai ter um período mínimo de um mês, mas  
3531um mês em relação ao quê? Essa é a minha dúvida porque ficou uma coisa,  
3532parece assim, peço desculpas porque estou chegando atrasado e estou  
3533querendo pegar o bonde pela janela ainda, mas ele coloca período mínimo um  
3534mês, agora, é um mês em relação ao quê? Você anualmente vai ter que fazer  
3535um censo, nesse anualmente em um mês você vai ter que fazer? A cada  
3536semestre você vai ter que fazer? Nesse semestre, um mês de censo? A cada  
3537trimestre você vai ter que fazer o censo e nesse trimestre é um mês? Então, é  
3538isso que estou dizendo, porque observando as questões externas, entidades  
3539externas que sempre questionam o que nós colocamos, ele pode colocar que  
3540um mês é pouco em relação ao ciclo do ano, ao ciclo época de reprodução, a  
3541época se ele está lá ou não. Pode ser que determinado mês tenha uma maior  
3542incidência de determinada espécie. Então, é um mês em relação ao semestre,  
3543e questionar o plano em cima disso e obrigar que se faça a cada semestre um  
3544mês de censo, ou a cada trimestre um censo de um mês. Então, eu acho que  
3545nós poderíamos deixar, não estou reclamando o tamanho do período mínimo,  
3546mas em relação ao que é o período mínimo de um mês? Para também não  
3547deixar uma coisa muito aberta para outras entidades externas começarem a  
3548dizer: “olha, já que não está bem explicado aqui, a cada trimestre um mês de  
3549censo”.

3550

3551

3552**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
3553Entendi, mas é importante que a Resolução fique clara. Esse artigo trata da  
3554elaboração, então esse censo é para a elaboração. Está se exigindo que na  
3555elaboração você tenha pelo menos um mês de censo. Aí o período tanto faz,  
3556é período de 12 meses, se esse mês de março começa em julho, aí fica a  
3557critério de quem está elaborando o Plano, mas pelo menos um mês para o  
3558plano, quer dizer, é um mês de censo para a elaboração do plano, tem que ter  
3559pelo menos isso, é o que está posto. Se ele é suficiente ou não. Nas conversas  
3560iniciais foi apontado pelos técnicos que seria suficiente, um mês pelo menos  
3561seria suficiente, mas lembrando aquilo que eu coloquei, para algumas espécies  
3562precisaria ter talvez mais do que um mês. Lisiane, depois vou abrir a palavra  
3563para... Você é Conselheira, você tem prerrogativa, você abre.

3564

3565

3566**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Eu não achei de que um mês está  
3567ali, não achei onde. Onde é que está. Quem é que disse que tem que ser o  
3568período mínimo de um mês?

3569

3570

3571**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
3572Quem disse? A Resolução está dizendo agora.

3573

3574

3575 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Essa Resolução, mas quer dizer que  
3576 não necessariamente seria um mês, poderia agregar a opinião que ele deu de  
3577 que é no mínimo um mês desde que...

3578

3579

3580 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –

3581 Depois vamos abrir a palavra.

3582

3583

3584 **A SR<sup>a</sup>. ROSSANA DE PAULA VILAMIU (Infraero)** – Era só uma questão de  
3585 ordem mesmo, eu percebo que o censo faunístico que está § 1º é sinônimo. Eu  
3586 percebi isso, que a alínea B do primeiro inventário, só que apesar de ser  
3587 sinônimos eu acho que deva ser unificado o termo. Art. 4º número 1, letra B,  
3588 inventário das espécies e tal, para mim isso é sinônimo desse § 1º. O censo  
3589 faunístico...

3590

3591

3592 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –

3593 Não, não. Absolutamente. O inventário é uma coisa. O inventário é você fazer  
3594 uma relação das espécies que existem, censo é você contar o número de  
3595 espécimes daquela espécie. Que é bem diferente.

3596

3597

3598 **A SR<sup>a</sup>. ROSSANA DE PAULA VILAMIU (Infraero)** – Perdão.

3599

3600

3601 **O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Só tentar esclarecer o que

3602 fizemos na prática, nós fizemos mais ou menos um mês de diagnóstico aonde  
3603 tinha o inventário e o censo, elaborava o plano e no plano nós já prevíamos o  
3604 censo contínuo e nós fazemos o censo três vezes por semana ao longo de todo  
3605 o ano, em todos os aeródromos que nós trabalhamos. Então, é o que o  
3606 Marcelo falou, é o ponto zero. Esse ponto zero para elaborar o diagnóstico e a  
3607 partir disso elaborar o plano de manejo. Na execução do plano de manejo nós  
3608 fazemos, mantemos o censo o ano inteiro, três vezes por semana. E aí  
3609 inclusive se surgir espécies que não estavam antes no diagnóstico,  
3610 sazonalidades, espécies migratórias, por isso o plano de manejo tem que ser  
3611 dinâmico e aí ele tem que ser atualizado.

3612

3613

3614 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –

3615 Então, é clara a possibilidade de você ter um censo com período mínimo de um  
3616 mês? Claro?

3617

3618

3619 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Eu ia perguntar exatamente essa

3620 questão das espécies migratórias, porque se ali está colocando que esse  
3621 censo... Porque esse censo é mencionado, ele está muito longe, está aqui em  
3622 cima do... Quando fala de censo nesse artigo lá em cima, em algum lugar que  
3623 eu até me perdi, no art. 4º, mas ele fala no censo aqui na alínea E do Inciso I,  
3624 do art. 4º. Os censos serão indicados para espécie problema conforme descrito

3625no Anexo I. Então, ele fala censo fala por um período mínimo de um mês. É  
3626suficiente isso? Ter um senso de um mês? Como o João Carlos estava  
3627colocando.

3628

3629

3630**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Essa questão de insuficiências  
3631nós podemos discutir o resto da vida, tem gente que vai achar que é e tem  
3632gente que vai achar que não é. O que nós colocamos aqui, isso é apenas... Um  
3633mês é para o ponto zero e esse censo vai ser mantido ao longo de todo o ano.  
3634E aí surgem as migratórias, a questão da sazonalidade e nós atualizamos o  
3635plano e o nosso diagnóstico é atualizado permanentemente, constantemente.  
3636Então, a questão de insuficiência vai ter gente que vai falar que é (...). E aí ele  
3637é fundamental para ver as variações porque se você for pensar nós temos que  
3638falar: não, o ideal é fazer 10 anos porque nós temos variação sazonal dentro de  
3639um ano, mas variação entre os anos também, senão vamos ficar nessa  
3640discussão é suficiente ou não é, o importante é que o monitoramento seja  
3641constante e contínuo para que qualquer mudança que haja seja detectada.

3642

3643

3644**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio  
3645de Janeiro)** – Por que então não aproveitamos esse momento que estamos  
3646falando e caracterizamos que esse no mínimo seria censo inicial do programa e  
3647colocaria um outro parágrafo dizendo que ele deve ter no mínimo três  
3648contagens semanais e ser, então, feito um estatístico a cada seis meses.  
3649Enfim, para isso ficar claro, essa necessidade. Porque nós estamos discutindo  
3650aqui e todo mundo está achando que realmente é um período que está  
3651deixando todo mundo inseguro. Agora, concordo com você, se eu tenho um  
3652aeródromo com problema, imagina eu esperar um ano e inteiro para poder  
3653fechar um ciclo. Não posso. Eu tenho um pontapé inicial de um mês, faço o  
3654meu plano, faço a minha proposta e vou lá, mas tenho a obrigação de deixar  
3655claro aí.

3656

3657

3658**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Só não me lembro se mais  
3659abaixo tem isso.

3660

3661

3662**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Analisando o  
3663que a colega da Infraero colocou aqui, já no § 4º Inciso I já coloca lá censo  
3664faunístico de cada espécie problema, conforme metodologia descrita no Anexo  
3665I. Ficou uma coisa esquisita porque se nós estamos dizendo que vai ter uma  
3666metodologia descrita no Anexo I e mais aqui embaixo nós temos um parágrafo  
3667dizendo como é que deve ser o período mínimo de um mês acredito que está  
3668um pouco dentro da metodologia. Eu acho que esse § 1º aqui deveria ser  
3669retirado daqui, colocado no Anexo I e se achar interessante colocar essa  
3670proposta pelo Rio de Janeiro, aí é uma outra discussão, mas eu acho que aqui  
3671no mínimo colocar no Anexo I porque o Anexo I que está dizendo como vai ser  
3672a metodologia. Metodologia no mínimo um mês? Ok. No mínimo um mês, a  
3673partir do primeiro vai ter que ser semanal, mensal ou semestral? Mas não aqui  
3674como § 1º e sim dentro do anexo.

3675

3676

3677**O SR. JOÃO LUIS FERNANDINO FERREIRA (DConama/MMA)** – Só um  
3678detalhe João, enquanto está na norma que não considera o anexo você obriga  
3679a pessoa lá respeitar pelo menos esse mínimo de um mês, se estiver no anexo  
3680não tem como obrigar ninguém a nada, o anexo não faz parte da norma, ele é  
3681só aquele adendo, é o formulário, não é a norma em si. Então, você não pode  
3682obrigar a pessoa pelo anexo.

3683

3684

3685**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Se nós  
3686estamos colocando no § 4º que para se fazer um senso e você vai ter que  
3687seguir uma metodologia, e você está apontando onde está essa metodologia,  
3688que é o anexo I, você obrigatoriamente está lincando essa metodologia ao art.  
36894º de como se fazer o plano. Não tem... Se você linchou aqui no censo  
3690faunístico de cada espécie problema, conforme metodologia descrita no Anexo  
3691I, você poderia ter colocado aqui conforme descrito no art. 10, chutando aqui, e  
3692no art. 10 você coloca o que está escrito no Anexo I. No art. 10 é metodologia,  
3693mas como você está linchando como anexo, obrigatoriamente o anexo está  
3694fazendo parte da norma porque existe essa obrigatoriedade de você olhar o  
3695anexo. Não tem como você quebrar isso, porque tem um comando.

3696

3697

3698(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

3699

3700

3701**O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Eu só queria ver com o  
3702nosso companheiro do Rio aí e dizer que o que ele queria, o censo faunístico  
3703inicial deverá ser realizado e tal. E a sugestão do João tem que levar os três  
3704parágrafos, 1, 2... 1º, 2º e 3º, levar para o anexo.

3705

3706

3707**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Só para esclarecer que aí nós  
3708estamos falando só do censo ponto zero porque o art. 4º do qual ele faz parte  
3709é: a elaboração do PMFA deverá compreender as seguintes etapas. Então, por  
3710isso que nós não falamos do censo, aí não está sendo falado do censo pós-  
3711elaboração do plano. Entendeu? Está falando só para a elaboração do plano  
3712deverá ser feito o mínimo de um mês de censo. Entendeu?

3713

3714

3715**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
3716**de Janeiro)** – Eu acho que ao você colocar, isso que você falou, pelo inicial eu  
3717entendi, mas o plano pode prever que você vai ter uma continuidade para  
3718poder estar fazendo os relatórios de monitoria a cada seis meses, ou um ano.  
3719E isso que eu vejo e eu acho importante ter essa marca porque se não  
3720tivermos isso aí, ou ele tiver aqui dentro dessa metodologia dita aqui, eu acho  
3721que no parágrafo tem que deixar claro, o inicial devido à emergência ele é um  
3722mês, depois ele precisa fazer três vezes por semana, eu acho que fica claro e  
3723aí a metodologia o resto se mexe, mas eu tenho essa preocupação.

3724

3725

3726 **O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Concordo totalmente, só não sei  
3727 em que ponto que tem que ficar isso.

3728

3729

3730 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio  
3731 de Janeiro)** – Mais um parágrafo. Nós estamos fazendo o parágrafo do inicial e  
3732 estamos dizendo que a manutenção do censo deverá acontecer três vezes  
3733 semanais, e uma avaliação semestral do conjunto de informações. Porque  
3734 inclusive esse censo quem vai dizer o que é alto risco, risco e vai mexer em  
3735 todo o meu plano. Acho que fica claro.

3736

3737

3738 **O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Posso dar uma sugestão? Não  
3739 sei se poderia ter aí um artigo falando sobre a execução do plano e colocar o  
3740 censo que tem que ser feito, porque não sei se cabe aí quando estamos  
3741 falando para a elaboração do plano. Concordo que tem que estar isso na  
3742 Resolução, estou de acordo, tem que estar na Resolução, não sei se cabe  
3743 nesse artigo que é para a elaboração do plano. Entendeu? Mas talvez caiba  
3744 um outro artigo ou parágrafo, não sei em algum lugar.

3745

3746

3747 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio  
3748 de Janeiro)** – Só não consigo entender é: o plano eu fiz, eu diagnostiquei, ele  
3749 tem todas aquelas etapas e depois as medidas. Eu prevejo já no meu plano,  
3750 que ali além daquele primeiro ele tem essa necessidade de fazer, eu não estou  
3751 dizendo como e nem nada, a parte de execução essa eu acho que é uma parte  
3752 mais carregada, mas aqui eu estou trazendo uma coisa que é cerne, que é  
3753 importante, que é o que vai dizer toda a base do meu plano para o resto.  
3754 Então, eu estou garantindo que seja assim, eu acho que é só um detalhe que é  
3755 crucial para o desenvolvimento de todo o trabalho. Talvez uma sugestão, se  
3756 todos concordarem nós colocamos aqui e depois a Câmara de Constituição e  
3757 Justiça, enfim, quem cuida dessa forma poderia sugerir um deslocar para uma  
3758 outra área, criar um artigo específico e daria esse tom, mas nós o importante  
3759 era garantir nesse momento, essa questão.

3760

3761

3762 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Tem uma proporção só de redação  
3763 para deixar em *standby*, colocar um parágrafo novo, não um artigo, mas sim  
3764 um outro parágrafo. Vamos escrever para deixar antes de qualquer...

3765

3766

3767 **O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – O parágrafo primeiro tem  
3768 que colocar o inicial ali.

3769

3770

3771 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio  
3772 de Janeiro)** – Foi isso que sugerimos.

3773

3774

3775A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP) – Não vamos aprovar agora, mas  
3776vamos esperar o Marcelino voltar, mas vamos deixar já pronto, também tenho  
3777uma proposta para aquela questão da manhã. Deixar pronto.

3778

3779

3780O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB) – Se eu puder dar uma sugestão,  
3781nós podemos colocar o parágrafo aí falando após a elaboração do plano o  
3782censo deve ser feito continuado, deve ser feito mensalmente para se detectar  
3783todas as variações ao longo do tempo.

3784

3785

3786O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA) – Eu acho que  
3787isso que vocês estão falando vai entrar no 12, a sua vigência condicionada à  
3788apresentação do relatório anual do monitoramento do plano, ou seja, uma coisa  
3789é isso que está sendo colocado aqui que é para dar o start do plano, outra  
3790coisa é você solicitar que anualmente se faça um censo faunístico, aí tem que  
3791ver a metodologia, não sei, se foi colocada, qual vai ser a metodologia, mas aí  
3792esse censo vai ser apresentado no relatório anual. Então, isso tem que ser  
3793colocado no relatório anual não mudar aqui, que aqui nós ainda estamos no  
3794artigo da criação do plano. Não sei se é no 12 porque em nenhum local no  
3795texto fala do que vai ser feito o relatório anual. Não. O relatório. O PMFA será  
3796autorizado com validade para até cinco anos, ficando sua vigência  
3797condicionada à apresentação do relatório anual de monitoria do plano. Então, é  
3798isso que estou dizendo, seria neste caso aqui, seria colocada, agora também  
3799em nenhum local do texto fala do que vai ser o relatório anual de monitoria.  
3800Pode ser... Qual relatório? Eu fiz, o relatório seria o que eu fiz, ações. Ações  
3801quais? Retirei tantos ninhos, tirei tantos passarinhos, botei tantos metros de  
3802tela, fiz isso e etc., coloquei dez falcões. Um dos que poderia ser colocado  
3803seria o censo faunístico, aí coloca o tempo, como vai feito e etc.. Agora, uma  
3804outra coisa aqui que eu gostaria de dizer é que no § 2º e no 3º ele coloca a  
3805remissão dos artigos ali.

3806

3807

3808O SR. TARCÍSIO (UnB) – O senso é uma forma de monitoramento, todo o  
3809monitoramento seria alguma metodologia que você pudesse ao longo do tempo  
3810ir replicando. Então, foi feita a proposta de censo que seria também uma forma  
3811de monitorar a dificuldade de estabelecer uma única metodologia possa ser  
3812replicada em todos os aeródromos, isso que é um pouco mais complicado  
3813porque você pode ter aeródromos pequenos e você consegue percorrer o  
3814aeródromo todo em 15 minutos e outros na existência em que você não  
3815conseguiria percorrê-lo em tempo hábil.

3816

3817

3818A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP) – Eu não vejo assim, o monitoramento  
3819é uma forma de censo, mas nem todo censo é monitoramento, mas todo  
3820monitoramento é um censo. Aqui art. 12, em meu entendimento está falando da  
3821monitoria em relação ao plano de manejo que está sendo executado. Se está  
3822dando certo ou não está dando certo, que eu vejo uma diferença em relação  
3823àquele censo faunístico, para mim é diferente. Tem avaliação daquele mês,  
3824nós sabemos que é muito comum no mínimo, de um mês é o máximo, o censo

3825feito em um mês e um plano de manejo sendo executado. Aí o monitoramento  
3826em cima do plano de manejo. Não sei se fica claro de que nós vamos ter uma  
3827avaliação de outras aves que possam porventura estar colocando que seria do  
3828censo, porque nós estamos fazendo só monitoria do plano, não de outros.

3829

3830

3831**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Para avaliar a eficiência do plano  
3832é o censo porque nós conseguimos ver se essas populações estão diminuindo  
3833ou não. Então, o censo é utilizado para avaliar o risco e para você propor as  
3834medidas, mas ele também é avaliado... Exatamente. Nós conseguimos ver a  
3835flutuação das populações...

3836

3837

3838**A SRª. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Eu queria até perguntar para o  
3839Carlos Alberto também porque não fica claro isso deixando tudo para o art.12.

3840

3841

3842**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
3843**de Janeiro)** – Pois é. Eu estava olhando aqui melhor o art. 4º, na realidade o  
3844que é o art. 4º, ele fala a elaboração do PMFA deverá compreender as  
3845seguintes etapas, vem o inciso I, realização de diagnóstico, cita o II, o histórico  
3846de colisões, o inciso III, avaliação do risco, inciso IV definição, o V definição  
3847das ações. E aí no final do V ele traz três parágrafos que na realidade todos  
3848três falam de censo. Então, para ficar melhor disposto aqui eu proponho que  
3849esses três mudem para em vez de vir no final de todo ele, ele entre aqui no art.  
38504º Inciso I, quando na alínea E você fala do censo. Então, eu tenho três  
3851parágrafos que tratam do censo. Eu acho que ficaria mais claro. Aí alínea...  
3852Inciso I, censo faunístico, ele entraria aí que aí, porque aí está claro que ele  
3853está falando do censo que está nessa etapa do plano. Aí sim eu já estou dando  
3854algumas coisas. Porque realmente no final ele confundiu, porque eu tenho  
3855várias etapas diferenciadas previstas para o meu plano, aqui não, ele está no  
3856lugar certo que é a etapa primeira que é a realização do diagnóstico, para o  
3857meu diagnóstico eu preciso do inventário e eu preciso do censo, e são duas  
3858peças que estão aqui nas alíneas. Então, ele está regulamentando a alínea E.

3859

3860

3861**O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Entraria como F, G, H aí?  
3862Parágrafos dentro de incisos?

3863

3864

3865**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Não. O  
3866parágrafo é relacionado ao caput e não ao inciso. Ele é relacionado ao caput,  
3867não ao inciso. Porque é parágrafo, alínea, inciso, essa é a sequência da  
3868técnica legislativa, mas eu volto na sua proposta concordando mais ou menos  
3869e vou dizer por que. Porque lá coloca como eu disse anteriormente, conforme  
3870metodologia descrita no anexo I, que agora é dois pelo que eu vi ali.  
3871Deveríamos então, como nós já estamos dizendo que o censo vai ter que feito  
3872de um jeito e esse jeito está obrigatoriamente colocado no anexo X. Então,  
3873todo esse assunto aqui deveria ser jogado para o anexo e lá no anexo aí sim  
3874entra dentro do... Seria tipo um *checklist* de como o censo tem que ser feito. É

3875 porque o modo como está escrito aqui, vamos no 'chutômetro' aqui, quando o  
3876 técnico for lá no meio do campo fazer o levantamento é como se ele tivesse  
3877 que levar o texto todo para ele fazer o censo, colocar assim bem 'chutômetro,  
3878 mas se você coloca no anexo e no anexo você coloca mais ou menos como vai  
3879 ser, ele só leva aquela única folha dizendo espécie tal, no dia tal, mês tal,  
3880 tantas espécies. Aí seria o censo que você está jogando lá dentro do anexo.  
3881 Porque o próprio Inciso lá está direcionando, ele limpou o anexo. E outra  
3882 algumas pessoas acreditam que Resolução do Conama, quando você coloca o  
3883 anexo, o anexo pode ser mudado a qualquer hora. Não. Anexo ele é parte  
3884 integrante da Resolução do Conama, não é norma, mas aqui está sendo  
3885 vinculado, ele é parte integrante dessa Resolução. Se um dia alguém quiser  
3886 mudar este anexo, ele vai ter que mudar a Resolução, não por inteiro, mas ele  
3887 vai ter que abrir o procedimento de alteração da Resolução e aí sim fazer a  
3888 alteração de anexo. Não é hoje vou mudar o anexo. Não. Não pode. Então, se  
3889 você colocar bem colocado dentro do anexo, com esse link descrito aqui na  
3890 alínea E aqui, não tem como fugir de como vai ser o censo.

3891

3892

3893 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Eu vejo, como você colocou, o  
3894 anexo I é bem pobrezinho para colocar. Já a proposta do colega de colocar  
3895 embaixo do censo ele já ficaria mais pertinente. Então, não vejo prejuízo em  
3896 nenhuma das propostas, só vejo a questão de ser mais trabalhoso. Enquanto  
3897 que nós temos que (...) cada espécie no art. 4º...

3898

3899

3900 **O SR. JOÃO LUIS FERNANDINO FERREIRA (DConama/MMA)** – Primeira  
3901 coisa que eu diria, realmente eu não sei como é esse processo de questão de  
3902 norma, anexo dentro do texto, eu não saberia realmente dizer se na  
3903 peculiaridade se passar isso para a anexo vai ter o mesmo peso, não sei falar.  
3904 Agora, em técnica legislativa realmente esses três parágrafos estão se  
3905 referindo ao caput artigo lá em cima. Então, se deixar do jeito que está aí,  
3906 mesmo para falar daquela alínea lá de cima fica assim, não tem problema  
3907 deixar assim não, eu acho que inclusive o certo é assim. Se mudarmos depois  
3908 a jurídica muda para cá de novo. Agora, não sei se vão querer mudar.

3909

3910

3911 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Aonde ele vai  
3912 ficar aí dentro, você pode colocar em qualquer lugar dentro desse artigo porque  
3913 os parágrafos vão continuar sendo ligados ao artigo. Então, se você quiser  
3914 colocar aí, quiser colocar no meio, embaixo, não tem aonde, ele vai continuar  
3915 sendo direcionado para o caput.

3916

3917

3918 **O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Eu tenho dúvida porque  
3919 normalmente os parágrafos você vem com incisos, letras e tal, dentro de um  
3920 artigo, aí você... Vamos dizer que é o art. 1º aí você entra no art. 2º como o  
3921 censo faunístico, porque você não pode colocar o parágrafos dentro do inciso.  
3922 Não pode.

3923

3924

3925 **SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Não viraria  
3926 mais nada, não é parágrafo.

3927

3928

3929 **SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Não seria parágrafo, seria  
3930 letra, F, G e H. mas aí você tem que mudar tudo.

3931

3932

3933 **SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Nem pode  
3934 porque lá já é letra, já tem os cinco... A, B, C, D e E, pelo que me lembro, a  
3935 sequência primeiro é artigo, depois é parágrafo, depois é inciso e por último  
3936 alínea. E depois não existe nada.

3937

3938

3939 **SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Depois da letra E viria F,  
3940 G e H, mas só que isso se refere a parágrafos, aí complica.

3941

3942

3943 **SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Eu acho muito mais simples a solução  
3944 que o João deu *pegar esses três e colocar no anexo*. Colocar... Em vez dessa  
3945 discussão se é linha, se é parágrafo, você pega aqui análise e permanência  
3946 deve considerar apenas amostragem, censo realizados nos horários, no  
3947 ambiente para espécies migratórias. Só devem ser realizados censos nos  
3948 períodos de ocorrência de cada espécie, nos casos em que prevê censo de  
3949 ausência de, quer dizer, a metodologia tem uma redundância com isso aqui, é  
3950 onde isso aqui deveria ser colocado, como ele colocou. Nós colocamos,  
3951 resolvemos tudo, tira esses três parágrafos e joga para a metodologia que é  
3952 anexo I e que contempla tudo isso, fauna, o censo que deve ser no período  
3953 mínimo de um mês. Não sei por que tem um... Inclusive aqui fala de espécies  
3954 migratórias, como tem que feito, aqui também fala. Então, não vejo problema  
3955 de seguir essa orientação, essa sugestão que o João Carlos colocou de jogar  
3956 esses três parágrafos para o anexo I.

3957

3958

3959 **SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Não é um problema, até falei, é  
3960 indiferente onde fica, é uma questão de como vamos colocar porque é até, não  
3961 me lembro de nenhuma Resolução, talvez o João se lembre, em relação às  
3962 normas do Conama. Não me lembro de uma metodologia assim, parágrafos,  
3963 sempre também tem os numerados. Não sei como vamos deixar aqui dentro.

3964

3965

3966 **SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio  
3967 de Janeiro)** – Eu estava lendo aqui a lei, a lei faz isso, a lei que está criando  
3968 ela fala aqui? Art. 6º, incisos I, Inciso II, II, V, VI; § 1º, § 2º; Inciso II, § 1º, § 2º;  
3969 Inciso I, Inciso II; § 3º, § 4º. § 5º. No art. 6º da própria lei que cria ela utiliza  
3970 parágrafos no meio dos Incisos. Então, por isso que eu falei, eu estava olhando  
3971 aqui e está aqui está na própria lei, a lei está aqui e foi aprovada. Então, eu  
3972 acho que poderíamos deixar essa coisa para uma Constituição de Justiça  
3973 discutir, mas nós colocaríamos ali pela proximidade, está na lei. Então, não sei

3974qual seria o problema a própria lei saiu com essa constituição. Não tinha visto,  
3975está aqui e está claro.

3976

3977

3978**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Não estou nem discutindo isso, se pode  
3979ou não colocar Inciso. Eu estou dizendo que aqui, esses parágrafos, eles ditam  
3980uma metodologia que está em redundância com a metodologia lá do anexo I.

3981

3982

3983**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
3984**de Janeiro)** – Na realidade eu os vejo como uma coisa mais forte, mais forte  
3985do que está dentro da metodologia, acho que são pontos críticos de criticidade  
3986dentro desse valor, para dar valor. Então, ele na norma, eu não sei, eu acho  
3987que ele fica mais forte e demonstra essa importância. A metodologia depois  
3988descreve como fazer, assim, considero dessa maneira ou daquela maneira. Eu  
3989não sei, eu ficaria mais satisfeito na colocação ele dentro do artigo. Porque ele  
3990dá a força a essa exigência.

3991

3992

3993**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Eu entrei aqui  
3994na Lei Complementar 95, ela ensina como devem ser feitas toda essa parte de  
3995técnica legislativa e cada dia vamos aprendendo uma coisa. Tem aqui: a  
3996articulação e redação das leis. Nós pegamos muito o que tem nas leis para  
3997tentar colocar na nossa Resolução, e aí coloca aqui art. 10: os textos legais  
3998serão articulados com observância dos seguintes princípios, e aí tem lá. Aí tem  
3999o 2º: os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou incisos. Artigo, depois  
4000parágrafos, ou inciso. Aí se tiver parágrafos o desdobramento, os parágrafos  
4001vão ser em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens. Então, nós  
4002formos colocar aqui como estamos colocando, que estamos do artigo direto  
4003para inciso, não é? Porque o parágrafo está no final e o inciso direto para uma  
4004alínea, sendo que a sequência manda ser artigo, parágrafo, inciso e depois do  
4005inciso, alíneas, e alíneas e itens. Então assim, não querendo entrar no mérito  
4006da CTAJ nossa aqui, mas nós estamos começando... Não. Mas é porque para  
4007nós colocarmos isso aqui, como o colega do Rio de Janeiro está tentando  
4008colocar, nós vamos ter que adequar à técnica legislativa, senão vamos colocar  
4009uma coisa solta que nem eles vão entender onde estamos querendo colocar.  
4010Entendeu? Então, aí está o problema, nós estamos tendo que pegar um pouco  
4011do mando da CTAJ para nós dizermos para eles onde nós queremos que  
4012esses § 1º, 2º, 3º se enquadre, de repente vou chutar aqui, vou tentar chutar  
4013aqui, como está aqui no nosso § 4º, então de repente, § 1º: realização de  
4014diagnóstico ambiental da área de aeródromo abrangendo, dois pontos, aí inciso  
4015I: caracterização; Inciso II, inventário; Inciso 3º descrição; Inciso IV, descrição;  
4016Inciso V e V I. Alíneas e depois exatamente, depois alíneas e aí alínea vai ser  
4017do E e aí entra o que você está colocando, esses três, e mudar todo o § 4º em  
4018relação a isso. Para parágrafos, alíneas e incisos na sequência. Entendeu?

4019

4020

4021**O SR. JOÃO LUIS FERNANDINO FERREIRA (DConama/MMA)** – Eu acho  
4022temerário discutir técnica legislativa, nós temos em certas partes da explicação  
4023de como faz a técnica que quando vai enumerar você usa incisos. Então assim,

4024para evitar ficar aqui discutindo tudo, eu acho melhor colocar o contexto. Por  
4025exemplo, a maneira que o Marcelo Marcelino está tentando fazer aqui, ele está  
4026tentando criar nesses parágrafos tudo que são as exceções, tudo que foi  
4027excetuado ele está querendo colocar nesses parágrafos. Só que agora está  
4028dada uma nova interpretação, que isso faz parte de metodologia. Então, tudo  
4029bem, se for transferir para lá depois eles veem a melhor forma. Agora, se isso  
4030for realmente exceção da regra que está sendo colocada no artigo, nós vamos  
4031continuar depois, tudo bem que está com o parágrafo aqui, depois a jurídica  
4032ajeita da melhor maneira.

4033

4034

4035**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
4036**de Janeiro)** – É porque na própria lei que estamos discutindo, que estamos  
4037regulamentando com essa Resolução, ela traz essa construção. Então, foi só...  
4038Não sou biólogo, não sou advogado, não conheço dessa técnica legislativa,  
4039mas só segui um documento que foi recém... Tem 2 anos. Só isso.

4040

4041

4042**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Então, uma  
4043sugestão para colocar aqui porque aí deixa o trabalho para a Jurídica,  
4044transformar o § 1º em artigo, aí não sei, aí seria o primeiro do grupo aqui. O  
4045censo faunístico deverá ser realizado por um período mínimo de um mês, ou  
4046seja. Então, isso aqui vai para dois problemas, um para o plano e outro para o  
4047anual, pelo que eu entendi. Para que toda vez que for dar o resultado que está  
4048lá no art. 12, se não me engano, que pede aquela anual, então você que  
4049fazer... O relatório anual. Então, você vai ter que fazer o censo. Então, toda vez  
4050que for feito o censo ou para criação do plano, ou para o relatório anual, um  
4051censo tem que ser realizado por um período mínimo de um mês. Esse é um  
4052artigo. O § 1º e § 2º embaixo.

4053

4054

4055**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Nós preparamos aqui uma  
4056proposta para incluir esse censo, mensais, anuais no art. 12, uma proposta.  
4057Nós esperamos chegar no art. 12 ou já discutimos isso agora...

4058

4059

4060**A SRª. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Se tem relação vamos ver já.

4061

4062

4063**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Lá no art. 12 vai até o § 4º, nós  
4064colocaríamos um 5º onde estaria assim, o relatório de monitoria, que fala no  
4065art. 12, deverá conter análise de colisões conforme Inciso II, do art. 4º, e dados  
4066dos censos mensais conforme metodologia em anexo tal. O relatório de  
4067monitoria deverá conter: análise de colisões conforme Inciso II do art. 4º...  
4068Análises de colisões, conforme o Inciso II do art. 4º e dados de análise dos  
4069censos mensais, conforme metodologia que está em anexo.

4070

4071

4072**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Só uma  
4073pergunta. Então, essa proposta que você fez é somente para o relatório anual?

4074Agora, então, nesses casos que tem aqui do § 1, 2 e 3 que nós estávamos  
4075discutindo, ele vai ser exclusivamente para a criação do plano? Então,  
4076deixando o trabalho para o pessoal da CTAJ, até o que nós poderíamos fazer  
4077para tentar não fugir da Lei Complementar 95 é, como eu disse para vocês aqui  
4078é que a sequência vai ser depois de alínea, itens. E o item é por algarismo  
4079arábico. Então, joga todo esse parágrafo para aquele E, coloca em algarismo  
4080arábico como se fosse a sequência daquele... Não tem aqueles três  
4081parágrafos? Esses três parágrafos aí seria I, II, III do E lá em cima. Os três  
4082parágrafos seriam itens I, II e III. Só que aí eu volto àquela questão que aí nós  
4083colocamos censo faunístico, conforme metodologia descrita no anexo I. Item I,  
4084ou seja, estamos colocando a metodologia que deveria estar dentro do anexo  
4085como itens, mas deixa para o CTAJ observar se tem que ir para a metodologia  
4086no anexo ou não porque nós estamos colocando uma metodologia dentro já aí  
4087sendo que já tem um anexo de metodologia.

4088

4089

4090 **SR. MAJOR JOÃO SOARES DA COSTA VIEIRA (CNCG)** – Fiquei na  
4091dúvida. O art. 4º ele traz todos os requisitos para a elaboração do plano e a sua  
4092aprovação. Então, a discussão toda aqui nesse um mês, se é pouco ou não, e  
4093a ideia do censo ser feito ao andar do tempo, o que me deu dúvida é o  
4094seguinte, o art. 12 fala em sendo aprovado ele tem validade de 5 anos. Então,  
4095qual é o nosso objetivo aqui de fazer esse censo mais vezes? Esse plano ser  
4096atualizado, mas ele para ser atualizado ele tem que passar de novo para o  
4097licenciamento. Então, a dúvida foi nessa. Então, quando nós estamos falando  
4098relatório anual de colocar a avaliação, a medição desse censo é condicionar no  
4099relatório anual e aí o relatório anual vai dizer órgão licenciador com base nesse  
4100relatório anual ele vai dizer se a licença está válida ou não. Porque senão fica  
4101inócua, nós falarmos em vários censos se a validade depois de aprovado é de  
41025 anos. Então, para que o aeródromo vai entrar com outro censo, por que o  
4103órgão licenciador vai precisar de outro censo se a validade dessa licença é 5  
4104anos? Então, a dúvida ficou aí. Quando estamos falando nesse relatório anual  
4105de monitoria, ele apresentar esses vários censos, não só de um mês, é para  
4106condicionar a validade do licenciamento ou não, porque do que eu entendi não  
4107adianta ter vários censos se a licença dele é de 5 anos.

4108

4109

4110 **SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Tem um dispositivo que fala que  
4111ele tem ser revalidado todo ano.

4112

4113

4114 **SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Aqui coloca,  
4115art. 12, o PMFA será autorizado com validade para até 5 anos ficando sua  
4116vigência condicionada à apresentação do relatório anual do monitoramento do  
4117plano. Todo ano... Você tem 5 anos, mas obrigatoriamente tem que dar um  
4118relatório, nesse relatório foram colocados aqui que um deles é o censo e se  
4119você não apresentar anualmente esse relatório, aquela de 5 anos ficou  
4120suspensa.

4121

4122

4123 **O SR. MAJOR JOÃO SOARES DA COSTA VIEIRA (CNCG)** – Eu entendi. A  
4124 discussão toda de um mês, fazer o censo apenas de um mês. Nós vamos fazer  
4125 agora mais vezes? Inicial. É isso que estou falando, se você fez um mês e foi  
4126 aprovado o plano, o plano tem validade de 5 anos, está aqui um mês. Por isso  
4127 que eu queria entender isso daí, se nós estamos decidindo que precisa ter  
4128 mais de um mês esse censo, então, nós vamos estar atrelados ao plano anual,  
4129 esse relatório anual, se lá não tem, tem apenas um censo e não tem outro,  
4130 então, quer dizer que a licença pode ser suspensa. É isso? Então, nós estamos  
4131 atrelando ao censo a mais de um mês, independente daquele tempo, atrelado  
4132 a esse plano anual. É isso? Porque senão, isso que eu estou, perde a ideia de  
4133 ter mais de um censo porque a licença é de cinco anos.

4134

4135

4136 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio  
4137 de Janeiro)** – A análise é mensal ou... Fiquei na dúvida.

4138

4139

4140 **O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Nós fazemos três vezes por  
4141 semana, na verdade ele é semanal. Mensal assim, eu mando uma proposta  
4142 que nós podemos discutir aí três vezes por semana, já colocar isso aí.

4143

4144

4145 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio  
4146 de Janeiro)** – Se é metodologia que vocês usam hoje... Porque nós temos que  
4147 dizer ali que a análise poderia ser... A cada mês eu fecho aquele balanço  
4148 daquele censo que acontece três vezes por semana.

4149

4150

4151 **O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Aí nós fechamos a análise do  
4152 relatório anual. Aí são os dados do ano inteiro que eu quero fazer análise. E  
4153 nós inclusive podemos falar, essas medidas estão dando certo, a nossa  
4154 população de carcará diminuiu ou então não. Então, chega para o órgão  
4155 ambiental e fala, estamos mudando os nossos métodos de manejo, nosso  
4156 censo mostrou que nossa população não reduziu. Entendeu? Essa é a ideia do  
4157 censo, tem que ser constante, o ano inteiro.

4158

4159

4160 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio  
4161 de Janeiro)** – O censo é um medidor teu daquelas ações propostas, teu plano  
4162 tem 5 anos, mas o teu plano não é estático. Até porque se as minhas ações  
4163 foram eficazes, talvez em seis meses, um ano eu não precise mais estar  
4164 repetindo. E outros problemas aparecerão dentro do meu aeródromo. Então, eu  
4165 tenho que estar constantemente revendo. E aqui, outra coisa que eu entendo,  
4166 quando nós falamos que é até 5 anos, não necessariamente 5 anos, isso vai  
4167 depender muito de cada caso, porque às vezes um aeródromo com um  
4168 problema muito localizado não adianta querer falar que aquele plano dele vai  
4169 para 5 anos. Talvez não haja essa necessidade. Então, nós demos aqui um  
4170 período máximo, que o órgão quando da análise verá isso. Agora, é importante  
4171 essa avaliação direta, por isso que eu insisto, semanal como eles estão

4172fazendo sempre porque o que vai estar te dando a temperatura e o termômetro  
4173das suas ações.

4174

4175

4176**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Eu entendi. Eu acho importante, eu só estou  
4177querendo analisar a questão jurídica aqui. Então, mas eu entendi, se nós  
4178colocarmos ali que na análise anual obriga o aeródromo a fazer censos  
4179mensais e confronta com a licença está perfeito. A questão não era contra o  
4180censo, mas uma questão jurídica aqui, porque eu tinha entendido que fez um  
4181mês só e conseguiu a autorização, que vale até 5 anos, eu como gestor de  
4182aeródromo não vou fazer mais censo nenhum. Mas está amarrado ali. Está  
4183amarrado.

4184

4185

4186**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Eu quero  
4187fazer uma pergunta para você mesmo, de repente você faz sua apresentação  
4188e minha resposta. Uma vez eu fui conhecer a área de quarentena animal do  
4189aeroporto de Viracopos, eu me lembro que para eu chegar a 10 me da pista  
4190que era onde fica mais ou menos a área de quarentena animal, só faltaram tirar  
4191minha roupa, relógio foi porque do lado tinha a área da Receita Federal. Então,  
4192eu tinha que tirar relógio, celular, qualquer objeto que não era necessário estar  
4193comigo ali eu tive que tirar, ou seja, aquela área é um área de segurança da  
4194receita e para chegar na pista aí outro questionamento, porque lá eles  
4195colocavam que era uma área de segurança nacional, é um local que você não  
4196pode entrar, você tem risco de vida, risco de vida de outros, causar acidente,  
4197etc. e etc. Ou seja, é um local que você não pode estar passando por ali sem  
4198um motivo. Segunda coisa que eu coloco, vou colocar aeroporto como exemplo  
4199aqui, existe aeroportos e aeroportos, existe aquele aeroporto que você  
4200consegue estar andando na pista de hora em hora, para andar, para ver se tem  
4201algum problema ou não, e eu acredito que tem aqueles que têm pouso há dois  
4202minutos, três minutos, um avião descendo e outro subindo, que a ida de uma  
4203pessoa naquele local é quase que impossível. Por quê? Porque aonde a  
4204pessoa vai? Ele não vai andar em volta, ele vai ter que ir no meio da pista para  
4205saber se naquela área dele está lá dentro se tem passarinho, se tem saruê, se  
4206tem ovo, o que for que tem ali dentro, morcego e etc. Ele vai ter que ir lá  
4207naquela área de risco onde a turbulência de um avião que passa do seu lado  
4208ali derruba um carro, imagina a segurança de uma pessoa, em relação àquela  
4209área de segurança. Então, eu penso aqui, uma coisa é nós pensarmos naquele  
4210aeroporto, vamos dar o exemplo de Brasília que funciona quase mais que  
4211terça, quarta, quinta e domingo, e outra coisa é você pegar o Viracopos da  
4212vida, ou um Santos Dumont, Galeão, os aeroportos que têm o maior fluxo de  
4213avião e você colocar a pessoa com uma planilha na mão, caneta, para ele ficar  
4214fazendo o censo. Eu acho que você colocar um censo mensal, quando você  
4215coloca o censo mensal a pessoa não vai uma vez por mês lá, o censo mensal  
4216não vai uma pessoa, para você dar um censo mensal é uma análise que você  
4217vai dizer naquele mês teve isso e isso. Então, quando você coloca a ficha  
4218mensal eu acho que vai trazer um problema sério para a pessoa que vai fazer  
4219essa investigação *in locu*, é *in locu* porque não pode olhar de binóculo em  
4220relação aquilo ali. Então, eu fico com medo quando nós colocamos censo  
4221mensal, eu acho que deveria ser feito um censo, assim, vou chutar, um censo a

4222cada três meses, mas não dizendo que o censo é feito todo dia e a cada três  
4223meses é entregue o resultado. Eu acho que o censo que temos que colocar  
4224aqui é o censo em relação ao que foi coletado, é o que você está coletando.  
4225Por exemplo, tiveram tantos animais coletados, tantos ovos coletados, porque  
4226aí a pessoa já foi lá fazer uma ação de salvar o animal, retirar o animal ou  
4227exterminar o animal, não sei, e aí sim colocar no censo. Porque se você  
4228colocar uma pessoa para ficar indo todo dia na Pick-up amarela andando de  
4229um lado para o outro dentro do aeroporto, vai trazer um sério risco de vida e  
4230de... Como fala? De passagem de avião por ali, vai trazer risco para eles  
4231também. Então, temos que analisar como se estivéssemos lá dentro. Eu acho  
4232que nós falarmos daqui de Brasília, vamos colocar todo dia, todo dia pode  
4233colocar uma pessoa para rodar lá. Mas acontece que tem aeródromo aqui que  
4234é militar, o cara para chegar lá no meio não é qualquer um que pode chegar no  
4235meio para fazer o censo. Então, acho que temos que... Por isso que eu  
4236coloquei essa pergunta para você responder, qual o perigo de você fazer o  
4237censo mensal, porque para mim censo mensal é você dizer no mês, todos os  
4238dias o que aconteceu. Em relação a essas áreas que têm ou área militar, ou  
4239área que tem risco de vida para as pessoas que vão estar fazendo essa análise  
4240ali dentro.

4241

4242

4243**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Tem inscrito... Ele estava inscrito  
4244primeiro, não é Rubens? Depois ele vai responder também.

4245

4246

4247**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Eu peguei para responder por  
4248que nós estamos na prática há cinco anos, só esclarecer, Brasília não é de  
4249terça a domingo não, Brasília é o segundo maior aeroporto em movimento já,  
4250todo dia e nós fazíamos censo três vezes por semanas. Trabalhamos em  
4251Guarulhos o aeroporto maior movimento no Brasil, fazíamos censo três vezes  
4252por semana. Não tem impeditivo, nós não precisa fazer o censo na pista de  
4253pouso e decolagem, faz na *taxiway* ou nas pistas, como é que chama? Sempre  
4254tem uma pista que circunda toda a pista e nós conseguimos avistar. Então,  
4255mesmo com o avião descendo e subindo nós estamos fazendo censo, não tem  
4256complicação. E assim, a proposta de colocar mensal ali na verdade eu nem  
4257coloquei tantas vezes por mês ali, falar que o ideal é três vezes por semana, eu  
4258coloquei mensal porque tem que ser o mínimo você pegar todas as variações  
4259que tem no ano. O mês da seca, mais chuva, tem que ter todo mês e a ideal é  
4260que seja três vezes por semana e nós fizemos isso em Guarulhos, em Brasília,  
4261nos aeroportos de maior movimento no Brasil, não tem impedimento com  
4262relação. E todas as pessoas que trabalham conosco, que formaram as nossas  
4263equipes elas passam por todos os cursos de segurança, de SGSO, de Avisec,  
4264de direção defensiva. Então, eles são treinados, assim como o fiscal de pátio,  
4265assim como todas as pessoas que trabalham na pista, para trabalhar na pista.  
4266Você não pode pegar um biólogo totalmente cru e jogar na pista, ele vai sair  
4267correndo atrás do bicho e o avião vai passar por cima dele. O biólogo no mato  
4268normalmente ele logo vê o bicho e vai atrás do bicho. No aeroporto, eles estão  
4269em contato direto com a torre, tem um animal na pista, posso? Como é que  
4270está o movimento? Eu posso acessar a pista? A torre (...) procedimento de  
4271segurança, não impede de fazer. E o ideal é que se faça o máximo possível de

4272 censo possível, o ideal seria que faz hoje, três. Então, nós estamos fazendo as  
4273 ações de manejo, nós temos um controle, o monitoramento do que manejamos,  
4274 mas também fazemos o censo que é fundamental para ver as flutuações das  
4275 populações. E aí o ideal é que seja três vezes por semana, como eu coloquei a  
4276 periodicidade, só coloquei o mínimo que, pelo menos, tem que ser... Todo mês  
4277 temos que ter informações do censo.

4278

4279

4280 **O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) –**

4281 *Só complementar o já talvez esteja um pouquinho de dúvida. Tem um senso*  
4282 *antes de começar o plano e depois como o falou também o senso* ele faz parte  
4283 do plano, (...), é necessária uma adequação grande que vai precisar de um  
4284 manejo. Obrigado. Esse senso é que vai fazer, vai dar subsídio para essas  
4285 alterações junto ao órgão ambiental. Então, exatamente, é isso aí. O censo é o  
4286 pulmão do plano de manejo e do gerenciamento de risco também, como o risco  
4287 ele está em decorrência da presença de fauna na pista, essa questão que o  
4288 Airton falou de mensal, eu não sei é o termo mais correto ali porque quanto  
4289 mais risco eu tenho, lá atrás nós temos a matriz para quantificar esse risco,  
4290 então, se eu estou cheio de espécie na faixa vermelha na matriz, no anexo, eu  
4291 tenho que fazer mais censo. Agora, se eu só tenho espécies no amarelo, não  
4292 preciso fazer tanto censo. Então, o censo eu acho que ele varia muito também  
4293 em relação ao risco que eu estou quantificando, se eu estou quantificando um  
4294 risco alto, tem que fazer mais censo para estar acompanhando cada vez mais  
4295 as alterações que eu estou fazendo em ambiente, em afugentamento, se elas  
4296 estão surtindo efeito. Aí sim, deu uma baixada, deu. Aí entrou a época em que  
4297 vem tapicuru de cara, não sou biólogo, maçarico. Em uma época no aeródromo  
4298 no Sul, de Undile, vêm 300,400 aves, nessa época, o monitoramento vai ser  
4299 mais intenso, os censos vão ser mais intensos que nos outros meses do ano  
4300 em que essas aves não estão lá. Então, o censo, o monitoramento ele é em  
4301 função do risco, quanto maior risco mais de perto eu tenho que estar olhando e  
4302 tentando reduzir esse risco.

4303

4304

4305 **O SR. LUIS PARIS (Infraero) -** Só uma questão de ordem. Os censos mensais  
4306 conforme metodologia constante no anexo II. Então, essa rotina pode ser  
4307 escrita no anexo II e não perdemos muito tempo aqui.

4308

4309

4310 **O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) –**

4311 *Só mais uma frase, nós temos que lembrar o seguinte, o objetivo do operador*  
4312 *do aeródromo é reduzir o risco porque se tiver uma colisão lá dentro e a*  
4313 *empresa aérea chegar com uma conta para o operador vai ficar bem mais claro*  
4314 *que o custo do plano de manejo, do plano de gerenciamento. Então, o objetivo*  
4315 *do operador é reduzir o risco, se eu quero reduzir o risco, claro que eu vou*  
4316 *fazer o monitoramento com 30 dias no mínimo para começar o plano, e vou*  
4317 *estar acompanhando, porque se eu fizer um trabalho mal feito eu estou*  
4318 *jogando dinheiro fora da minha administração aeroportuária. Então, quanto*  
4319 *melhor o trabalho, quanto mais preciso mais eficiente, portanto, o retorno do*  
4320 *investimento que eu como operador coloquei.*

4321

4322

4323 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Então, vamos ver se todos  
4324 concordam, aproveitar a experiência da UnB que trabalha isso cotidianamente,  
4325 traz essa bagagem bem sólida de colocar essa descrição na metodologia.  
4326 Todos de acordo? Objeções?

4327

4328

4329 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Achei  
4330 interessante o que ele colocou, depende não digo colocar o mensal porque o  
4331 mensal, como você colocou, pode ser de repente necessário que seja semanal,  
4332 de repente colocar a necessidade do senso em relação ao que o Rubens  
4333 colocou da matriz de avaliação de risco de fauna em aeródromo porque tem  
4334 época que vai precisar mais curto, e tem época que vai precisar ser mais longo,  
4335 ou não. *Se não for, não precisa responder.*

4336

4337

4338 **O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Na verdade eu discordo um  
4339 pouquinho do Coronel Rubens, na verdade você só sabe se tem risco ou não  
4340 se você faz o censo. Na verdade o que o seu risco vai determinar é a  
4341 intensidade do manejo. Então, risco zero para que você gastar dinheiro com  
4342 manejo? Agora, o monitoramento tem que ser constante e ter uma  
4343 periodicidade constante. Só assim vamos saber se tem risco ou não

4344

4345

4346 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Interessante uma coisa que você  
4347 comentou, acho que isso inclui não a parte da metodologia em cima do  
4348 monitoramento, mas os procedimentos de segurança, porque eu não sei como  
4349 funciona isso na hora de fazer o plano. Acho que em algum lugar tem que  
4350 constar que nós temos que ter atenção nesses procedimentos de segurança.

4351

4352

4353 **O SR. RUBENS (Cenipa)** – Eu tenho uma dúvida no que a Lisiane falou, esses  
4354 procedimentos de segurança que você está dizendo daqueles ditos pelo João  
4355 no início? Das pessoas estarem numa área? Porque esses custos são  
4356 requeridos pelas autoridades aeronáuticas... Dos biólogos. Isso. Isso, o que  
4357 acontece? A área do aeródromo já é uma área cercada, principalmente do  
4358 aeródromo que está se fazendo o manejo de fauna. Então, o acesso à área já é  
4359 regulado pela Anac, por exemplo, a Anac exige uma série de coisas. Acho que  
4360 não é bem o foco aqui.

4361

4362

4363 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Eu me referi à questão do biólogo,  
4364 da experiência do biólogo para entrar, isso é uma norma de segurança, dele  
4365 usar equipamento, por isso eu perguntei como é o regramento dentro, mas eu  
4366 acho que poderíamos frisar assim, em consonância com as normas.

4367

4368

4369 **O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa)** –  
4370 Com as normas em vigor do setor aeronáutico, normas aeronáuticas.

4371

4372

4373**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Não descrever, mas colocar que  
4374existe.

4375

4376

4377**O SR. JOÃO LUIS FERNANDINO FERREIRA (DConama/MMA)** – É porque o  
4378João Carlos, da CNA, renovou aqui uma observação que eu tinha feito antes,  
4379que tanto no item II como no III as remissões aos artigos estão incorretas, por  
4380exemplo, aquele do art. 14 nessa Resolução é: entra em vigor na data de sua  
4381publicação, ou seja, se perdeu aí a remissão correta. Então, antes de aprovar  
4382esses três aí seria interessante corrigir qual é o artigo que realmente se refere  
4383ali.

4384

4385

4386*(Intervenções fora do microfone. Inaudível).*

4387

4388

4389**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
4390**de Janeiro)** – Aí está falando no caso de monitoria, é o § 2º do 12, do atual 12.  
4391§ 2º. Vamos ter que colocar ao invés de 14... No III. O III é § 2º do 12. Aí. Eu  
4392acho que é isso.

4393

4394

4395*(Intervenções fora do microfone. Inaudível).*

4396

4397

4398**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Porque aí  
4399coloca, nos casos em que o período de realização do censo coincidir com o  
4400período de ausência de espécies migratórias, o manejo dessas espécies não  
4401será considerado no PMFA, exceto nos casos previstos. Que o 13 coloca casos  
4402de emergência, eu acho que seria aqui, que em caso de emergência esquece  
4403tudo que tem aí porque vai ter que ter... É o 13.

4404

4405

4406**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Eu ainda estou pensando naquele  
4407art. 12 que estamos lá embaixo, teve uma inserção, não sei se estamos ficando  
4408repetitivos, teria que dar uma revisada para ver se tem coerência. Podemos  
4409considerar aprovada essa alteração no texto com as alterações que foram  
4410feitas em relação aos artigos?

4411

4412

4413**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Só português.  
4414Concordo. Só o português, porque nos casos previstos no parágrafo anterior.  
4415Então, não é parágrafo anterior, é no item anterior.

4416

4417

4418**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Aprovado.

4419

4420

4421 **O SR. JOÃO LUIS FERNANDINO FERREIRA (DConama/MMA)** –  
4422 Aproveitando aqui, antes de passar adiante só queria lembrar uma coisa, tinha  
4423 ficado antes do Doutor Marcelo Marcelino sair, tinha duas coisas que seriam  
4424 colocadas na verdade, o pessoal da UnB tinha feito uma definição sobre risco  
4425 direto e indireto, só lembrando, que era para nós considerarmos. E também o  
4426 Doutor Marcelo queria colocar uma exceção quanto à questão daquela alínea  
4427 C dos ninhos, um parágrafo de exceção no artigo ainda. Ficou destaque  
4428 exatamente isso aí. Não foi feito. É porque segundo o Airton levantou, aqui  
4429 quando você está fazendo o manejo no campo lá, se você encontrar um ninho,  
4430 porque aqui está falando evitar a nidificação, mas se você encontra o ninho  
4431 você fica meio que de mão atada, aí eles queriam fazer uma exceção já para  
4432 considerar a possibilidade de você encontrar o ninho quando está fazendo o  
4433 manejo.

4434

4435

4436 **A SRª. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Foi isso que eu propus colocar no  
4437 art. 8º. Essa exceção que eu falei com o Marcelo, de colocar essa exceção no  
4438 art. 8º que fala do abate.

4439

4440

4441 **O SR. AIRTON (UnB)** – É isso mesmo. Meu questionamento na época foi  
4442 exatamente esse, você... Uma coisa é você quando já está com o manejo em  
4443 andamento você evitar que se façam novos ninhos afugentando os animais.  
4444 Outra é quando você vai dar início ao manejo e você sabe que lá está cheio de  
4445 ninho e, na verdade você tem que retirar os ninhos ao invés... Você não tem  
4446 como evitar, os ninhos já estão lá. Eu estava dando o exemplo aqui antes da  
4447 reunião da tarde começar o trabalho que nós fizemos no palácio aonde nós  
4448 chegamos tinha muito ninho lá e num primeiro momento nós fizemos retirada  
4449 de ninho, hoje não precisamos mais retirar ninho nenhum, nós evitamos que os  
4450 animais com técnicas de afugentamento, nós evitamos que eles façam ninhos,  
4451 mas no primeiro momento nós sabemos que antes de começar o manejo vai ter  
4452 ninho lá.

4453

4454

4455 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio  
4456 de Janeiro)** – Nós vimos nesse processo de discussão em relação àquela  
4457 questão de destruição de ninho e de ovos, hoje de manhã isso foi até bastante  
4458 exaustivo. Independente de eu estar num momento onde eu estou  
4459 estabelecendo o diagnóstico para iniciar o meu plano de manejo, ou enviando  
4460 ações para que eu evite a nidificação, que foi a discussão hoje de manhã, eu  
4461 encontro ninhos, eu acho que nesse momento não tem jeito, a retirada desses  
4462 ninhos é eminente. E aí a sequência, porque é um primeiro momento, eu não  
4463 via muita diferença, eu vi assim, eu estou começando, eu tenho o m eu  
4464 aeródromo, está com problema, eu vou iniciar o meu plano de manejo. Eu faço  
4465 o meu diagnóstico e no diagnóstico eu identifiquei tenho 6 áreas de ninhos,  
4466 como eu posso começar a fazer qualquer tipo de ação preventiva para que não  
4467 tenha novas nidificações, sem antes eliminar as existentes? Eu acho que existe  
4468 uma similaridade, nós temos que tomar um pouquinho de cuidado como  
4469 escrever por conta de sensibilidade da opinião pública em relação à matéria e a  
4470 nós mesmos, nós somos ambientalistas, a maioria das pessoas que estão aqui,

4471 e de você estar tratando a coisa de uma maneira muito simples. Não. Quebra  
4472 os ovos, não é dessa maneira, mas isso é importante, na realidade você não  
4473 temo que fazer num primeiro momento, você tem que retirar e depois envidar  
4474 esforços preventivos, de ordenamento ambiental para que eles efetivamente  
4475 não se repitam. Concordo com você.

4476

4477

4478 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Qual seria a proposta?

4479

4480

4481 **O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Colocar o artigo aonde  
4482 você queria colocar ela mesma fez a proposta.

4483

4484

4485 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – É porque aqui  
4486 nós ainda estamos criando o plano, ainda estamos criando o plano, coleta e  
4487 destruição dos ovos de ninho de espécies-problema. Ok. Isso é uma coisa do  
4488 plano. Quando ações anteriores não forem eficazes a suficiente para evitar a  
4489 nidificação. Ou seja, ele está colocando que o plano andando, se teve algum  
4490 problema que criou-se a nidificação, pelo que eu entendi aí sim a coleta e  
4491 destruição de ovos e ninhos. Mas isso aqui é plano, porque quando você vai  
4492 mais para frente aqui, no art. 8º que aí entra como o João falou da necessidade  
4493 de abate de indivíduos, a parte de retirada de ninho não é aqui, aqui é o plano,  
4494 aqui é você criar papel, a ação de você fazer a coleta e destruição de ovos de  
4495 ninhos, desculpa, de espécies-problema, entra no art. 8º Inciso I. Não?  
4496 Insuficiência ou ineficácia das ações de manejo previstas na A, B e C, no inciso  
4497 V do art. 4º. Então, isso é para criação do plano isso para criação, isso é para a  
4498 criação de papel, a ação é depois.

4499

4500

4501 **O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – No papel você vai colocar as  
4502 ações que vai fazer.

4503

4504

4505 **O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Não sei. Talvez nós  
4506 devamos deixar esse artigo quando o Marcelino retornar, porque ele estava  
4507 num caminho bem direito, porque ele queria colocar uma excepcionalidade  
4508 quando você durante a manutenção, o monitoramento do plano você desce  
4509 para o ninho. Mas nós vemos que há uma certa também incoerência nesse  
4510 artigo porque isso aqui trata da elaboração, se você está elaborando e você se  
4511 dá com ovos e ninhos da espécies-problemas, quando as ações anteriores não  
4512 forem eficazes? Mas está iniciando, que ações anteriores são essas?

4513

4514

4515 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Eu não sei, eu vou repetir o que eu  
4516 estava defendendo, tudo que eu estava defendendo, tentar falar com outras  
4517 palavras. Do jeito que está escrito aí a destruição dos ovos e dos ninhos, eles  
4518 só vão ocorrer quando afugentar e não resolver. Está certo? Então, você  
4519 afugentou. No caso de você não conseguir afugentar você pede destruir os  
4520 ovos e ninhos. Correto? É o que está escrito ali.

4521

4522

4523 **O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Está errado. Se você ler o  
4524 artigo que você está você vai ver que você está elaborando o plano de manejo,  
4525 você está elaborando, leia aqui rapaz, você está elaborando o plano de  
4526 manejo.

4527

4528

4529 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Mas ele corresponde a ações. Então, o  
4530 que você está fazendo? Você está fazendo ações, ali ele está dizendo as  
4531 ações de manejo que poderá envolver, coleta quando as ações anteriores não  
4532 forem eficazes. Então, nós temos dois cenários, se elas não forem eficazes  
4533 você pode destruir os ninhos, e se elas não forem eficazes os ninhos vão  
4534 continuar lá. E aí os ninhos continuando lá você não tem que destruir de  
4535 qualquer maneira? Porque o que eles viram? Alimentos para outras espécies.  
4536 Então, a conclusão é que resolve o problema simplesmente tirando o  
4537 condicional, como você falou, se achar ninho tem que destruir, tem que tirar  
4538 independentemente se as ações anteriores forem ou não...

4539

4540

4541 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
4542 **de Janeiro)** – Vamos elaborar dois cenários, rapidinho. Um primeiro cenário  
4543 para o meu aeródromo, eu estou iniciando o meu plano de manejo, então, eu  
4544 estou na fase do diagnóstico, na fase do diagnóstico eu identifiquei três linhagens  
4545 dentro da minha área de espécies-problema, qual vai ser uma das ações que  
4546 vou prever? Iniciar a retirada. Esse é um diagnóstico. Está certo? Cenário dois,  
4547 eu fiz a minha fase de diagnóstico e não encontrei ninhal nenhum, nenhuma  
4548 área de nidificação. Então, as proposta que estamos fazendo nesse cenário  
4549 dois são aquelas que são as preventivas, são aquelas que não vão, que vão  
4550 evitar a situação de ninho. Se na execução delas eu encontrar um ninho é sinal  
4551 de que elas não foram eficazes. Então, eu entro na possibilidade de quebrar os  
4552 ovos.

4553

4554

4555 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – De uma terceira situação, no caso delas  
4556 terem sido eficazes, os ninhos estavam lá quando você entrou.

4557

4558

4559 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
4560 **de Janeiro)** – Os ninhos estavam lá e eu identifiquei no diagnóstico. Eu  
4561 identifiquei no cenário um. Eu iniciei e fiz o meu diagnóstico.

4562

4563

4564 **O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Como ele fez no Palácio  
4565 do Planalto.

4566

4567

4568 **O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Só que é isso aí que não está  
4569 previsto.

4570

4571

4572 **O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Então, mas esse primeiro  
4573 cenário que não está previsto aí.

4574

4575

4576 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio  
4577 de Janeiro)** – Nós não falamos claramente que no diagnóstico, que quando eu  
4578 estou no meu primeiro cenário e estou fazendo o diagnóstico e encontro os  
4579 ninhos, isso não está claro.

4580

4581

4582 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Você resolve isso simplesmente tirando  
4583 o condicional, que você achou ninho, do jeito que você está falando, você  
4584 achou ninho, afugentando ou não, o ninho ficou lá. Vamos dizer, você está  
4585 entendendo? Você afugentou a ave, foi eficaz, então, ali está dizendo que não  
4586 pode mais tirar o ninho porque a outra foi eficaz, ou mesmo que não volte o  
4587 ninho vai ficar lá e aí você vai deixar o ninho lá? Então, é só retirar aquele  
4588 condicional, achou ninho tem que tirar. Não consigo ver a dificuldade disso,  
4589 você achou ninho tem que tirar, independentemente quando as ações não  
4590 forem eficazes.

4591

4592

4593 **O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Em qualquer situação você vai  
4594 ter que retirar o ninho.

4595

4596

4597 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Não é questão de resultado prático, é o  
4598 óbvio, senão você vai ter que dizer, quando as ações... Vamos dizer que você  
4599 conseguiu afugentar o quero-quero, você afugentou, os ninhos deles ficaram lá,  
4600 você vai deixar os ninhos lá? Então, vai ter que tirar de qualquer maneira e em  
4601 qualquer situação. Então, tira o condicional.

4602

4603

4604 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio  
4605 de Janeiro)** – Ricardo, a única coisa que diferencia é que quando você inicia  
4606 (...) o diagnóstico. Eu não observei ninho nenhum. Você inicia o processo de  
4607 ações, você iniciou na primeira fase.

4608

4609

4610 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Você sabe qual é o problema? É que a  
4611 lei, do jeito que está descrita está dizendo para você que vai ter uma situação  
4612 que você não vai poder tirar o ninho. Por quê? Porque você conseguiu  
4613 afugentar a ave e o ninho ficou lá e aí por isso que eu coloquei, o ninho, aí o  
4614 ninho vira o foco de atração para outra, porque mesmo que o ninho não vire vai  
4615 virar comida. Não sei. Então, a questão é o seguinte, é que a lei do jeito que  
4616 ela está vai ter uma situação que vai você ter que deixar o ninho lá.

4617

4618

4619 **A SR<sup>a</sup>. ROSSANA DE PAULA VILAMIU (Infraero)** – Lembrando, senhores,  
4620 que essa retirada imediata dos ninhos está lá no caput, é para espécies-

4621problema, o que nós estávamos lembrando agora de manhã. Realmente,  
4622concordo tirando o condicionante, prevê todas as situações de espécies-  
4623problema, não entra as espécies que direta ou indiretamente... Sim. Porque no  
4624decorrer da discussão ficou parecendo que qualquer um. Não, é das espécies-  
4625problema.

4626

4627

4628**O SR. JOÃO LUIS FERNANDINO FERREIRA (DConama/MMA)** – Ricardo,  
4629dita para nós onde está vermelho, só para compararmos as duas versões. Tira  
4630essa parte em azul. Nós deletamos?

4631

4632

4633**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Tira até o conforme também.

4634

4635

4636**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Até porque está fazendo a monitoria,  
4637não está fazendo o plano, tem que ter a monitoria. Eu acho assim, coleta de  
4638espécies-problema isso é uma ação que pode ser indicativa, não sei se é  
4639necessidade. Qual é a experiência de vocês?

4640

4641

4642**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Na nossa experiência isso é uma  
4643ação fundamental de logo no primeiro momento você elimina e inclusive,  
4644assim, você eliminando os ovos e ninhos, você impede a reprodução e não só  
4645isso, você causa um estresse aos pais e eles procuram uma outra área para  
4646nidificar. Então, é uma ação muito eficiente e muito importante para ser feita no  
4647manejo sim. Agora, é aquilo que eu falei, tem que ser no primeiro momento, a  
4648partir de que você começa as outras ações é você trabalhar para evitar que  
4649novos ninhos sejam colocados na área, mas no primeiro momento é inevitável,  
4650se você não fizer isso e mesmo que você não9 consiga afugentar, como falou o  
4651Ricardo, os ovos vão continuar lá e podem virar atrativo.

4652

4653

4654**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Então, eu acho que devemos colocar  
4655ali previsão no plano para a coleta. Porque não é uma ação isolada, segundo a  
4656experiência de vocês é uma necessidade. Então, não depende só do  
4657afugentamento ou do manejo ambiental. Há necessidade. Então, não é nem  
4658um e nem outro, e nem de acordo com nada, simplesmente o plano deve  
4659prever essa coleta e destruição de ovos de início de espécies-problema.

4660

4661

4662**O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB)** – Perfeito. Aí até para título de  
4663curiosidade, só para nós termos uma noção como as coisas não são tão  
4664simples, por exemplo, o quero-quero não podemos simplesmente retirar o  
4665ninho, quando você retira os ovos e o ninho, você induz o quero-quero a fazer  
4666uma nova postura, por exemplo, o que fazíamos era ou substituir por ovo de  
4667codorna, ou tirar um conteúdo do ovo e preencher com alguma outra coisa. Aí  
4668o quero-quero permanece chocando aqueles ovos ali e não faz uma nova  
4669postura. Só para vocês verem como é complexo, tem quero-quero que você  
4670não pode retirar o ninho.

4671

4672

4673 **O SR. MAJOR JOÃO SOARES DA COSTA VIEIRA (CNCG)** – Não resolvendo  
4674 o problema, mas trazendo outro. De fato eu estou observando aqui a lei, o  
4675 artigo 6º e a Resolução ela misturou mesmo. O art. 6º eu vou até pedir licença  
4676 para ler. O manejo da fauna em aeródromos em área de entorno será  
4677 autorizado pela autoridade ambiental mediante a aprovação do plano de  
4678 manejo da fauna em aeródromos e poderá envolver. Então, o manejo da fauna  
4679 poderá envolver manejo, captura e o abate. Então, são duas fases realmente, a  
4680 primeira fase em que você elabora o plano e apresenta, e a segunda é quando  
4681 você vai fazer realmente o manejo. E aí a captura. Por isso que está evidente  
4682 aqui, está destacada essa questão da coleta porque o art. 6º depois ele traz as  
4683 exceções, você não pode realmente mexer no ninho aí antes... Essa discussão  
4684 toda que nós chegamos aqui, a minha sugestão realmente, o colega João já  
4685 tinha levantado isso, é nós fazermos uma separação porque do jeito que está  
4686 aqui o art. 4º nós vamos... O 4º é elaboração do projeto, do plano. E o 5º entrou  
4687 também como parte do plano e já não é, já é uma fase posterior em que o  
4688 plano foi feito e você está executando, está fazendo realmente o manejo.  
4689 Então, você diz que tem que fazer no seu plano manejo de ambiente, beleza.  
4690 Você diz no seu plano que vai ter que fazer captura, vai ter que fazer. Então, é  
4691 uma segunda parte. Do jeito está aqui está meio misturado. Então, não resolvi  
4692 essa questão ainda, mas eu acho que seria muito melhor estamos separando  
4693 como está na lei, do 5º para frente, fazendo outro artigo e dizendo que para o  
4694 manejo da fauna tem que se considerar isso e não para a elaboração do plano  
4695 como está aqui.

4696

4697

4698 **A SRª. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste)** – Eu acho  
4699 que está tendo uma confusão, olha só, quando você elabora o plano de manejo  
4700 que você vai escrever ali, independente da elaboração não é o que você vai  
4701 executar. Então assim, é obrigatório, se você vai coletar os ovos e o ninho é  
4702 obrigatório que esteja no plano, não interessa se ele é um papel, você vai  
4703 executar o papel. Então, é obrigatório o que você vai fazer. Então assim, você  
4704 não vai colocar manejo de fauna, você não vai colocar isso, você vai colocar o  
4705 que você vai fazer, vou capturar tantas espécies, vou coletar, vou destruir, vou  
4706 dar essa destinação, ou aquela destinação. Então, independente se é a  
4707 elaboração do plano é o que você vai fazer, são as suas atividades. Então, é  
4708 obrigatório ter essa parte, a elaboração nada mais é do que você vai executar.

4709

4710

4711 **O SR. MAJOR JOÃO SOARES DA COSTA VIEIRA (CNCG)** – Eu estou  
4712 entendendo que elaborar você pode até ir a campo, mas você não vai destruir  
4713 ninho para elaborar o plano, você vai identificar que você precisa fazer manejo  
4714 de ambiente ou de fauna, na execução sim que você vai chegar e vai realizar.  
4715 Então, eu acho que são duas fases realmente.

4716

4717

4718 **A SRª. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste)** – Não. O  
4719 plano, a elaboração do plano é o que você vai fazer, o que eu acho que talvez  
4720 esteja confundindo é o diagnóstico, o que você tem que fazer antes. O plano de

4721 manejo é o que vai fazer. Se você vai coletar? Fez o diagnóstico, tem ninho ou  
4722 não tem ninho, ou você futuramente pensa que vai ter um ninho ali, alguma  
4723 coisa, tem que estar no seu plano, já tem que estar descrito no seu plano todas  
4724 as suas ações, até mesmo futuramente. Eu vou monitorar dois anos, três anos,  
4725 quatro anos, vou ter ninho de quero-quero daqui seis meses porque é a época  
4726 deles, a reprodução deles. Então, tudo isso tem que estar descrito no seu plano  
4727 porque quando o técnico do órgão ambiental for analisar já tem que estar tudo  
4728 isso, você não vai lá na hora quando o pessoal for executar eu apresento o  
4729 plano em março e aí em dezembro o pessoal vai executar, e aí tem ninho.  
4730 Você não vai apresentar de novo, está dentro já do seu plano, está  
4731 contemplado nele o que você vai fazer.

4732

4733

4734 **O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) –**  
4735 O João começou a ler, eu até achei que ele ia ler o que eu ia falar e eu não  
4736 precisava falar mais, mas esse item é uma cópia da lei, só que na lei só está  
4737 assim, coleta e destruição de ovos e ninhos. Aqui nós colocamos de espécies-  
4738 problema. Eu gostaria de propor a retirada de espécies-problema. Por quê?  
4739 Porque o ninho, o ovo dentro da área operacional, ainda que dali não vá sair  
4740 um urubu ou um quero-quero, ainda que seja um passeriforme pequeno, um  
4741 beija-flor, aquilo ali atrai rato, que atrai carcará, por exemplo. Então, dentro de  
4742 área de pista, ao lado da área de pista não é para ter ovo, se tiver ovo ali ele ali  
4743 é um foco atrativo, independente daquela espécie que vai nascer do ovo ser  
4744 problema ou não.

4745

4746

4747 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP) –** Isso de manhã foi bastante debatido  
4748 e nós chegamos a essa conclusão de espécies-problema, até a colega ali até  
4749 concordou, inclusive nós vamos ter que ter até cuidado. As minhocas que  
4750 atraem sabiás, que eles gostam de comer minhoca, eu queria até sugerir de  
4751 espécies-problema que não estejam nessa distinção. Tem outro tratamento.  
4752 Mas eu acho que hoje de chegou a esse consenso, não sei o que vocês acham  
4753 consenso, mas de manhã chegou nesse consenso que seriam espécies-  
4754 problema, até na outra proposta que eu tinha feito como alternativa era das  
4755 espécies em questão, reforçava essa visão das espécies-problema. Como é  
4756 Resolução ela regulamenta a lei, cria critérios e padrões para as lacunas da lei.

4757

4758

4759 **O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) –**  
4760 Mas isso vai ser um foco atrativo colado na pista.

4761

4762

4763 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP) –** Mas isso nós pode deixar como um  
4764 destaque para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, se nós achamos que  
4765 as espécies-problema devem constar como um padrão. Um critério a ser  
4766 adotado na destruição aqui na hora do plano de manejo, podemos deixar,  
4767 depois se vai ser conflitante com a lei ou não é para a Câmara Técnica de  
4768 Assuntos Jurídicos. Em meu entendimento.

4769

4770

4771 **O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) –**  
4772 O que eu estou questionando é que pela proximidade da pista está na lei e  
4773 para mim a lei está certa por isso, porque do lado da pista aquele ovo que está  
4774 ali não me interessa se o que vai sair é um urubu ou um beija-flor, ele é um  
4775 foco atrativo, vai um roedor comer aquele ovo, e aí um roedor vai atrair uma  
4776 coruja e aí a coruja pode atrair uma ave maior. É cadeia alimentar, é isso que  
4777 estou dizendo, ovo é alimento e alimento disponível do lado da pista do  
4778 aeroporto é foco atrativo.

4779

4780

4781 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
4782 **de Janeiro) –** Eu fico um pouco temeroso de nós na realidade abriremos  
4783 genericamente dessa maneira todo e qualquer ovo e toda e qualquer  
4784 nidificação, embora o que você está colocando, Rubens, seja real. Eu acho que  
4785 devemos deixar mesmo espécies-problema, vamos deixar fechado, isso é uma  
4786 matéria polêmica, conflitante, difícil. Nós estamos aqui, volta e meia cada  
4787 palavra que muda isso é muito difícil. Então eu acho que está consensuado e  
4788 acho que dessa maneira ficaria. O que não impede. Rubens, de quando o teu  
4789 problema, na análise do teu diagnóstico daquele plano você tiver  
4790 especificamente um problema vinculado à existência de ovos, seja de qualquer  
4791 natureza na tua área operacional, você propor uma medida dessa que o órgão  
4792 vai analisar. Isso é diferente. Ela entra como uma possibilidade que teu plano,  
4793 o teu diagnóstico vai demonstrar. Nós aqui não vamos conseguir demonstrar  
4794 todas as possibilidades existentes. Então, eu acho que isso fica, nesse  
4795 momento fica melhor. E não vamos mexer nisso não que eu acho problemático.

4796

4797

4798 **O SR. AYRTON KLIER PÉRES JR. (UnB) –** Só para complementar, concordo  
4799 com o Rubens e concordo com o Carlos também. É complicado mexer nisso,  
4800 eu acho que não devemos mexer, mas até foi dito, acho que até você Lisiane,  
4801 falou que... Então, o ideal é que a área operacional fosse estéril, esse seria o  
4802 ideal, mas nós nunca vamos conseguir chegar no ideal e no risco zero, mesmo  
4803 porque tem questões polêmicas no meio, mas na área operacional o ideal seria  
4804 não ter nenhuma árvore, não ter nenhum ninho, não ter nem a grama, até a  
4805 grama sintética seria o ideal, mas enfim, é complicado.

4806

4807

4808 **O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) –**  
4809 Eu gostaria então de sugerir, já que o espécie problema deve continuar, que  
4810 nós pontuemos então na área operacional do aeródromo, porque aí podemos  
4811 tirar a espécie problema e colocar coleta e destruição de ovos e ninhos na área  
4812 operacional do aeródromo, que é a pista e a cercania imediata. *Lá só se for*  
4813 *problema, é patrimonial.*

4814

4815

4816 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
4817 **de Janeiro) –** Quando for identificado no diagnóstico, gente, diagnóstico é o  
4818 todo, diagnóstico é o papel inicial de um Eia/Rima, de qualquer coisa, ele que  
4819 vai dar a natureza e a profundidade das ações que eu devo tomar, ações  
4820 corretivas, ações preventivas e ações de toda ordem. Se nós identificarmos e

4821vincularmos uma vinculação direta com a questão de ovos e qualquer outra  
4822coisa, aí faz-se uma menção direta para aquele caso específico, mas colocar  
4823assim na lei é muito ruim. Eu acho muito ruim.

4824

4825

4826**O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) –**

4827Eu acho que assim estamos fechando de uma vez a porta, e a autoridade  
4828ambiental que for olhar o plano vai dizer: não, mas essa espécie não é  
4829problema.

4830

4831

4832**A SR<sup>a</sup>. JOANA AURÉLIA (Anamma Norte) –** Eu acho que ali quando ele fala

4833assim, quando as ações anteriores, por se tratar de um plano podemos mudar  
4834para quando a atual ação não tiver sendo eficaz, porque já que o plano está  
4835prevendo o futuro, não teve planos anteriores. Eu acho que essa é a discussão  
4836anterior. Que ele não tiver sendo eficaz ou suficiente conforme demonstrar o  
4837relatório, porque ali ele está falando das ações anteriores e como está  
4838demonstrado no relatório. Então, dá para colocar isso, dá para colocar quando  
4839as ações não estiveram sendo eficazes, no presente. Tira anteriores.

4840

4841

4842**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**

4843**de Janeiro) –** Na realidade tem essa proposta debaixo que não foi batido o  
4844martelo.

4845

4846

4847**O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD) –** Repete de novo esse item

4848acrescentando o que ela está sugerindo.

4849

4850

4851**A SR<sup>a</sup>. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste) –** Se ele vai

4852tirar a parte do plano, pode deixar ali. Eu acho que não faz muito sentido  
4853porque assim como haviam dito o ninho o vai ter que ser retirado da qualquer  
4854forma, mesmo que for antes, durante ou depois ele vai ter que ser retirado de  
4855qualquer forma. Então, eu acho que o mais correto seria a proposição em  
4856vermelho mesmo.

4857

4858

4859**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP) –** A única dúvida que estava pairando

4860aqui era em relação à espécie problema ou não. Porque nós estamos fazendo  
4861o plano, elaborando o plano para ser aprovado e ali tem que estar descrito tudo  
4862o que nós queremos, uma das coisas que achamos é essencial e inevitável é a  
4863coleta e a destruição de ovos e ninhos, e aí ficou a questão das espécies-  
4864problema, se fica ou não. Se nós adentrarmos com o problema, da espécie  
4865problema ou se nós deixamos isso a cargo da Câmara Técnica de Assuntos  
4866Jurídicos. Agora, na nossa Câmara Técnica que é de mérito o nosso  
4867entendimento é que inicialmente se trata de espécies-problema, que situações  
4868específicas sejam colocadas de acordo com o censo, com todo o  
4869monitoramento.

4870

4871

4872 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Posso só falar uma coisa? Na verdade,  
4873 se vocês forem analisar bem, até o Carlos tinha comentado isso antes do  
4874 almoço, que essa proposta aí ela já contém dentro dela um conflito de conceito  
4875 porque ali fala coleta e destruição de ovos e ninhos quando as ações anteriores  
4876 não forem eficazes o suficiente para evitar a nidificação. Quer dizer, o ninho e a  
4877 nidificação, o ninho já está lá e a nidificação está lá. Então, ela já não faz  
4878 mesmo sentido do jeito que ela foi concebida.

4879

4880

4881 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Pelo meu entendimento nós estamos  
4882 substituindo a proposta pela do MCTI, que é só a coleta e destruição de ovos.

4883

4884

4885 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Só estou qualificando só o  
4886 contrassenso que a própria proposta já tem dentro dela.

4887

4888

4889 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Todos esclarecidos?

4890

4891

4892 **A SR<sup>a</sup>. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste)** – Eu acho  
4893 que já pode então... É isso.

4894

4895

4896 **O SR. MAJOR JOÃO SOARES DA COSTA VIEIRA (CNCG)** – Eu discordo.  
4897 'CNCJ' discorda.

4898

4899

4900 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Podemos aprovar?

4901

4902

4903 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Eu só queria fazer uma nota em  
4904 respeito ao Marcelo que não está aí, que ele na verdade ele teve uma  
4905 discordância dessa proposta. Então, eu acho que nós deveríamos falar com  
4906 ele, conversar com ele para ver se ele concorda, porque eu coloquei esse  
4907 argumento com outras palavras e ele não concordou. Então, só queria que ele  
4908 não ficasse de fora dessa discussão, eu acho que seria...

4909

4910

4911 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Com certeza ele vai olhar e vai dar  
4912 um contraponto, se houver, agora, a Câmara Técnica, eu estou substituindo, eu  
4913 estou substituindo, eu sou a vice-presidente da Câmara Técnica, então estou  
4914 substituindo o Marcelo. Então, se a Câmara Técnica tiver unanimidade como  
4915 está sendo o caso aqui, tem uma... Abstenção ou contrário?

4916

4917

4918 **O SR. MAJOR JOÃO SOARES DA COSTA VIEIRA (CNCG)** – Sou contrário.  
4919 Eu faço essa análise da seguinte forma, estou fazendo uma análise bem  
4920 jurídica da coisa, eu estou entendendo que do jeito que está aí está diferente

4921da lei. Então, concordo com a proposta do Marcelo que nós tínhamos que  
4922realmente colocar uma exceção, do jeito que está aí para fins de fiscalização,  
4923eu estou falando como órgão de fiscalização, é temerário, de repente pode  
4924pegar lá o plano, observar a lei e observar a Resolução e chegar à conclusão  
4925que o aeródromo, o gestor está agindo de forma irregular. Então, eu acho que  
4926precisava deixar mais claro.

4927

4928

4929**O SR. LUIS PARIS (Infraero)** - João, se não me engano o art. 8º pode abrir  
4930esse espaço para colocar a complementação que o Marcelino propôs hoje de  
4931manhã. Eu entendo que como plano, como a diretriz para desenvolver o plano,  
4932da forma que está, está adequado. Essa parte que você está falando que o  
4933Marcelino propôs hoje de manhã eu acho que fica melhor enquadrado, para  
4934poder ter o consenso, fica melhor enquadrado no art. 8º. Não é isso João?

4935

4936

4937**O SR. MAJOR JOÃO SOARES DA COSTA VIEIRA (CNCG)** – Eu acho que  
4938não pode ir para o 8º que eu estou fazendo uma exceção aí no 4º. Então, tem  
4939que fazer a exceção aí não no 8º. Eu tenho que me referir a esse daí. Mas é só  
4940posicionamento.

4941

4942

4943**O SR. LUIS PARIS (Infraero)** - Na verdade nós estamos falando como o plano  
4944vai ser desenvolvido, as etapas do plano. O item que o Marcelino propôs hoje  
4945de manhã fala sobre a ação anterior à existência de plano, que no caso é  
4946executar, enfim, a destruição dos ovos. E aí isso se enquadraria melhor, nós  
4947estávamos conversando há pouco sobre isso, se enquadraria melhor no art. 8º  
4948porque lá você vai falar de abate. É isso João Carlos? O art. 8º que você  
4949estava defendendo, se enquadraria melhor ali.

4950

4951

4952**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Porque eu  
4953estava colocando, porque que tudo que nós estamos tratando aqui agora nesse  
4954pedaço do texto é em relação à elaboração do plano, é papel, é aquela pessoa  
4955que vai chegar hoje lá no aeroporto e vai ter que seguir regras para fazer o  
4956trabalho, que é o plano. Então, aqui quando você começa a colocar restrições,  
4957medo demais em relação há uma coisa que está no plano, você trava  
4958completamente a ação e a ação é o art. 8º que trata exatamente do  
4959procedimento a ser efetuado em relação aquele problema. Por isso que eu  
4960acho que nós estamos colocando muito problema na criação do plano sendo  
4961que aqui ainda é papel, nós estamos fazendo um documento de papel, que  
4962aquela pessoas vai encaminhar para o órgão ambiental, vai repassar, o órgão  
4963ambiental dando o ok vai ser o manual de procedimento dentro do aeroporto.  
4964Por isso que eu acho que aqui não é a hora ainda de colocar tantos problemas  
4965porque, ou tantas restrições, porque a ação é no 8º.

4966

4967

4968**A SRª. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Só quero lembrar que hoje de  
4969manhã eu comentei que a própria lei define abate como a morte em qualquer  
4970fase de vida. Então, nesse sentido se colocaria, na sugestão anterior se

4971 colocaria a exceção dentro do art. 8º porque o abate envolve qualquer ciclo de  
4972 vida. Está lá na definição. Estou falando... É que hoje de manhã você perdeu  
4973 essa discussão, mas de manhã nós estávamos falando que essa coleta  
4974 de destruição de ovos ela é um abate, só que ela vai ser uma exceção de um  
4975 abate porque aqui ela vai ser... Inclusive evoluímos para uma questão de  
4976 necessidade. Então, já não é mais uma exceção, ela já é uma regra. Então,  
4977 não entendo o que você quer colocar no art. 8º porque aqui ela já está na  
4978 ordem, você está fazendo o papel para ser aprovado que diz assim: eu preciso  
4979 coletar e destruir ovos, está no plano. Ponto. Para mim, não entendo, talvez  
4980 possa esclarecer o que entra no art. 8º.

4981

4982

4983 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – O que eu  
4984 estou dizendo é que eu concordo com o que está em vermelho, desde o início  
4985 eu estou colocando que eu concordo no que está em vermelho porque quando  
4986 coloca as ações, quando você me chamou eu peguei a conversa do meio no  
4987 caminho. Então, quando eu conversei com o colega da Infraero, a minha  
4988 preocupação é quando você coloca quando as ações anteriores não forem...  
4989 Você está colocando muita exceção em cima disso, por isso que estou  
4990 dizendo, porque eu peguei a conversa aqui no meio quando ele me chamou.  
4991 Então, não sei se...

4992

4993

4994 **O SR. LUIS PARIS (Infraero)** - Chamei pelo seguinte, na verdade o João, o  
4995 Major João comentou que era necessário colocar ali, ele não concordava com  
4996 a forma como está, foi isso que você falou, porque era necessário colocar a  
4997 complementação que o Marcelino falou sobre a necessidade de não... Se as  
4998 outras ações não tivessem sucesso, que você pudesse realizar a destruição  
4999 dos ovos. Basicamente foi isso que ele falou. E aí você falou que era  
5000 necessário isso, daí nós falamos que era melhor colocar isso dentro do art. 8º,  
5001 que ele tem mais coerência. E aí João estava comentando comigo lá fora que  
5002 realmente a ação é o art. 8º. Então, quando você pensa o seguinte, eu estou  
5003 propondo um plano e aí eu vou propor dentro do meu plano que eu tenho que  
5004 fazer a destruição dos ovos, e é isso que estamos falando agora com o texto  
5005 em vermelho, e se antes de fazer o plano eu preciso fazer a destruição dos  
5006 ovos, como é que fica? Fica previsto no art. 8º.

5007

5008

5009 **A SRª. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste)** – Não existe  
5010 essa opção, não tem como você fazer a coleta e a destruição sem o plano de  
5011 manejo, para você fazer isso o seu plano de manejo tem que ser autorizado  
5012 pelo órgão ambiental.

5013

5014

5015 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

5016

5017

5018 **A SRª. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste)** – Não. Eu  
5019 acho que não era bem essa a exceção que ele estava se referindo não.

5020

5021

5022**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – deixa para amanhã essa questão. Sabe  
5023por que eu estou propondo deixar para amanhã? Porque ele tinha outra ideia...

5024

5025

5026**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Encaminhamento. Nós estamos num  
5027impasse que nós estamos voltando a questões que já foram discutidas,  
5028redundantes. Então, nós temos essas duas propostas, a que estava feita, a  
5029proposta substitutiva e essa de hoje. Então, quem sabe deixamos isso para  
5030uma discussão para ver o contraponto de quem elaborou a proposta  
5031substitutiva. Podemos avançar? Fica para amanhã.

5032

5033

5034**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Ficou para amanhã?

5035

5036

5037**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP)** – Ficou. E agora nós vamos deixar as  
5038propostas de definições que estavam pendentes. Vamos adiantar os serviços.  
5039Definição de direto e indireto.

5040

5041

5042**O SR. TARCÍSIO LYRA DOS SANTOS ABREU (UnB)** – A definição de  
5043espécies que representam riscos seria no caso só representam riscos indiretos  
5044à aviação, porque as com risco direto já seria meio óbvio, seriam as espécies-  
5045problema. Bom, a definição das espécies que representam risco e não  
5046necessariamente do que é o risco indireto. Espécie da fauna nativa, exótica ou  
5047doméstica, que embora não interfiram diretamente na segurança operacional  
5048da aviação, atuem como foco atrativo para outras espécies-problema. Ou  
5049outras espécies de animais que comprometam a segurança operacional. Mais  
5050simples.

5051

5052

5053*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

5054

5055

5056**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
5057**de Janeiro)** – Eu tinha sentido falta e engoli mosca de manhã, de um conceito  
5058que está na lei e não prevemos ele na Resolução, que era justamente o  
5059conceito 22 que está na lei... Desculpa. 22 não, perdão, 21, segurança  
5060operacional. Eu tinha sentido falta dela porque para o diagnóstico, estabelecer  
5061o diagnóstico eu vou precisar me referir justamente a esse termo e a lei já traz  
5062essa definição, como nós estamos introduzindo aqui mais um conceito que  
5063seria de risco indireto, eu acho que nós poderíamos aqui trazer para o corpo da  
5064Resolução esse conceito que está na lei, não atrapalha em nada. Até porque  
5065essa própria denominação, conceituação do risco direto fala em segurança  
5066operacional. Então, eu acho, fica a minha proposta de incluirmos mais essa  
5067definição.

5068

5069

5070 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Se  
5071 entendi a definição também de espécie risco direto. É isso que você falou?

5072

5073

5074 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio  
5075 de Janeiro)** – Segurança operacional que está na lei, é só trazer.

5076

5077

5078 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Se  
5079 fazemos alguma menção a ela tem que colocar. Vamos incluir. Ficou essa  
5080 proposta. Essa proposta já foi votada ou não? Acabou de ser digitada. Vamos  
5081 lá, vamos tentar aproveitar, temos hoje até as 20h00 para seguir aqui. Não  
5082 posso atrapalhar, tenho que ver depois disso aí, se tiver alguma situação nós  
5083 trazemos aqui amanhã. Então, a proposta, está em votação essa proposta  
5084 agora que é esse Inciso XIII relativo a conceituação. Então, espécies que  
5085 representam risco indireto. Espécies da fauna nativa, exótica ou doméstica,  
5086 que embora não interfiram diretamente na segurança operacional da aviação,  
5087 atuem como foco atrativo para espécies-problema. Eu faço uma proposta aqui  
5088 que nós podemos, como está falando o profissional, podemos colocar um novo  
5089 conceito como podemos substituir o que está aí sem perda do mérito. Espécies  
5090 da flora nativa, exótica e doméstica, que embora não represente risco direto à  
5091 colisão com aeronaves, mas que atue como foco atrativo.

5092

5093

5094 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Eu tenho uma  
5095 dúvida aqui porque normalmente fazemos a definição de algo quando esse  
5096 algo no texto está sem o entendimento geral. Eu não vi no texto nada que  
5097 remita a espécie que não representa o risco indireto. Procurei aqui não achei.

5098

5099

5100 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
5101 Quem puxou isso, e eu concordo, foi a Lisiane que puxou e puxou correto  
5102 porque se trata de risco direto e indireto. 4.1B só mostrar para ele. Art. 4º 1B:  
5103 inventário das espécies que representam direta ou indiretamente risco à  
5104 operação do aeródromo. Bom, então quer colocar? Porque se lá embaixo está  
5105 falando segurança operacional, então, podemos colocar.

5106

5107

5108 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio  
5109 de Janeiro)** – Não é só por aí não, é porque ele traz na lei e quando do  
5110 diagnóstico, que a pessoa for escrever no plano, ele vai ter que se referir à  
5111 segurança operacional, não tem jeito. E como a lei já trouxe um conceito, nós  
5112 simplesmente remetíamos para cá. Só isso.

5113

5114

5115 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
5116 Então, vamos inclui-lo logo, agora vamos fazer o seguinte, vamos já fazendo um  
5117 pequeno ajuste aqui, esse item 13 como é ordem alfabética, ele é 14? Na  
5118 verdade vamos copiar aqui e colocar logo em seguida na ordem alfabética para  
5119 não esquecermos. Depois numeramos, o departamento de frase depois faz

5120todas essas correções. Então, logo após espécie problema nós podemos abrir  
5121aí no Inciso VII nós abrimos, coloca como Inciso VIII, depois nós reenumeramos.  
5122Então, vai entrar segurança operacional, vamos ler digitar logo direto, já fica  
5123esse trabalho feito.

5124

5125

5126**A SR<sup>a</sup>. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste)** – Nessa  
5127sequência mesmo? Esse segurança operacional?

5128

5129

5130**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
5131Ordem alfabética, vamos ter que respeitar a ordem alfabética. Então,  
5132segurança operacional ele virá aí.

5133

5134

5135**A SR<sup>a</sup>. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste)** – Depois do  
5136quase.

5137

5138

5139**O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Eu posso ler uma  
5140definição antes que fale de segurança operacional sem antes ter visto definição  
5141de segurança operacional. Então, segurança operacional a definição tem que  
5142vir antes desse risco indireto aí.

5143

5144

5145**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
5146Bom, até onde eu sei a técnica legislativa esses incisos na situação eles  
5147obedecem ordem alfabética da primeira palavra que começa, mas  
5148independente disso a ordem não vai alterar porque são conceitos, o que  
5149importa é que eles estejam aí.

5150

5151

5152**O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Quando você está falando  
5153em risco indireto vocês está falando de risco indireto, coloca como item 4, sei  
5154lá. E aí vem de espécie e risco operacional, que é risco operacional tem que ir  
5155até lá embaixo para ver.

5156

5157

5158**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Na  
5159verdade quando você está lendo o dispositivo, quando você está lendo a  
5160Resolução que encontra aquilo lá, o que é aquilo? Então, você vai procurar no  
5161art. 2º que é onde estão os conceitos e lá em ordem alfabética. Aí não tem um  
5162fio lógico, não precisa ter, é ordem alfabética que você só vai buscá-lo quando  
5163você tiver dúvida, como foi a dúvida que Lisiane levantou aquela hora, mas  
5164quem falou o que é espécie que indiretamente que causam problema. Então é  
5165isso. E aí vem, para mim segurança operacional era uma coisa evidente, mas  
5166assim, é autoexplicativa, mas como tem na lei vamos colocar, de qualquer  
5167maneira... Então vou ler o novo inciso: segurança operacional é o estado em  
5168que o risco de lesões às pessoas ou de danos aos bens, se reduz e se mantém  
5169em um nível aceitável ou abaixo deste, por meio de um processo contínuo de

5170identificação de perigos e gestão de riscos. Não vou fazer correções  
5171ortográficas aí, a lei colocou assim, assim ficará, depois nós vemos. Temos  
5172mais algum conceito que ficou a ser colocado? Não. Então, vamos voltar, está  
5173aprovado esse novo inciso, vamos voltar então, aprovado. Ficou lá aprovado,  
5174voltar lá, por favor. Aí. Aprovado. Onde nós paramos? Tinha a definição de  
5175espécie problema. Vamos voltar ao conceito de espécie problema que tinha  
5176aquele adendo ao conceito, que aí acho que vocês ficaram de fazer, ou a  
5177Lisiane? É em concentração.

5178

5179

5180**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP) –** Tenho duas propostas.

5181

5182

5183**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** Ok.

5184Vamos escrever as duas então.

5185

5186

5187**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP) –** Pode copiar e depois de operacional  
5188da aviação, que interfira em função do estímulo, isso eu copei de um artigo da  
5189lei, em função do estímulo, desenvolvimento ou permissão de atividades com  
5190potencial de atração dessas espécies. Eu copiei da lei essa segunda parte. E a  
5191segunda opção, a outra, que vai também até aviação em função da presença...

5192

5193

5194**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**

5195Copia novamente o item VII, como está lá em cima, cola novamente, o  
5196primeiro. Vamos seguir depois de aviação, em função.

5197

5198

5199**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP) –** Em função da presença de  
5200atividades atrativas ou de potencial atrativo para essas espécies. Ambas são  
5201tiradas da lei. A 12.725.

5202

5203

5204**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** Só

5205para localizar, em qual parte da lei?

5206

5207

5208**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP) –** Uma é a primeira, ela se refere ao  
5209art. 7º da infração, que é estimular, desenvolver, permitir que se desenvolva  
5210atividades com potencial de atração de espécies, consideradas proibidas no  
5211interior da Ásia. E a outra está mais acima, que eu juntei duas, até porque a  
5212espécie problema ela decorre em função, hoje de manhã foi colocado que por  
5213serem muitas as atividades que poderiam, então tentei resumir de acordo com  
5214as palavras que estavam na lei. Então, é aquilo que atrai a fauna. Atrair  
5215certamente e aquilo que é potencialmente atrativo para a fauna. Estou tentando  
5216achar aqui onde está.

5217

5218

52190 **SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
5220Vou inicialmente dar a palavra aos Conselheiros, se vocês quiserem abrir mão,  
5221você pediu a palavra, mas o Carlos e depois ao João.

5222

5223

5224**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
5225**de Janeiro) –** A primeira proposta ela não me desagrada muito porque ela fala  
5226em função do estímulo, desenvolvimento ou permissão de atividades de  
5227potencial atração de aves. Nós estamos falando do plano de manejo, dentro de  
5228uma área patrimonial. Esses termos soam muito mal, estimular, desenvolver,  
5229nada disso. A segunda já é mais simpática em função da presença, ou seja,  
5230ninguém está estimulado nada, mas já existe na área patrimonial atividades  
5231atrativas ou de potencial atrativos para a espécie. Eu não vejo muita  
5232necessidade, eu acho que o texto como estava está bom, mas não me oponho  
5233à segunda.

5234

5235

5236**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP) –** Por que eu coloquei de manhã isso  
5237aí? Porque eu pensei que você tinha se inteirado com o texto, porque você não  
5238estava aqui de manhã. Por que é espécie problema? Porque a lei fala em  
5239espécie problema, só que é aquela questão didático-pedagógica que nem os  
5240morcegos são nocivos. Então, as espécies são problemas. Então, nós  
5241inúmeras espécies-problema, mas ela é problema por quê? A espécie não é  
5242problema, o problema é em função do que ocasionou a vinda dela para lá.  
5243Então, de manhã meio que se consensuou que em algum lugar nós diríamos  
5244que essa espécie é problema, mas a espécie em si não é o problema, o  
5245problema é ocasionado em função de uma conjuntura. Então, para não conflitar  
5246com lei, mas ao mesmo tempo dar um caráter mais didático, mais ambiental, à  
5247questão, então completar por que ela é considerada uma espécie problema,  
5248em si não basta ser urubu para ser problema, não basta ser carcará para ser  
5249um problema.

5250

5251

5252**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA) –** Esse  
5253problema cria um problema porque é simples, porque de não tiver nenhum, se  
5254não tiver nenhum estímulo, nenhum estímulo ao desenvolvimento ou  
5255permissão de atividade, não tiver na em volta, não tiver atividade atrativa ou  
5256potencial atrativo, se não tiver nada disso em volta e a espécie está lá, ela não  
5257é problema? Não. Ela é problema. Segundo a lei espécie problema é espécie  
5258da fauna nativa exótica que interfira na segurança operacional da aviação.  
5259Então, por exemplo, se, vamos dizer aqui que, sei lá, falaram hoje do biguá, se  
5260biguá passa por ali sempre, ele só passa, ou seja, ele não tem nenhum  
5261estímulo, não tem uma atividade, não tem potencial atrativo, ele passa por ali  
5262porque ele gosta, ele acha bonito passar por ali, ele é o problema para a  
5263segurança operacional da aviação. Nesse caso específico aqui é um problema,  
5264não é por que... Se tiver o lixão do lado, pelo que lembro aqui aquela, eu acho  
5265que ASA, a ASA vai colocar restrição. Então, até vi aqui o nome do proprietário  
5266rural aqui, se o meu proprietário rural estiver em volta ali ele vai ter que  
5267submeter ao programa. Eu estou lendo a lei aqui, as propriedades rurais  
5268incorporadas à área também estão sujeitas a restrições específicas pelo GRF.

5269Então, ou seja, se eu sou a fonte atrativa, propriedade rural, eu vou ter que me  
5270adequar.

5271

5272

**5273O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**

5274Deixa-me fazer uma ponderação porque essa questão que foi colocada, deixa-  
5275me olhar primeiro o inciso VII que para mim está mais apreciado, o que está  
5276em azul. Eu sei para transcrição dá para perceber, mas é a proposta que foi  
5277colocada, ela está apreciada. A questão de acrescentar, fazer esse adendo a  
5278esse conceito foi uma questão levantada aqui pela Lisiane em termos  
5279educativos, essa coisa de espécies-problema. Eu sei que tem uma questão  
5280educativa, entendo, acho interessante colocar, porém, nós temos que ter a  
5281preocupação de ao colocar esse adendo nós não criarmos uma exceção,  
5282porque sempre que categorizamos, ou classifica, ou adjetivamos alguma coisa  
5283como essa, como espécie, nós podemos deixar alguma coisa de fora, e essa  
5284possibilidade levantada pelo João é real, você pode ter espécies que ocorrem  
5285naturalmente naquele local e que ele não é atraída, ela já ocorria lá, não é  
5286atraída, já ocorria. Mas assim, eu quero preservar a tua proposta, a tua  
5287proposta é assim, é que é uma questão didática que a espécie problema  
5288tornou-se problema porque chegou ali o aeródromo, ela já estava lá, a espécie,  
5289e chegou o aeródromo. Essa é uma coisa. A segunda coisa é ela está aqui, ela  
5290se mantém ali porque existe foco de atração, que é o que está sendo posto  
5291aqui. Então, esse adendo apenas trata dos focos de atração que mantêm a  
5292espécie ali ou que atraem, mas ele não está tratando das espécies que já  
5293existiam ali e que quando colocou aeroporto elas continuaram ali. Então, eu  
5294acho que já que vamos colocar o adendo vamos ter que contemplar essas  
5295duas situações para não ficar, não ter essa interpretação. Digo, olha, essa  
5296espécie aqui não é atraída por nada, ela está aqui.

5297

5298

**5299O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA) –** Só para

5300terminar a minha colocação aqui, por que o que acontece? Se você colocar  
5301qualquer uma dessas pós-vírgula aí, se não tiver o atrativo ou o potencial  
5302atrativo, ou estímulo e etc., ela não se enquadra como espécie problema,  
5303então, ela não se enquadra no texto da Resolução quando eu falei espécie  
5304problema. Sim. Mas aí em função, se não tiver essa função você tem que tirar  
5305tudo, deixar como estava, originalmente como está na lei.

5306

5307

**5308A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP) –** Aqui na própria lei no art. 6º e 7º, do

5309art. 2º ele fala atividade atrativa de fauna e atividades potencial atrativa de  
5310fauna. Então, ela fala essas duas situações. A tua rural onde está aqui?

5311

5312

**5313O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA) –** Minha rural

5314estava mais...

5315

5316

**5317O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**

5318Enquanto vocês acham posso abrir a palavra para a Coronel Rubens.

5319

5320

**5321O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) –**  
5322A lei ela fala da parte de dentro do aeródromo e da parte de fora do aeródromo,  
5323na parte de fora de aeródromo a nossa realidade hoje nacional é a que os  
5324senhores bem pontuaram, problema de saneamento básico em diversas  
5325cidades que atraem uma grande quantidade de aves. Se mudarmos a definição  
5326para qualquer uma das propostas, nós estamos focando somente nessas aves  
5327que são atraídas por esses atrativos, ou seja, resumindo basicamente, o urubu  
5328de cabeça preta, garça. Nós estamos deixando de fora outras aves que  
5329oferecem risco para a aviação, que é o objetivo da lei, definir que a espécie que  
5330oferece risco para aviação é chamada de problema para o contexto da lei.  
5331Então, se nós colocarmos alguma coisa nós estamos, por exemplo, tirando o  
5332exemplo de Joinville que tem em um período do ano 400, 500 aves passando  
5333pelo aeroporto. O aeroporto está construído, é fato. Então, nós temos que fazer  
5334alguma coisa para que essas aves não passem pelo aeroporto.

5335

5336

**5337O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** Eu  
5338tenho uma proposta a fazer no sentido de contemplar as duas situações. É que  
5339assim, é importante entender a preocupação do pessoal, que eu entendo.  
5340Então, vou colocar uma proposta assim bem didática, seria aproveitando o azul  
5341lá: espécie problema, espécie da fauna nativa, exótica ou doméstica que  
5342interfira na segurança operacional da aviação. Vou colocar aqui um texto para  
5343depois fazer um ajuste no texto. Vamos colocar, assim consideradas a partir da  
5344existência do aeródromo no seu local de ocorrência, ou porque são atraídas, ou  
5345por que não, ou presentes em função da atividades atrativas ou de potencial  
5346atrativo. Eu acho que atende a questão do conceito didático que você quer e  
5347não fica ninguém de fora. Até as minhocas que por um motivo atraindo o gavião  
5348minhoqueiro está lá. Vamos olhar para ver se nada fica de fora. Vou repetir.  
5349Espécie problema, espécie da fauna nativa, exótica ou doméstica que interfira  
5350na segurança operacional da aviação, assim consideradas a partir da  
5351existência do aeródromo no seu local de ocorrência, pode ser direto, no seu  
5352local de ocorrência, ou presentes em função de atividades atrativas, ou de  
5353potencial atrativo. Então, eu acho que assim atende a questão didática. Ok?  
5354Fica essa proposta, as outras morrem e fica essa que torna se vermelha agora.  
5355E pergunto aos Conselheiros se podemos aprová-la? Ok?

5356

5357

**5358O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
5359**de Janeiro) –** Achei a sua colocação muito boa, a partir da existência do  
5360aeródromo no seu local de ocorrência. Ponto. Eu acho que essa questão da  
5361atrativa sempre que ocorrer vai ter uma atração, quer seja a segurança, quer  
5362seja a alimentação, quer seja ela qual for.

5363

5364

**5365O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** No  
5366momento que fazemos isso de novo estamos criando uma situação de tirar  
5367alguém, a espécie que poderia não ocorrer ali e que passa a ocorrer porque

5368por algum motivo são atraídas. Vamos manter assim que cobrimos todo o  
5369leque, todo o espectro e não fica nada de fora.

5370

5371

5372**O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) –**

5373Só um adendo. O que ele falou é interessante porque nós temos uma  
5374tendência a simplificar achando que é tudo em função de resíduo sólido, mas  
5375muitas vezes a própria especulação financeira no entorno dos aeroportos faz  
5376com que a única área verde do Município seja o aeroporto. Então, o aeroporto  
5377se torna atrativo por ser abrigo, por ser o local menos alterado de todo.

5378

5379

5380**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**

5381Mas isso muda o que está ali? Se não muda vamos deixar como está.

5382

5383

5384**O SR. MAJOR JOÃO SOARES DA COSTA VIEIRA (CNCG) –** Respeito o

5385posicionamento de todos, mas o meu posicionamento é pelo texto original, até  
5386porque eu entendo que a nossa Resolução bem ou mal ela está muito  
5387amarrada na lei e ela não pode ser diferente. A lei já definiu e eu fico com texto  
5388original.

5389

5390

5391**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** Só

5392vou fazer uma intervenção, porque assim, desde que não mexamos no mérito  
5393podemos fazer o adendo sim, só não pode interferir no mérito do que está lá.  
5394Então, como está ali proposto nós não interferimos no mérito. Essa é a minha  
5395preocupação te ser todo esse espectro colocado nesse adendo para não  
5396interferir no mérito.

5397

5398

5399**O SR. IVAN TEIXEIRA (Ibama) –** Queria coloca uma pequena colocação,

5400exemplificativo de um caso que eu fiquei sabendo ano passado, acho que foi  
5401por causa de construção do Sudoeste tinham umas pombas que viviam em  
5402uma dada região, nas cercanias, teve supressão de vegetação, não era  
5403nenhuma área de assim relevância para conservação, mas só um lugar onde o  
5404pombo dormia, e foram para um colégio, o colégio começou a ter problema.  
5405Quer dizer, você também pode ter um... O aeroporto ou qualquer outra área se  
5406insere num contexto dinâmico de paisagem, você pode ter ações externas que  
5407podem estar bem distantes e que você poderia pensar, bom, mas isso daqui,  
5408talvez não pudesse nem entrar dentro como um foco de problema para um  
5409aeroporto, mas acaba virando um problema. No caso a supressão de  
5410vegetação numa área que não tinha nada a ver com o colégio, nesse exemplo,  
5411acabou virando um problema. Então, você tem fatores externos, e se não me  
5412engano essa questão do Tapicuru em Joinville, ninguém sabe explicar o porquê  
5413ele começou a parecer do nada, antes não tinha. É uma questão muito  
5414complexa.

5415

5416

5417 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Vou manter a  
5418 minha coerência aqui com o João, concordo com ele do texto original. Por quê?  
5419 Porque tem um termo ali bem pequeno, mas é a palavra ou. Então, vamos  
5420 fazer uma leitura diferente na proposta em vermelho. Espécie problema:  
5421 espécie da fauna nativa, exótica ou doméstica, que interfira na segurança  
5422 operacional da aviação. Aí tem o ou na linha de baixo. É a de cima ou de baixo.  
5423 Assim consideradas a partir da existência do aeródromo ou presente em  
5424 função das atividades. Então, coloca espécies nativas... De segurança da  
5425 aviação, presentes em função de atividades de atrativas ou de potencial  
5426 atrativo. Se você coloca a palavra ou, ou é porque o aeroporto está lá, ou...

5427

5428

5429 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
5430 João. Temos que entender, você está fazendo um ajuste no texto ali.

5431

5432

5433 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Não. Não  
5434 estou fazendo ajuste no texto, estou justificando o porquê do meu. É uma  
5435 interpretação porque se você colocar ou é porque está o aeroporto, ou é por  
5436 conta de atividade atrativa. Então está lá. Então, vamos colocar em textos  
5437 diferentes ou um, ou outro, operacional de avaliação em função de atividades  
5438 atrativas ou de potencial atrativo. O fato de estar colocado isso aí, a espécie  
5439 problema só é espécie problema quando ela tiver em função da atividade  
5440 atrativa ou de potencial atrativo, ou seja, se não tiver uma atividade atrativa ou  
5441 potencial atrativo, vou dar o exemplo que do nada pareceu lá, ela não é uma  
5442 espécie problema. Entendeu? E o outro é assim, da existência do aeródromo.  
5443 Entendeu? Eu acho que estamos tentando criar um problema tão grande para  
5444 algo que a lei colocou claramente, que é o operacional na aviação. Ponto.  
5445 Como está a lei, porque nós estamos tentando aqui, o que nós estamos  
5446 tentando trazer aqui é tirar aquele cartaz de procurado dos filmes de banguê-  
5447 banguê da cabeça do passarinho que está lá, do pássaro que está lá, só que o  
5448 modo como estão tentando colocar e vamos tentar colocar várias coisas aqui e  
5449 não vai dar, porque vai ficar, porque para aquela área, para a segurança  
5450 operacional da aviação naquele local ali ele é um problema, criou-se um  
5451 problema, o problema está ali ou porque foi atrativo ou porque é natural, ou  
5452 porque é o único lugar verde que está ali, mas é um problema de qualquer  
5453 jeito. Então, como está na lei que termina operacional da aviação. Ponto.  
5454 Porque se nós começarmos a colocar muita vírgula depois, nós do nada,  
5455 porque tudo é interpretação, vai acontecer que alguém vai interpretar de um  
5456 jeito, aquele ali por conta de uma atividade que teve perto ele não tem. Então  
5457 ele não é espécie problema. Tudo é questão de interpretação.

5458

5459

5460 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – Nós podemos colocar sem denegrir as  
5461 funções ecossistêmicas, ecológicas da espécie em questão.

5462

5463

5464 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Está  
5465 parecendo que colocamos aquele negócio, procurado, tantos mil reais. Não é  
5466 isso que estamos fazendo aqui. É um documento de segurança da aviação.

5467

5468

5469 **SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
5470 Permita-me a brincadeira, eu entendo, lembrando que isso aqui não é uma  
5471 questão assim de fundo é uma questão mais didática colocada pela  
5472 Conselheira. O texto como foi colocado como está na lei, ele já é um texto claro  
5473 e objetivo com relação a isso. Isso é uma questão didática que ela colocou, que  
5474 nós estamos tentando contemplar. Podemos colocar ali a espécie problema:  
5475 espécie da fauna nativa, exótica e doméstica e tal, alheia à sua vontade. É  
5476 nesse sentido.

5477

5478

5479 **SR. RICARDO MELAMED (MCTI) –** O que se percebe ali é que existe um  
5480 estímulo da Lisiane de não denegrir a imagem, o valor dessa espécie no  
5481 contexto ecológico, mas no meu entendimento, a definição que já está lá já  
5482 está dizendo-se que o único motivo dela ser uma espécie problema é porque  
5483 ela interfere na segurança operacional. Ninguém está questionando que ela  
5484 tem o seu valor ecológico, suas funções, a própria existência dela num outro  
5485 contexto deve ter muito valor e deve ter literatura abundante. A única coisa que  
5486 faz ser o problema nessa situação já está escrito ali, que ela interfere na  
5487 segurança operacional da aviação, ninguém vai interpretar que ela é má, que  
5488 ela é uma espécie deletéria em todos os contextos. Não. Eu acho que essa  
5489 explicação que está motivando essa discussão de forma alguma tira, é  
5490 necessária porque o valor dessa espécie não está denegrindo, como ele  
5491 colocou, procurado, não está denegrindo em outros contextos ecossistêmicos,  
5492 está específica porque ela está interferindo na segurança operacional. Isso  
5493 está bem claro. Então, sinceramente, não vejo necessidade, querendo  
5494 concordar com a Lisiane que precisamos dizer que ela é um problema, que ela  
5495 não é o problema em outros contextos, isso está implícito lá. Ela só é um  
5496 problema nesse contexto aí.

5497

5498

5499 **SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**  
5500 **de Janeiro) –** Por isso que eu achei a contribuição do Marcelo fantástica  
5501 porque eu acho que ela vem a dar uma justificativa do problema e acaba  
5502 aquele negócio. Ali só vai confundir o presente. Gente, uma ave, qualquer  
5503 animal só vai existir no lugar em função de atratividade por tudo aquilo que ele  
5504 precisa na vida dele. Então, não precisa dizer. A preocupação que a Lisiane  
5505 demonstra é em relação a nós estarmos dizendo que ela é uma espécie  
5506 problema. Então, a complementação foi perfeita, assim, consideradas a partir  
5507 da existência do aeródromo no seu local de ocorrência e ponto. E por que isso?  
5508 Porque ela traz insegurança, mas quando você coloca, você está dizendo que  
5509 está dando esse adjetivo feio de perigoso para ela, porque a passou ocorrer no  
5510 aeródromo, no local de ocorrência. É só isso. Eu acho que atende a ela,  
5511 atende, fica e não muda de nada na lei, não vejo necessidade, mas eu não sou  
5512 educador, não tenho muito essa percepção, você anda por aí labutando de  
5513 uma outra maneira. Então, se você está sentindo isso fica confortável e não  
5514 nos atrapalha só isso.

5515

5516

55170 **SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
5518Peço então a opinião dos demais Conselheiros, se concordam em manter. Eu  
5519até só faria agora, antes que passe para a Ludmila, tiraria o considerados que  
5520não precisa. Pelo que estou lendo aqui agora, pode ir direto.

5521

5522

5523**A SR<sup>a</sup>. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste) –** Eu  
5524concordo com o João, que eu acho que como estava anteriormente já está  
5525explicando tudo para mim, está bem claro. E dessa outra forma aqui ele não  
5526contempla, essa nova forma que está em vermelho não contempla a situação  
5527que foi dita da ave que está passando pelo aeroporto, não necessariamente  
5528que ela esteja no aeroporto, mas ela só está passando, porque ali é o caminho  
5529dela de algum lugar para algum outro lugar, desse jeito que está aqui eu não  
5530vejo que está contemplando porque não é um ponto atrativo, não tem potencial  
5531atrativo, ela só está passando por ali.

5532

5533

5534**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
5535Deixa-me fazer uma pequena correção, eu sei que você, o Rubens estava  
5536buzinando no seu ouvido aí com essa coisa, mas a questão é o seguinte, se  
5537ela está só passando então ela é objeto da ASA, não do aeroporto, porque aqui  
5538nós vamos fazer medidas para o aeroporto. Então, se ela só passa pelo  
5539aeroporto, qualquer medida que for colocar de aeroporto não vai resolver essa  
5540ave, porque ela não está ali presente e não está sendo atraída para lá. Então,  
5541eu acho que não é uma ave objeto aqui da nossa Resolução porque é um  
5542plano de manejo para o aeródromo. Então, só seriam aquelas aves que  
5543estariam pousando, por exemplo, a questão de ave migratória, a ave migratória  
5544ela está passando, ela só é um problema se aquela área for uma área de  
5545pousio, porque o fato de ela estar, assim, a ave migratória passa mil, três mil  
5546metros de altura e não tem problema, agora, se é uma área de concentração  
5547dela aí sim é um problema, mas só se ela pousar ali. Se não ela está  
5548passando. Então, e outra coisa, mesmo que você tenha um ave dessa que  
5549esteja, sei lá, uma área de concentração seja 2000 quilômetros e ela está só  
5550dando volta por ali, não sei que tipo de intervenção pode ser feita no aeroporto  
5551que possa evitar dela dar voo. Só o afugentamento lá com o algum falcão robô  
5552ou um falcão mesmo, alguma coisa assim, mas não sei, passo para vocês essa  
5553ponderação.

5554

5555

5556**A SR<sup>a</sup>. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste) –**  
5557Defendendo o Rubens, na verdade fui eu que falei para ele e não o contrário.  
5558Eu ainda prefiro o conceito mais claro e mais reduzido.

5559

5560

5561**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (SODEMAP) –** Para mim estaria contemplado já, se  
5562está causando tanto problema em função de atividades atrativas, de potencial  
5563atrativo, eu acho que o problema existe em função de dois atores, é o  
5564aeródromo e a ave e isso tem que estar, não é porque ela interfere somente, é  
5565porque existe um aeródromo. Então, eu acho que a partir desse texto do  
5566aeródromo no seu local de ocorrência. A partir da existência do aeródromo, o

5567problema é a existência do aeródromo e a ave. Mas porque existe o  
5568aeródromo. Porque o operacional da aviação pode serem qualquer lugar.

5569

5570

5571**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
5572Vou fazer o seguinte, nesse caso específico, só vou fazer um pergunta para  
5573você, se como está na proposta, nesse novo Inciso VII, se isso tem alguma  
5574implicação para o plano? Se tem alguma implicação, se não tiver nenhuma  
5575implicação, mas primeiro quero fazer a pergunta se tem alguma implicação  
5576para o plano.

5577

5578

5579**O SR. PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO (MD) –** E se nós colocássemos  
5580assim: espécie de fauna, lá no preto, espécie de fauna nativa, exótica ou  
5581doméstica, encontrada na área dos aeroportos e que interfira na segurança  
5582operacional da aviação. Só na área de aeroporto. Na ASA não.

5583

5584

5585**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
5586Deixa-me retomar a pergunta. Coronel Rubens, deixa perguntar, o Inciso VII,  
5587deixar Ministério da Defesa e Cenipa se resolverem ali para fazer a pergunta  
5588ao Cenipa. Estou mudando a lei não. Vou fazer a pergunta ao Cenipa no  
5589seguinte sentido, como está esse adendo colocado, se vocês enxergam  
5590alguma implicação do manejo de fauna no aeródromo, se alguma espécie fica  
5591de fora, alguma espécie eventualmente problema fica de fora com esse adendo  
5592colocado no conceito que está aí, à exceção das espécies que passam voando  
5593por cima.

5594

5595

5596**O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) –**  
5597Colocar só um exemplo então, ao lado do aeroporto eu tenho uma baía  
5598completamente limpa, não é a Baía de Guanabara que ela é completamente  
5599limpa, só que ela é um ninhal, o aeroporto está lá há 50 anos. Então, eu não  
5600tenho uma atividade atrativa, eu tenho uma condição atrativa. Então, por isso  
5601que para mim até seria aceitável a partir da existência do aeródromo no local  
5602de ocorrência. Ponto. A partir daí para mim muda o que está escrito na lei.

5603

5604

5605**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
5606Vamos lá. Vamos ver se não fica nada de fora. Espécies da fauna nativa,  
5607exótica ou doméstica, que interfira na segurança operacional da aviação a  
5608partir da existência do aeródromo em seu local de ocorrência. Espécie  
5609doméstica ocorre... Acho que não contempla ali, espécie doméstica não tem  
5610local de ocorrência, ela ocorre na verdade na casa das pessoas.

5611

5612

5613**O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) –**  
5614Se as cidades tivessem um plano diretor adequado, elas não crescessem para  
5615cima do aeroporto, nós não teríamos problema com o doméstico.

5616

5617

5618 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**

5619 Concordo com o que você está colocando, mas parando em aeródromo. Ponto.

5620

5621

5622 **O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) –**

5623 Ok. Para mim todas estão contempladas. Eu achei que o senhor queria colocar

5624 no seu local de ocorrência em função, por exemplo, de Joinville que as aves

5625 passam e apesar de não ficarem dentro do aeroporto, elas ficam exatamente

5626 do lado de fora de muro.

5627

5628

5629 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** Eu

5630 acho que se parar no aeródromo, primeiro atende essa questão e não ficamos

5631 ninguém de fora. Contemplado? Consenso. Então, fechamos. Aprovada? João

5632 Carlos, CNA?

5633

5634

5635 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA) –** Não vou

5636 discutir, mas ficou uma coisa horrível porque se você está falando que é do

5637 operacional de aviação, é por conta do aeródromo. Então, está é uma vírgula

5638 em cima de uma vírgula sim. *Vai continuar quadrinho lá.*

5639

5640

5641 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** A

5642 intenção é essa.

5643

5644

5645 **O SR. RICARDO MELAMED (MCTI) –** A culpa de ela ser um problema é o

5646 aeródromo e não a própria existência da espécie. Fica resolvido para ela e não

5647 interfere. Ficou bom.

5648

5649

5650 **O SR. MAJOR JOÃO SOARES DA COSTA VIEIRA (CNCG) –** Eu acho que só

5651 a redação que está um pouco estranha porque quando fala a partir da

5652 existência, dá a ideia de que o aeródromo está aqui, a partir do aeródromo.

5653 Então, seria em razão da existência do aeródromo, alguma coisa nesse

5654 sentido.

5655

5656

5657 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** Ela

5658 torna-se problema quando interfere na segurança aeroportuária, a partir do

5659 momento que existe o aeródromo. É isso. Ok? A culpa é do aeródromo.

5660

5661

5662 **O SR. TEN-CEL AV. HENRIQUE RUBENS BALTA DE OLIVEIRA (Cenipa) –**

5663 O que acontece? Eu tenho aeródromo, eu tenho risco porque está em

5664 operação, chega em determinado momento eu falo assim, o poder público que

5665 seja, que é o responsável pelo uso do solo chega e fala assim: “eu quero

5666 vender essa área para construir condomínios de luxo e não quero mais o

5667aeródromo aqui. Eu cidade X não quero mais aeródromo, não quero receber o  
5668voo regular para transportar o meu povo”. É atribuição do poder público fazer  
5669isso. A partir desse momento o aeródromo fecha, ninguém constrói nada lá e  
5670ele fica fechado, não tem risco. Então assim, não é a existência é a operação  
5671no aeródromo, mas assim, do jeito que está, está ótimo. Entendeu o que quero  
5672dizer? Ele pode estar lá e não estar funcionando, estou só dizendo que não  
5673está mudando nada do meu ponto de vista.

5674

5675

5676**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
5677Está contemplado por causa da insegurança operacional. Ok? Fechamos?  
5678Todo mundo, só uma pergunta, agora uma questão de ordem porque assim, se  
5679tem uma proposta que vai alterar isso aí, vamos adiante, se não vai alterar, se  
5680é apenas um comentário eu prefiro passar adiante para não ficar remoendo  
5681uma coisa já definida. É uma proposta, é uma alteração que você está  
5682propondo? Você está propondo alteração?

5683

5684

5685**A SR<sup>a</sup>. ROSSANA DE PAULA VILAMIU (Infraero) –** Exatamente dentro do  
5686que ele falou agora, que realmente faz todo sentido, é só a troca da palavra  
5687existência por operação porque faz mais sentido.

5688

5689

5690**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –** Eu  
5691faço a pergunta então, então, eu tido interfira a segurança operacional porque  
5692está lá dentro de segurança operacional? Ok? Estamos tratando de aeroporto  
5693está em operação. Fechamos? Aprovado. Retira. Aprovado. Temos mais algum  
5694conceito pendente? Ok. Antes de seguir eu queria só consultar os Conselheiros  
5695até que horas, vamos chegar as 18h00, se seguimos até as 18h30, interrompe,  
5696como é que...? Deixa-me só ver qual foi o avanço que nós tivemos hoje. A  
5697proposta é interromper, concordam em interromper ou seguir até 18h30? O  
5698pessoal está querendo prosseguir.

5699

5700

5701**A SR<sup>a</sup>. LUDMILA GOMES FERREIRA (Anamma Centro-Oeste) –** Eu tenho  
5702que voltar, amanhã tenho que voltar para Goiânia e voltar amanhã. Melhor para  
5703mim hoje.

5704

5705

5706**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio) –**  
5707Parte dos Conselheiros preferem ficar aqui e assim, se o Ricardo concordar em  
5708ficar até 18h30 nós mantemos o quórum com a saída da Ludmila, se vocês  
5709dois saem nós perdemos o quórum e não há como seguir.

5710

5711

5712**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA) –** Eu já fui  
5713Presidente de Câmara Técnica, eu já levei uma bordada na cabeça em um dia  
5714que tentei prolongar a reunião por conta disso. A pessoa que saiu falou, a  
5715pauta disse que é até tal hora, e como eu não estava aqui eu não aceito as

5716mudanças que foram feitas. No outro dia tivemos que voltar até as 18h00 e  
5717refazer tudo de novo.

5718

5719

5720**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** – Por  
5721isso que estou consultando, se concordarem fica consignada aqui no relatório  
5722que nós seguimos até 18h30, por isso estou fazendo essa consulto nesse  
5723momento aqui. Então, eu faço a consulta, mas assim, dependendo agora  
5724basicamente do Ricardo em concordar, senão terminamos aqui porque não  
5725haverá mais quórum.

5726

5727

5728**O SR. RICARDO MELAMED (MCTI)** – É porque eu tenho um problema de  
5729horário, eu tenho que pegar uma pessoa e se fosse mais cinco minutos até  
5730aguentava, mas...

5731

5732

5733**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE (ICMBio)** –  
5734Vamos encerrar 18h00, vou pedir só para vermos o progresso, até onde nós  
5735chegamos hoje, vamos passar rápido, só para ver, nós tivemos uma proposta  
5736de adendo nos considerandos, já foi colocado. Só um pouquinho, nas  
5737definições nós tivemos essa modificação de carcaça, tivemos a espécie  
5738problema que teve adendo, a inclusão de espécies que apresentam risco  
5739indireto, a questão do ser humano colocada, o novo inciso de segurança  
5740operacional. Ok. Depois art. 3º, nós ficamos de verificar se os dispositivos que  
5741existem adiante resolvem, contemplam essa questão de criar uma sequência  
5742com relação a isso aí. Então, só por conto disso. Então, art. 4º nós... Isso que  
5743mudou, foi aprovado, o dois foi aprovado? Não. Ok. Então isso são parágrafos  
5744que vamos colocar com relação ao censo. De qualquer maneira isso aqui serão  
5745parágrafos, não é? Itens dentro da alínea E. Ok. Entendi. Não precisa criar a  
5746exceção, cria na realidade um desdobramento da alínea. Modificação no 4,  
5747definição das metas para controle e redução do potencial de risco de colisões  
5748de aeronaves. Modificou o quê? Foi o risco para perigo, só isso que mudou. Ali  
5749introduziu químicos. Então, retoma a partir daqui amanhã, não houve mais  
5750nenhum avanço e tem essa proposta do MCTI aí que é simples e direta ali. Ok.  
5751Então, retomamos a partir do art. 4º, inciso... Isso já tinha sido aprovado já,  
5752estava aqui aprovado. Ok. Certo. Então ficamos no art. 4º, na alínea C, do  
5753inciso... Só para registrar aqui, nós vamos retomar a partir do art. 4º inciso V  
5754alínea C. Muito obrigado a todos e muito obrigado pela compreensão, pela  
5755colaboração e nossa Resolução está melhorando com a contribuição de vocês.  
5756Obrigado. Sim. Amanhã vamos tentar às 09h00? É possível 09h00? É possível  
5757tentar? Vamos tentar às 09h00 dentro possibilidade que também como está  
5758dito na pauta 09h30, eu não quero criar aqui uma situação que não...